



ISSN 1980-1742

Revista
Santa Rita

Ano 02 - Número 03 - Outono de 2007

copyright by autores
todos os direitos desta edição estão reservados

Revista Santa Rita

Ano 02, número 03, outono de 2007

ISSN 1980-1742

Ficha Técnica

Diretor Geral da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia	Anunciato Storopoli Neto
Diretor Acadêmico	Roberto Pepi Contieri
Conselho Editorial	Eduardo Satochi Uchida Eleandro T. Monteiro Fábio Campos de Aquino José Ap. dos Santos Luiz Carlos Magno Noeli Mercedes Mussolini Rosiley Ap. Teixeira Souto Taís Cecília dos Santos Lima
Corpo Editorial	Adriano de Alencar Matos Barbosa José Paulo Mazocolo Luciane Alves Santos Luís Donisete da Silva Fernandes Manoel Matias Fausto Rafael Anunciato Neto
Editor	Ricardo Meirelles
Revisão	Luciane Alves Santos
Projeto e Editoração	Torre de Pedra Editoração Eletrônica torredepedra@gmail.com
Capa	"A Fala do Trono", Pedro Américo, 1872.

Revista Santa Rita
www.santarita.br
revistasantarita@gmail.com

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas
Santa Rita de Cássia

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648
Jaçanã – São Paulo – SP – CEP 02273 001
Telefone (11) 6241 0777

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

A teoria na prática



Capa

Tela conhecida como a "Fala do Trono", de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, representa d. Pedro II na abertura da Assembléia Geral, de 3 de maio de 1872, que reunia duas vezes ao ano o Senado e a Câmara dos Deputados do Império. Era a única ocasião em que o Imperador era visto portando a Coroa Imperial, o Cetro e os trajes majestáticos. Estão representadas figuras importantes da época, como o Visconde de Abaeté, Antonio Paulino Limpo de Abreu, presidente do Senado, o Marquês, depois Duque, de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, e o Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, presidente do Gabinete e ministro da Fazenda. Na tribuna estão a Imperatriz, D. Teresa Cristina, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu, e, ao fundo, o Marquês de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa.

De quanto vale um tesouro no fundo do mar? Temos que ter em vista que o conhecimento teórico desenvolvido ao longo do aprendizado precisa ser posto em prática para que efetivamente possa transformar o ser humano e o mundo que o cerca, bem como se realizar, ou mesmo se materializar, enquanto instrumento transformador. Divulgar o conhecimento, por si só, já é de grande impacto transformador.

A principal característica das faculdades particulares, em sua grande maioria, é a quantidade e a diversidade de seus cursos de ciências humanas aplicadas, ou seja, mostram-se essencialmente voltadas para a prática efetiva do conhecimento, seja na administração de pessoas e recursos ou na educação, seja nos cuidados com a saúde ou na aplicação das leis. As Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia não fogem a essa regra e a produção da Revista Santa Rita é um reflexo dessa característica.

Ainda no intuito de garantir sua periodicidade, o número três desta revista reafirma e amplia os objetivos sempre buscados: atingimos, neste número, a cobertura e a abrangência das quatro áreas do conhecimento desenvolvidas nesta faculdade: administração, saúde, educação e direito; isso mostra o reconhecimento dessa revista por parte da comunidade acadêmica, como também mostra seu estabelecimento e seu desenvolvimento promissor.

Nesta coleção de artigos, o que se apresenta é um bom exemplo da aplicação prática dos conhecimentos desenvolvidos nesta faculdade, todos apresentando efetivamente resultados e fatos da realidade modificados por meio desse conhecimento, principalmente nas quatro áreas citadas: na educação, mantendo sempre o conhecimento acima dos preconceitos e dos tabus; observando qual é a contribuição da arte, filosofia, estética e ética e se é possível uma humanização via comunidade; na administração, relacionando empreendedorismo e trabalho na sociedade globalizada, verificando a importância da fruição estética para o ser humano e mostrando o poder revolucionário das línguas e das culturas; na saúde, antecipando complicações materno-fetais e avaliando fatores de risco em pacientes; no direito, dois extremos das regras da convivência humana: da vizinhança do condomínio aos refugiados internacionais.

Apresentam-se ainda duas resenhas, muito pertinentes ao momento político social em que vivemos, que apontam aos nossos leitores leituras sobre dois personagens cada vez mais importantes e decisivos em nossa sociedade: o político e o leitor.

Fica, mais uma vez, a reflexão compartilhada e o conhecimento divulgado. Estamos certos que a prática da publicação possibilitará o desenvolvimento de infinitas teorias, tantas quanto sejam nossos leitores, que levarão a outras infinitas práticas que de fato possam fazer algo melhor do ser humano.

Sumário

Artigos

- 05 Conhecimento acima dos preconceitos - educação sexual, ainda um “tabu”
Silvana Rodrigues Montemor Mollo
- 13 Globalização: Sociedade Global, Trabalho e Empreendedorismo
Adriano de Alencar Matos Barbosa
- 23 A contribuição da arte, filosofia, estética e ética para a educação
Rafael Annunciato Neto
- 31 O Estatuto da Fruição Estética nos Novos Museus
Cristian Ribeiro de Oliveira
- 37 Complicações Materno-Fetais ao se Desenvolver Diabetes Gestacional
Camila Regina S.S.de Camargo
- 47 Condomínio: Qual a Porcentagem Deve Incidir Sobre a Multa por Inadimplência?
Fábio Campos de Aquino
- 55 Toda tradução é um ato revolucionário
Ricardo Meirelles
- 61 Avaliação dos Fatores de Risco em Pacientes Pós Infartados
Fabiana Amadeu
- 69 O direito dos refugiados como exemplo da aplicação do direito internacional na legislação brasileira
Fabiano L. de Menezes
- 75 Humanização Via Comunidade
Patricia de Oliveira Antonio

Resenhas

- 79 Sobre o “Político” de Platão - *Cornelius Castoriadis*
Cristian Ribeiro de Oliveira
- 80 O leitor criativo - *Gabriel Perissé*
Rafael Annunciato Neto
-

Conhecimento acima dos preconceitos - educação sexual, ainda um Tabu

Silvana Rodrigues Montemor Mollo

Pedagoga pela Campos Salles, Pós-graduada em Psicopedagogia pela UNIP, e Mestre em Educação pelo Centro Universitário Nove de Julho. Autora do livro *Infantil A Formiguinha Azul*, pela editora Ícone, leciona Metodologia de Ensino em Educação Infantil e Laboratório Pedagógico e faz orientação de estágios.

silmor9@uol.com.br

Resumo

Estamos em pleno século XXI, razões históricas levam as escolas a silenciar quando o assunto é corpo e sexualidade. Cresce o número de adolescentes grávidas, o índice de doenças sexualmente transmissíveis, anorexia entre outros. Não podemos adiar projetos pedagógicos que ajudem o desenvolvimento integral dos alunos, precisamos encontrar soluções por meio do diálogo e da reflexão nos interiores das escolas. Precisamos conscientizar nossos alunos desde cedo, sobre os cuidados do seu corpo, falar de maneira clara e objetiva sobre o desenvolvimento físico, mental e, acima de tudo, emocional, pois sabemos que o trabalho de construção da auto-estima inicia-se na primeira infância. Como educadores devemos nos comprometer com a vida, pois a cada dia milhares de adolescentes estão morrendo por falta de conhecimento e esclarecimento em prol desta "moral" que a escola ainda alimenta em seus interiores. Neste artigo, proponho uma reflexão dos projetos educacionais que dão atenção à Orientação Sexual.

Palavras-chave

projeto pedagógico - temas transversais - PCNs - educação sexual

Abstract

We are in the middle of the century XXI, historical reasons take the schools to silence when the subject is body and sexuality. He/she increases the number of pregnant adolescents, the index of diseases sexually transmissible, anorexia among others. We cannot postpone pedagogic projects, that you/they help the students' integral development, we needed to find solutions through the dialogue and of the reflection in the interiors of the schools. We needed to become aware our students early on the cares of his/her body, to speak in a clear and objective way on the development physical, mental and, above all, emotional, because we know that the work of construction of the self-esteem begins in the first childhood. The educators should commit with the life, because every day thousands of adolescents plows dying goes knowledge lack and explanation on behalf of this "moral" that the school still feeds in their interiors. In this work, I propose a reflection of the education projects that you/they give attention Sexual Orientation.

Key words

project pedagogic - traverse themes - PCNs - sexual education.

Conhecimento acima dos preconceitos - educação sexual, ainda um Tabu

Introdução

Sem o corpo a alma não goza.

Adélia Prado

Atualmente, a escola tem sido o espaço indicado para a discussão, reflexão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidades, como resultado da sua importância na formação dos cidadãos.

Decorridos dez anos, a LDB/96, que traz em seu discurso a autonomia pedagógica, que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos, a escola ainda encontra dificuldade em resolver problemas por meios de projetos. Portanto, fui buscar na antropologia de projetos de Boutinet (2002), o entendimento do que vem a ser projetos por razão da proposta inovadora que o sistema de ensino brasileiro vem buscando e proporcionando na atual LDB/96, nos PCNs e Temas Transversais.

Segundo Boutinet (2002, p.27), “a melhor maneira de se adaptar a esse tempo é antecipar, prever o estado futuro. Esboça-se então o projeto, que se torna uma necessidade para todos, isto é, apesar de suas ambigüidades, um modo privilegiado de adaptação”.

A escola é, sem dúvida, uma instituição social que trabalha com o conhecimento, e a ela cabe ensinar e garantir qualidade de “ensino-aprendizagem”. Mas ainda falta consistência na formação humana, através de inovações pedagógicas que contribuam com a prática social.

Entendemos que a escola que trabalha com autonomia e com projetos pedagógicos tem atitude social e valorizará não somente o saber individual, mas também o coletivo. Essa pedagogia de projeto associa-se à “reestruturação” e à conservação dos valores, não há mudanças sem repensar e rever o momento passado – presente - futuro, que são referenciais essenciais para darmos significado a esse modelo atual de educação.

Se olharmos historicamente para a escola, percebemos que, na nossa cultura, o conhecimento geralmente está associado apenas à mente, ao intelecto.

A questão que faço aqui se refere ao fato de que a escola em pleno século XXI, ainda faz a dicotomia entre corpo e mente, e a sexualidade é vista como algo não existente na vida do ser humano, principalmente, em sua formação.

A escola, nas séries iniciais, dá alguma atenção ao corpo da criança. À medida que a criança vai se desenvolvendo em sua escolaridade, percebe que o corpo vai sendo esquecido e privilegia tão somente a mente. Dessa maneira, o professor privilegia o aluno que melhor aprende, ou seja, aquele capaz de responder o que ouviu e que durante o período da aula esteja fixado em um local demarcado por ele, a carteira.

Abordarei, neste artigo, uma reflexão que possa colaborar com meus colegas professores na relevância do assunto e possa contribuir na elaboração de projeto que privilegia o sujeito “ontológico”, contextualiza o corpo e a mente em todas os anos de escolaridade e damos conta de que podemos construir um projeto pedagógico que privilegie a vida coletiva.

Um breve histórico - de Platão ao séc.XXI

No século V a.C., já aparecia no pensamento grego, apresentada pelo filósofo Platão, a dicotomia entre corpo –consciência . A alma humana passa a se compor de duas partes, uma superior (a alma intelectual) e a outra inferior (a alma do corpo), e, para Platão, o domínio da alma superior sobre a inferior passa a ser um drama humano.

Na idade Moderna, o corpo passa ter uma nova visão, ele é o corpo - objeto. Descarte afirma “ Deus fabricou nosso corpo como máquina e quis que ele funcionasse como instrumento universal, operando sempre da mesma maneira, segundo sua própria leis”(apud ARANHA,2003).

O corpo são peças estanques unidas por engrenagens (fragmentação - divide-se tudo em partes). O corpo humano jamais poderá ser uma coisa entre as coisas e nesse sentido, a relação do homem com o seu corpo nunca será objetiva, mas carrega valores. O corpo nunca é dado ao homem como mera anatomia: o corpo é a expressão dos valores sexuais, amorosos, estéticos, éticos, ligados bem de perto às características da civilização a que pertencemos.

O cristianismo nos trouxe a visão negativa e o desprezo do corpo e Santo Agostinho deixa transparecer o seu profundo pessimismo frente à matéria, ao corpo, à sensibilidade, ao humano, às coisas terrenas. A tarefa da alma é estabelecer uma total e assídua vigilância sobre o corpo e os sentidos, para que não impeçam a posse da verdade. Não deixando se envolver pela tríplice tentação: a concupiscência do sexo, dos olhos e da ambição do mundo. Reduz o corpo a escravidão.

Spinoza no séc. XVII, abre caminho à teoria do paralelismo, segundo a qual não há nenhuma relação de causalidade ou de hierarquia entre corpo e espírito, ambos se exprimem, no seu modo próprio, o mesmo evento. Tanto o corpo como a alma são ativos e passivos, ou vice versa. Somos ativos quando autônomos, senhores de nossa ação, e passivos quando o que ocorre em nosso corpo e alma tem causa externa mais poderosa que nossa força interna.

Foucault (1999, p.118), faz relevância dessa época clássica, nesta descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. “(...) em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”.

No séc. XX, com os movimentos de emancipação da mulher e a revolução sexual, nem sempre tem sido possível encarar o corpo de forma serena, tornando-se ele a arena de sentimentos ambíguos, como objeto de amor- ódio: repellido como algo inferior e escravizado, mas desejado e exaltado. O corpo cada vez mais se transformou em uma coisa, a fim de se tornar suportável a exploração ao trabalho, e escravizado pela estética. Atualmente, vivemos em uma era da corpolatria, veremos que o endeusamento do corpo é um fenômeno que não descarta a possibilidade “morte do corpo” para o espírito, recolocando a velha dicotomia, só que agora invertida. A educação sexual começou a preocupar os educadores franceses, desde o Século XVIII, por causa da repressão das manifestações da sexualidade infantil, para combater a masturbação, instalava-se na França, nesse período, uma educação “anti-sexual”.

Na França, no século XIX, os educadores franceses retornaram-se à questão da abordagem da sexualidade nas escolas, rígida pela preocupação com as doenças venéreas, a degenerescência da raça e o aumento dos abortos clandestinos.

No século XX, houve também iniciativas favoráveis à educação sexual, desta feita, com a finalidade de ensinar os jovens a transmitirem a vida, dada à ligação entre instinto sexual e a reprodução humana. Em 1920, a lei francesa proíbe o aborto e a propaganda de anticoncepcional.

No período pós-guerra, ainda na França, os educadores franceses retornaram aos estudos e propostas para a introdução da orientação sexual nas escolas, e, em 1973, decidiu-se oficialmente inseri-la nos currículos escolares.

No Brasil, em 1928, no Congresso Nacional de Educadores, aprovou-se a proposta de um programa de educação sexual nas escolas. Já em 1930, no Rio de Janeiro, o Colégio Batista incluiu em seu currículo o ensino da evolução das espécies e da educação sexual. O professor Stawaski, responsável pela iniciativa, sofreu processo jurídico e foi demitido posteriormente, muito embora, o programa inicialmente se restringisse a análise do papel da mulher na reprodução, e, cinco anos mais tarde, incluiu-se o estudo do comportamento sexual masculino. Algumas poucas advertências sobre o comportamento sexual masculino eram, então, levadas a sério.

Nos anos 60, época em que a Igreja Católica mantinha severa repressão ao tema, surge os livros do Padre Charboneau, escritos sob a ótica da moral cristã - católica bastante difundidos entre pais e educadores. Naquela mesma década, período em que ocorreram experiências importantes, tanto em escolas públicas como particulares, um colégio em Minas Gerais manteve um programa de educação sexual para alunos do então quarto ano ginasial; no Rio de Janeiro, o colégio Pedro de Alcântara adotou, a partir de 64, o ensino de educação sexual em todas as séries. Mas, ainda com muita polêmica e conflito, relacionadas ao clima de liberdade produzida pelo trabalho, resultou na exoneração da diretoria do colégio carioca Orlando Roucas, suspensão de professores e expulsão de alunos.

Entre 1954 e 1970, o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar oferecia aulas de orientação sexual às meninas da 4ª série primária, educadores sanitários, professores, davam informações sobre as transformações da puberdade. Porém o programa foi interrompido por determinação da Secretaria da Educação.

Na década de 60, em São Paulo, houve algumas experiências principalmente na Rede Pública de Ensino, o colégio de Aplicação Fidelino Figueredo, ligado à faculdade de Filosofia da USP, desenvolveu trabalhos na área da sexualidade com seus alunos. Os Ginásios Vocacionais de São Paulo, entre 1961 e 1969, contemplavam a educação sexual em seus currículos, assim como o Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental /GEPE, no período de 1966 a 1969. Sobre tudo na escola pública de ensino, já apresentavam intensas mudanças em relação àquelas que apenas abordavam a informação dos aspectos bio-fisiológicos, e tinham como meta a normatização de condutas.

Em 1968, a Deputada Júlia Steimbricla, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de Lei que propunha a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país.

No início dos anos 80, realizaram-se Congressos sobre Educação Sexual nas Escolas, com participação de educadores, médicos e cientistas sociais. Tudo isso contribuiu para intensificar o debate sobre a inclusão da educação e orientação sexual nas escolas.

No âmbito extra-escolar, o período inicial dos anos 80 foi pródigo na divulgação das questões ligadas à sexualidade, e surgiram vários serviços, como: telefônicos, rádios, televisões (Marta Suplicy), enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornais e também apresentações em Congressos.

Segundo o PCNs,

A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (Vírus da AIDS) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar, mas atualmente sabe-se que os pais reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para as crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. (p.111)

Foi na década de 80 que, com o aparecimento da AIDS e o aumento da gravidez indesejada entre adolescentes, foram geradas as iniciativas do programa Orientação Sexual na Rede Privada de Ensino em vários estados do país, inclusive, em escolas religiosas.

Em 1992, houve a implantação da Orientação Sexual na educação, sob a responsabilidade do Professor Paulo Freire. O grupo (GTPOS) Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, atingiu cerca de 12 mil jovens da Rede Municipal de São Paulo.

Nesta mesma década, em quase todos os Estados Brasileiros, foi criada a Orientação Sexual, envolvendo várias instituições de natureza não-governamental, tais como: SOS CORPO (Ong Feminista - Gênero e Cidadania), ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade), entre outras, voltadas para produção de materiais e formação de profissionais da educação para o trabalho de Orientação Sexual e de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

Uma pesquisa do Instituto Data Folha, realizada em dez capitais brasileiras e divulgada em junho de 1993, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de Orientação Sexual nos currículos escolares. Para Marta Suplicy,

Dar informações completas não coloca em risco à segurança de uma criança nem a estimula sexualmente. A ignorância é que gera culpa, ansiedade e induz a uma experimentação com

conseqüências negativas, (...) A informação diminui a ansiedade e abre caminho para pensar a própria experiência, o que promove o crescimento. (1990, p.29).

Nossa sociedade e nosso sistema escolar sempre mantiveram longe as reflexões polêmicas, porém, conforme vimos acima, já houve uma iniciativa um tanto ousada em outras épocas, mas por motivos diversos não teve sustentação para o seu desenvolvimento. Agora colhemos frutos de não darmos continuidade nos tais assuntos que durante séculos e até hoje ainda é visto como “imoral”.

O corpo e a escola

Nossas crianças, nossos adolescentes, enfim, toda a população, sofre pela falta de informação, pela falta do conhecimento do seu próprio corpo.

Mas afinal, o que é o corpo? Segundo Chauí :

(...) nosso corpo é uma coisa entre coisas, uma máquina receptiva e ativa que pode ser explicada por relações são observáveis direta ou indiretamente. Nosso corpo, como qualquer coisa, é um objeto de conhecimento.

Porém, será isso o corpo que é nosso?

Meu corpo é um ser visível no meio dos outros seres visíveis (...) Posso me ver, sou visível para mim mesma. E posso me ver vendo.

Meu corpo é um ser tátil como os outros corpos, podendo ser tocado. Mas também tem o poder de tocar, é tocante, e é capaz de tocar-se.

Meu corpo é sonoro com os outros corpos, como os cristais e os metais, pode ser ouvido. Mas tem o poder de ouvir(...) Ouço- me falando e ouço quem fala. Sou sonora para mim mesma.

Meu corpo estende a mão e toca outra mão em outro corpo, vê um olhar, percebe uma fisionomia, escuta outra voz: sei que diante de mim está um corpo que é meu outro, um outro humano habitado por consciência e eu o sei porque me fala, como eu, seu corpo produz palavras, sentido (2000, p.244).

Podemos entender o corpo de várias maneiras, há tantas definições, mas também devemos refletir sobre a capacidade que o corpo tem em promover mudanças comportamentais e sociais. E, é através dessa conscientização que podemos planejar projetos pedagógicos que favoreçam a relação, o diálogo, o saber ouvir, possamos ajudar a forma de viver e de conviver com as diferenças, possamos prevenir situações diversas, pela qual nossos jovens estão sendo dominados por uma cultura de escravidão em relação ao corpo perfeito, contribuirmos para uma queda do índice de gravidez na adolescência, nas doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais em crianças.

Culturalmente, fomos acostumados a observar as partes desconectadas do corpo e não as relacionamos assim, neste princípio de fragmentação, não nos colocamos na realidade analisada e nem observamos nossa relação com o meio . Nesta perspectiva, o sujeito fica isolado do meio (realidade próxima) e o meio isolado do contexto sócio histórico-político-cultural (realidade macro).

Porém, se acreditarmos que construímos e reconstruímos conhecimentos a todo momento na relação com o outro e com o meio, devemos acreditar que fazemos parte deste meio e somos, portanto, sujeitos das ações que não são neutras, pois estamos dentro de um contexto e que por fim, fazendo parte deste, o sujeito deve se auto analisar e observar-se, assim como suas relações interferem no meio e vice versa.

A educação infantil tem uma grande importância na fase do desenvolvimento da criança, estimulando e trabalhando com diversos materiais para estimular os movimentos motores essenciais para a inteligência. Assim, nos primeiros anos de vida escolar ainda é constatada uma preocupação com o corpo.

Para Zabalza (1998, p.51), “Tudo na educação infantil é influenciado pelos aspectos emocionais: desde o desenvolvimento psicomotor, até o intelectual, o social e o cultural”.

Portanto, a educação infantil deve ser planejada com responsabilidade, com profissionais competentes, priorizando a qualidade de relação entre pais e educadores, educadores e a criança; diversidades nas rotinas, sendo nesta fase que a criança vai construindo significados da realidade do seu eu, da sua identidade, dos seus valores como pessoa e do seu cotidiano. A exploração dos seus movimentos faz com que se sintam livres e ao mesmo tempo seguras.

As crianças, desde pequenas, precisam saber que toda a sua ação tem conseqüências, assim, quando falamos de corpo e mente, estamos prevenindo para o futuro saudável, estamos envolvendo o respeito pelo outro, dando pequenas noções de ética.

Sabemos o quanto os órgãos dos sentidos são importantes para a aprendizagem, o quanto a totalidade do corpo interfere na formação integral dos nossos alunos, na sua auto – estima, pois é através dessa totalidade que nos postamos no mundo.

Mas, à medida que a criança vai crescendo, a escola vai deixando esse saber e vai moldando a criança em um espaço, mantendo-a imóvel.

No livro de Harper, cuidado escola!, podemos observar o que realmente acontece depois que a criança deixa a educação infantil:

Imediatamente depois do maternal, a criança de seis anos é “parafusada” numa cadeira dura para estudar palavrrório durante horas e horas.

Será por acaso que a criança em desenvolvimento, essa força da natureza, essa exploradora aventureira, é mantida imóvel, petrificada, confinada, reduzida à contemplação das paredes, enquanto o sol brilha lá fora, obrigada a prender a bexiga e os intestinos, 6 horas por dia, exceto alguns minutos de recreio, durante 7 anos ou mais?

Haverá maneira melhor de aprender a submissão?

Isso penetra por músculos, sentidos, tripas, nervos e neurônios... trata-se de uma verdadeira lição de totalitarismo. A posição sentada é reconhecidamente nefasta para a postura e para a circulação, e, no entanto eis nosso homem ocidental com problemas de coluna, as veias esclerosadas, os pulmões retraídos, hemorróidas e nádegas achatadas... Faz um século que vemos crianças arrastando os pés embaixo das carteiras, entortando o corpo e pulando como rãs quando a sineta bate (sem falar nos 20% de escolioses). Esse tipo de manifestação é atribuído à turbulência infantil: nunca à imobilidade insuportável imposta às crianças – a culpa é sempre da própria vítima.

Não, não é um acaso. É um plano. Um plano desconhecido para os que cumprem. Trata-se de domar. Domesticar fisicamente essa máquina fantástica de desejos e prazeres que é a criança” (2000, p.47).

Como podemos constatar, as escolas ainda privilegiam um projeto em que o corpo ainda é algo misterioso, e ainda é pelo corpo que o sistema educacional “controla” a relação e a comunicação entre as pessoas, sendo passos importantes para a imposição de regras que garantam a convivência sociais entre os homens na sociedade.

A dicotomia entre corpo e mente são conseqüências histórica em que se generalizou uma identidade entre “autoridade” e “autoritarismo”, ainda presente em todo contexto escolar, como contraponto à dimensão de força necessária e intrínseca à realidade ou noção de poder, sendo que o poder é essencialmente um fenômeno da vida e da relação entre os homens.

É importante que a escola se conscientize dessa dicotomia entre corpo e mente, e que hoje possa refletir no que ocasionou durante toda a sua existência, formando homens em “séries” colocando-os em “formas” em prol de um projeto político pedagógico, que, todos nós sabemos, é controlado pelo “poder”. A educação sempre privilegiou “a submissão” e o “autoritarismo”. A disciplina como controle para formação de homens obedientes. Ter este olhar, já é um quebra de paradigma, um esforço contra a ordem estabelecida pela cultura que preconiza a fragmentação, e toda essa relação só se dá com o contacto com o outro, com outras culturas, esse, ao meu ver, era a grande preocupação do “poder” esse contato de um corpo com o outro; talvez a história fosse diferente e o índice de estupros, gravidez indesejável e contaminação por doenças sexualmente transmissíveis seriam bem menores.

A Importância de Educar para a Sexualidade

As escolas precisam de projetos educacionais bem definidos, com objetivos que promovam o conhecimento e o desenvolvimento humano, conscientizando a situação em que o mundo está em relação à miséria, à fome e à saúde, elas precisam ser um local privilegiado de formação e informação. Precisamos derrubar os velhos muros da moral conservadora, e assumir ações educativas que promovam autonomia do indivíduo, por meio da ação – reflexão – atitude. Para que o ser humano possa desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, responsabilidade e segurança.

É preciso, mais que em outras décadas, reunir conhecimentos para a construção de projetos educativos em prol da vida, oferecendo ao aluno elementos necessários para que possa aparecer como sujeito da sua história, isso é uma obrigação ética do nosso tempo.

Morin ressalta a importância da compreensão para a vida.

A compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. O planeta necessita em todos os sentidos de compreensões mútuas. Dada a importância da educação para compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da compreensão necessita de reforma planetária das mentalidades, esta deve ser a tarefa da educação do futuro (2001, p.104).

As escolas precisam de um compromisso ético que garanta a vida no planeta, que os alunos possam pensar no coletivo, na solidariedade com o outro, e trabalhar com projetos será o fio condutor para solucionar problemas. Na rotina da escola percebemos praticas diversas, que vai mediando o dia a dia dos alunos. Assim, os projetos preventivos de orientação sexual devem estar centrados na concepção de valores e atitudes adequadas para uma vida individual e coletiva saudável.

No princípio da década de 80, a discussão sobre a construção da cidadania já incluía, mesmo que disfarçadamente, a questão da sexualidade humana como exercício de um direito que poderia ser expresso de muitas maneiras.

Quando Simone de Beauvoir afirmou que a “mulher não nasce mulher”, chamava a atenção do mundo para a absoluta necessidade da educação sexual. A idéia desse feminino em construção é aplicável na mesma intensidade ao masculino. Essa afirmação histórica postula um processo de socialização que prepare meninos e meninas para a convivência social, incorporando as normas da cultura em que estão inseridos.

A sexualidade está presente na história de vida do ser humano, desde o seu nascimento até sua morte, e a cada fase do desenvolvimento, o indivíduo vai construindo sua visão de sexualidade, essa visão é marcada pelos valores recebidos pela família, pela sociedade e pela ciência. A escola, portanto, precisa reconhecer a importância de um planejamento sério, um processo de intervenção e prevenção, que inclua o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições, incorporadas e vivenciadas no decorrer da vida de cada indivíduo,

cada sociedade cria conjuntos de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo. Nesse sentido, a proposta da orientação sexual considera a sexualidade na esfera biológica, psíquica e sócio-cultural” (PCN, p.177).

Não há como adiar ou negar as orientações contidas nos PCNs (orientação sexual) em benefício a projetos que interligam o conhecimento com a realidade real, a negação afeta o desenvolvimento integral do nosso aprendiz, pois sabemos que somos seres capazes de mudar nossa biologia pelo que conhecemos e pensamos para, assim, buscarmos qualidade de vida.

De acordo com Marta Suplicy:

Uma criança que recebe orientação sexual, e que tem pais com quem possa conversar, tem maior possibilidade de assimilar os conceitos de responsabilidade pela própria saúde, higiene e bem-estar do outro, com quem mais tarde terá relação sexual. A educação sexual dada pelos pais implica não somente em passar informação e transmitir valores, mas também em desenvolver o respeito pelo outro (1990, p.11).

Assim, precisamos introduzir no ambiente escolar projetos que orientem nossas crianças desde cedo, para os cuidados do seu corpo, com sua higiene e também das diferenças individuais, pois fará a diferença à medida que a criança for crescendo e percebendo que a sexualidade faz parte do seu nascimento, faz parte da sua existência, é algo inerente à natureza de todos os seres humanos.

Mesmo com os PCNs abordando esse assunto, as escolas têm dificuldades na criação de projetos educacionais com esse tema, que ainda gera muita polêmica devido aos valores embutidos nele. Infelizmente, a sociedade e os professores sentem-se inseguros, pela falta de preparação para lidar com esse assunto. O fato é que cada indivíduo traz dentro de si certos valores e conceitos construídos ao longo da vida, através da educação e da formação recebida pelos pais e sociedade, muitos desses valores e conceitos não foram transmitidos de maneira clara e objetiva, e sim com “tabus” e “pré-conceitos”.

É preciso tratar da sexualidade como um assunto complexo, abrindo novos horizontes, para que pais, alunos e professores possam posicionar-se criticamente e enxergando o ser como um indivíduo total. Só assim, por meio da reflexão é que a escola amplia o conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade. Conforme Morin (2001, p.15), “o ser humano é em um só tempo físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico”.

Auxiliar os alunos para essa compreensão é fundamental para formar o ser humano com autonomia. A orientação sexual se dará pelo conhecimento do desenvolvimento humano, e pela sua relevância, pois a sexualidade está presente em todas as fases da vida.

Podemos observar, pela história da educação sexual, que foi necessária a quebra dos modelos conservadores da moral para prevalecer à compreensão de uma ética adequada aos desafios de hoje, pois a falta dessa compreensão coloca em risco a vida de milhares de crianças e jovens do mundo todo. É necessária a ética da compreensão para a garantia da dignidade humana em todo o planeta.

Trata-se da conscientização sobre a importância dessa ética, cujo conhecimento poderia suscitar investimentos mundiais em pesquisas em benefício da cura da AIDS. Os países ricos ajudariam os demais, mediante a compreensão, a solidariedade e sensibilizando – se para ajudar as populações carentes, desnutridas, e em condições precárias de saúde.

Os grandes empresários dos laboratórios farmacêuticos, conscientes da realidade da saúde mundial, investiriam no combate a AIDS, abdicariam da ganância dos seus enormes lucros em prol de serviços humanitários, garantindo a vida.

A ética urge a preservação da nossa espécie no planeta. Recorro novamente a Morin ;

A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós esta tripla realidade. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. (2001, p.17)

Trabalhar com a diversidade humana abre novos horizontes para a compreensão da realidade em que estamos inseridos e as relações sociais e interpessoais deve ser a ética.

Atualmente, observamos mudanças em todos os setores da sociedade, mas percebemos que nas escolas ainda prevalece o “tradicional”. Basta entrar dentro delas, para nos certificarmos, salas enfileiradas, práticas dos professores privilegiando o intelecto.

As escolas ainda têm muito a avançar no que se refere à corporeidade. Não podemos deixar somente para os professores de educação física ou de ciências a tarefa de ensinar e prevenir sobre os cuidados e a saúde do corpo. A corporeidade deve ser contextualizada em todas as disciplinas.

Não podemos mais fugir do nosso compromisso e da nossa responsabilidade enquanto educadores, estamos diante de problemas que não podemos mais mascarar, precisamos encarar a possibilidade da pedagogia de projetos, tendo como co-autores todos os envolvidos: pais, alunos, professores, equipe técnica e comunidade em geral. Precisamos urgentemente de projetos que possibilitem a manutenção da vida e a escola é o local ideal, é nela que começa os pilares para sustentação da formação integral do cidadão.

Bibliografia

- ASSMANN, Hugo. *Paradigmas Educacionais e coopriedade*. 3ª.ed.. Piracicaba: Unimep,1995.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofando. Introdução a filosofia*.3ª ed..São Paulo: Moderna, 2003.
- BARROSO, C.& BRUSCHINI C.. *Sexo e Juventude*. São Paulo: Cortez. 1990.
- _____. *Educação Sexual: Debate Aberto*. São Paulo: Vozes, 1982.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*,Secretaria de Educação Fundamental.VOLUME 10 Brasília: MEC/SEF,1997.
- CHAUÍ, M.. *Convite à filosofia* . São Paulo: 7ª ed.: Ed Àtica, 2000.
- FOUCAULT, M.. *História da sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Vigiar e Punir* .25.ed.Petrópolis. Vozes,2002
- HARPER, Babette (orgs). *Cuidado escola! desigualdade, domesticação e algumas saídas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- PINTO, Ênio Brito. *Orientação Sexual na Escola: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade*. São Paulo: Editora Gente,1999.
- SUPLICY, Marta. *Papai, mamãe e eu*. São Paulo: FTD, 1990.
- _____. *Sexo se Aprende na Escola*. São Paulo: Olho d' Água,1995.
- MATURANA,H.& VARELA,F. *A árvore do conhecimento*.Campinas,2001
- MORIN, Edgar. *Os setes saberes necessários a educação do futuro*.3 ed. São Paulo: Cortez,2001
- QUEIROZ, José J. (Org.). *Descobrimo a corporeidade-* parte III. Revista Revés do Aveso. São Paulo: CEPE- Centro Ecumênico de Publicações e Estudos “Frei Tito de Alencar Lima”. Ano 10,jan.2001.
- _____. *Redescobrir a Corporeidade* – parte IV. Revista Revés do Aveso. São Paulo: CEPE- Centro Ecumênico de Publicações e Estudos “Frei Tito de Alencar Lima”. Ano 10,jan.2001.
- ZABALZA, Miguel A..*Qualidade em educação infantil*. Porto Alegre: Ed.Artmed,1998.
-

Globalização: Sociedade Global, Trabalho e Empreendedorismo

Adriano de Alencar Matos Barbosa
Cientista Social pela FFLCH-USP e Mestre em Educação: História, Política e Sociedade pela PUC-SP, leciona Sociologia e Política e Sociologia da Educação

Resumo

Este é um texto que se propõe discutir a globalização sob a ótica do que pensa a sociologia a respeito da sociedade global vis-à-vis os fenômenos da globalização e do neoliberalismo. A ideia é que este seja um texto que demonstre aos graduandos das áreas das ciências sociais, notadamente as aplicadas, o potencial das análises sociológicas para o entendimento do atual estágio do capitalismo e assim fazê-los perceber a necessidade de valorizar tanto a disciplina, em relação à sua presença na grade curricular, quanto a de buscar melhorar a sua compreensão da dinâmica social como condição fundamental para o futuro exercício profissional. Como metodologia adotou-se o recurso da análise conceitual que busca cobrir os fenômenos referidos através de uma bibliografia sintética, porém significativa e bastante representativa da compreensão desses mesmos fenômenos. Assim, buscar-se-á, através, principalmente, das ideias de: sociedade global, como a pensa Octavio Ianni, globalização e neoliberalismo, pensadas por David Harvey, e descompasso entre econômico e social, no pensamento lefebvriano, através de José de Souza Martins, analisar o potencial do chamado empreendedorismo no contexto das relações sociais de produção.

Palavras-chave

globalização, empreendedorismo, trabalho, capitalismo, neoliberalismo.

Resumé

C'est un texte qui se considère à discuter la globalisation sous le système optique de ce qu'il pense la sociologie concernant la société globale vis-à-vis des phénomènes de la globalisation et du néolibéralisme. L'idée est que c'est un texte qui démontre aux étudiants des secteurs des sciences sociales, notamment les appliquées, du potentiel des analyses sociologiques pour l'accord de la période courante de la formation du capitalisme et faire ainsi pour les percevoir la nécessité pour l'évaluer dans telles disciplines d'une manière, par rapport à sa présence dans le râteau curriculaire, combien de rechercher pour améliorer son arrangement de la dynamique sociale en tant qu'état de base pour le futur professionnel d'exercice. Comme méthodologie la ressource de l'analyse conceptuelle qui il searchs pour couvrir les phénomènes reliés par une bibliographie synthétique, toutefois significatif et suffisamment le représentant de l'arrangement de ces derniers a été adopté les mêmes phénomènes. Ainsi, on recherchera, à travers, principalement, des idées de : société globale, comme elle pense Octavio Ianni, globalisation et neoliberalismo à elle, pensée pour David Harvey, entre et exagération économique et sociale, dans la pensée lefebvrienne, par Jose de Souza Martins, pour analyser le potentiel de l'empresendedorismo d'appel dans le contexte des relations sociales de la production.

Mot-clés

globalisation, empreendedorismo, travail, capitalisme, neoliberalisme.

Globalização: Sociedade Global, Trabalho e Empreendedorismo

Introdução

Este é um texto voltado aos graduandos das áreas das ciências sociais, sobretudo as aplicadas. Logo, este é um texto que não pretende ser denso, nem exaustivo, no que se propõe a apresentar. É, antes, um texto didático, propositivo e provocativo, no sentido em que busca demonstrar como o pensamento sociológico clássico se move nas suas análises das dinâmicas sociais, como pode ser um instrumento poderoso de análise da realidade – para além de como esta se apresenta - e como pode recobrir fenômenos cobertos por discursos de saberes específicos a outras áreas de conhecimento.

É assim que, aqui, se pretende lançar um breve olhar sociológico para o fenômeno do empreendedorismo ao mesmo tempo em que se tenta situá-lo na dinâmica atual do capitalismo. Isto é, contextualizá-lo dentro do mundo globalizado a partir das idéias de uma sociologia da globalização proposta.

Diante disso, admite-se que é possível buscar este objetivo ao apresentar nesse texto a diversidade de formas da globalização e uma breve discussão de sua sustentação ideológica, o neoliberalismo, sobretudo no que diz respeito à sua implementação no Brasil. Portanto, é possível considerar, também, como objetivos desta apresentação tanto uma melhora no entendimento desse fenômeno como uma melhor reflexão a respeito de seus efeitos e pressupostos. Assim, seja para atuar na defesa, seja para reforçar as críticas, a intenção é a de que a leitura desse texto se constitua em recurso para o entendimento da extensividade e da intensidade do capitalismo em seu atual estágio, na expectativa de que ao melhor compreendê-lo, melhorem chances de nele atuar, seja tentando modificá-lo, seja para encontrar espaços novos para apropriação da riqueza na forma em que esta se apresenta, hoje e futuramente, no tocante às suas relações sociais de produção.

Antes de falar sobre a questão, em seu sentido técnico, vamos entender como se pode pensar uma chamada *Sociologia da globalização* a partir das idéias de um dos mais eminentes sociólogos brasileiros, Octavio IANNI (2003).

Em seguida, iremos tentar entender como adequar a idéia de uma *sociedade global* à idéia da reconstrução das relações sociais e econômicas como portadoras de uma indesejada dissociação, visto que produtora de um descompasso em que o econômico se apresenta como um possível e o social como um real aquém das possibilidades dadas ou anunciadas pelo possível, através das idéias de Henri Lefebvre desenvolvidas por José de Souza MARTINS (2000).

Na seqüência, trataremos dos aspectos técnicos, teóricos e conceituais das discussões que se dão em torno das idéias de globalização e neoliberalismo, sobretudo nas visões de HARVEY (2003) e de FERRETTI e SILVA JÚNIOR (2000).

Por uma Sociologia da globalização

IANNI (2003) apresenta a sua idéia de uma sociologia da globalização a partir da questão acerca de uma suposta *sociedade global*. Para este sociólogo, há uma forma de a sociologia se manifestar como ciência e que, por isso mesmo, permite entender que passamos por um momento histórico em que é possível falar em uma sociologia da globalização.

Para Octavio Ianni (2003, p. 237-238):

O paradigma clássico das ciências sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações. [...] Ocorre que a sociedade global não é mera extensão quantitativa e qualitativa da sociedade nacional. Ainda que esta continue a ser básica, evidente, e indispensável, manifestando-se inclusive em âmbito internacional, é inegável que a sociedade global se constitui como uma realidade original, desconhecida, carente de interpretações.

Assim sendo, é preciso que se procure reconhecer as diversas inter-relações decorrentes dessa nova situação, uma vez que o que nos interessa, por agora, é voltar o olhar às questões da ciência da administração (como pertencente ao elenco das ciências sociais, mesmo que sob a rubrica de *aplicada*) e das tentativas de reconhecimento de oportunidades de geração e de apropriação da riqueza em suas novas formas de produção e conseqüentes relações sociais de produção.

Para IANNI (2003, p. 248):

A reflexão sobre sociedade global, em suas configurações e movimentos, transborda os limites convencionais desta ou daquela ciência social. Ainda que haja ênfase e prioridades, quanto a este ou aquele aspecto da globalização, logo fica evidente que qualquer análise envolve necessariamente várias ciências. A economia da sociedade global envolve também aspectos políticos, históricos, geográficos, demográficos, culturais e outros.

Isto significa, vale ressaltar, que qualquer administrador, ou empreendedor (se se quiser assim), precisa buscar conhecimentos dessas novas formas relacionais sob pena de perder de vista tanto a possibilidade de gerar riqueza como a possibilidade de dela se apropriar, o que não é tarefa das mais fáceis, deve-se admitir.

De acordo com GIDDENS¹ (apud IANNI, 2003, pp. 243-244):

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto uma extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercado de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.

Para qualquer administrador, ou empreendedor, o entendimento das questões acerca da diminuição do poder, e da presença, dos chamados Estados-nação² na promoção das políticas sociais e o crescente desenvolvimento do mercado é fundamental para que ele entenda quer o reposicionamento das empresas no mercado global quer a posição que pode ocupar uma empresa nacional qualquer neste mesmo cenário, sem falar na questão fundamental que diz respeito às novas possibilidades de entrada no mercado via empreendedorismo.

Segundo Octavio Ianni (2003, p. 245):

As empresas, corporações e conglomerados transnacionais, em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais.

Este é o horizonte das noções e metáforas que as ciências sociais estão sendo desafiadas a criar: aldeia global, fábrica global, cidade global, nave espacial, desterritorialização, reterritorialização, redes inter e intracorporações, alianças estratégicas de corporações, nova divisão internacional do trabalho, neofordismo, acumulação flexível, zona franca, mercado global, mercadoria global, moeda global, planejamento global, tecnocosmo, planeta Terra, sociedade civil mundial, cidadania mundial, contrato social universal.

Vale reforçar que Octavio Ianni alerta para o fato de que não se pode simplesmente transpor conceitos antigos sobre as questões propostas seja pelo fato de que as novas relações exigem novas interpretações seja pelo fato de que as concepções sobre as realidades locais, a base das antigas formas de entendimento das questões propostas, também se encontram em defasagem. Assim, as teorias sobre as questões locais precisam ser revistas à luz da relação das sociedades locais com a nova sociedade, a sociedade global, bem como para a análise da sociedade global não são suficientes as antigas explicações sobre questões locais.

Não se pode, nesse entendimento, por exemplo, entender as mudanças porque passa um Estado-nação qualquer sem relacioná-las às exigências da sociedade global, entretanto, também não é possível entender esse nova sociedade global tentando relacioná-la ao atual Estado, dito neoliberal. *As relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismos característicos da sociedade global exigem também novos conceitos, categorias, interpretações.* (IANNI, 2003, p. 245).

Finalizando, vale lembrar, que, ainda segundo IANNI (2003, p. 256), há autores clássicos da sociologia que são fundamentais para uma compreensão mais profunda das relações capitalistas, dos quais ele aponta Marx e Weber. Isto é, *a emergência da sociedade global permite repensar a dialética da história esboçada por Marx; ou a teoria da racionalização generalizada sugerida por Weber.*

Para IANNI (2003, p. 256):

Talvez se possa dizer que sem Weber e Marx, fundamentalmente mas não exclusivamente, não é possível pensar, em toda sua abrangência e complexidade, a sociedade global que se forma no limiar do século XXI. Outra vez, no entanto, isso não significa que se torna possível a transferência ou a adaptação pura e simples de conceitos, categorias, interpretações. Pode-se afirmar que as obras de Marx e Weber constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global. Pensar, compreender e explicar essa sociedade, tanto em suas singularidades e particularidades como nos horizontes da história universal.

A sociedade global e as possibilidades entrevistas na dicotomia econômico/social

Há um flagrante descompasso entre espaço e tempo. Há, na verdade, uma simultaneidade de espaços e tempos que configura a chamada *lei do desenvolvimento desigual*. Esta lei pode ser creditada ao pensamento de Marx e pode ser entendida como tendo sido aprofundada por Lênin. Esta lei tem *uma multiplicidade de sentidos e aplicações*. Entretanto, vamos nos apropriar dela através do pensamento de Henri Lefebvre quando afirma que *ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, jurídicas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico* (LEFEBVRE apud MARTINS, 2000, p. 117).

Esse descompasso entre espaço e tempo é possível de ser entendido a partir do entendimento da dissociação entre o econômico e o social na sociedade capitalista. *O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso* (MARTINS, 2000, p. 117).

Se há verdade no entendimento de que o empreendedorismo se apresenta como uma possibilidade de apropriação da riqueza também é verdade que as condições sociais para tanto ainda estão em defasagem. Não aparece no cenário, de modo claro, qual a relação social de produção que mediará essa apropriação, isto é, qual a relação econômica entre as empresas surgidas das possibilidades anunciadas pelo empreendedorismo e as relações sociais exigidas para a configuração desta mesma relação. Entre outras, quais as formações necessárias para tal exercício, quais as relações hierárquicas futuras, por exemplo, entre os conhecimentos ou entre os papéis sociais investidos dos saberes demandados para a nova prática?

Estamos diante de uma realidade econômica tendencialmente subversiva e nova, para as relações capitalistas em suas formas sociais de relação de produção tradicionais. Os papéis de trabalhadores, com seus saberes demandados pelos cargos e ou funções, deixam espaço para os novos, em que buscam se firmar os chamados empreendedores, cujo elenco de conhecimentos ainda não se sabe bem de onde vêm, ou como se conjugam em seus aspectos práticos e teóricos-conceituais.

A questão teoria e prática se recoloca em toda sua plenitude, com novas demandas para sua ressignificação. Até onde a promessa de uma nova inserção social, via novas possibilidades econômicas, se tornará realidade?

Parece que estamos diante de um momento crucial na retomada do sentido de ser humano, em detrimento do que promoveu de desumanização (de coisificação, da transformação dos homens em coisas), até aqui, o capitalismo; visto que o cenário econômico deixa entrever possibilidades de se avançar socialmente, por exemplo, no sentido de ressignificar o trabalho, de lhe dar um sentido existencial pleno através da satisfação e do gozo do saber que se possui, e de seu uso principalmente, e dele retirar dividendos prometidos, desde antes, pelo econômico. É um momento potencialmente rico para uma aproximação entre o possível e o real. Entretanto, para tal, é fundamental que se altere as estruturas da relação entre o social e o econômico.

Nas palavras de MARTINS (2000, pp. 118-119):

A noção de formação econômico-social é retomada por Lefebvre no preciso sentido da coexistência dos tempos históricos. E também no sentido de que nessa coexistência se encerra não o passado e o presente, mas também o futuro, o possível. Quais são as raízes estruturais dessa coexistência? O atraso do real em relação ao possível, o social em relação ao econômico. A própria exploração do trabalho, do homem pelo homem, se incumbem de sonegar ao homem, a todo homem, inclusive ao que explora, as condições materiais de seu desenvolvimento. Elas existem, mas desviadas da destinação de fazer do homem objetivo do próprio homem, empregadas com outras finalidades que não o próprio homem. A coisificação das relações sociais promove a alienação do homem em relação à sua obra, faz com que apareça como coisa e objeto, e não sujeito, de sua própria obra, de que apareça como objeto e não como objetivo do que faz.

Assim, é preciso entender essas novas formas de apropriação propostas pelo empreendedorismo como sendo formas libertárias, formas através das quais será possível a realização do trabalho em que os homens serão o fim e não mais o meio pelo qual se criam coisas, recolocando as coisas em sua estreita dimensão e reposicionando o homem acima dos objetos, das coisas. Dessa forma, dificilmente se poderá reconstruir a aceitação do trabalho como sendo um fim ao qual o homem se submete e assim se submetendo aceita o domínio pelo capital. Na nova forma o trabalho pode se constituir em meio pelo qual o homem submete a coisa a si, e por extensão, ao seu usufruto, dela e do próprio trabalho, o que necessariamente refaz o acordo entre capital e trabalho, e, ao refazê-lo, permitir novas formas de apropriação da riqueza gerada.

Dessa forma, o conceitual adquire nova dimensão quando levado à prática. Não será mais possível identificar a prática à desvalorização do trabalho manual uma vez que essa nova prática será mesmo uma práxis, isto é, será uma prática eivada pelo teórico, embora, ressalte-se que, por outro lado, o conceitual destituído de uma aplicação prática, mesmo que em um nível mais abstrato do que anteriormente, resultará em antigas formas de apropriação da riqueza gerada por este último tipo de práxis. Em outras palavras, tornar-se um empreendedor significa dominar o teórico-conceitual e aplicá-lo, dentro ou fora da empresa (estamos mais propensos aqui a entendê-lo sob sua forma autônoma) de tal forma que a prática, apenas, não seja o guia de sua ação; da mesma forma, a prática, apenas, adquirida no cotidiano, não teórica-conceitual, portanto sem o acréscimo do uso da teoria e dos conceitos resulta em se deixar guiar por essa mesma prática. Os dois exemplos ilustram que dissociados, teoria e prática, são portas abertas à coisificação, ao uso desumanizado de sua força de trabalho, o que é e foi desde o início do capitalismo, senão a principal, seguramente uma das principais fontes da dominação do homem pelo homem.

O que está em jogo é a possibilidade de perceber o momento em que se pode passar de expectador a protagonista da própria história. Nesse sentido, utilizando as idéias de Lefebvre, nos diz MARTINS (2000, pp. 121-122):

Falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontros entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem de ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. São esses desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento. Por isso, fazer a História não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. Uma História assim é, no fundo, uma História sem tensões, sem vida, falsa História. No vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas, Lefebvre observa, não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem um acerto inovação.

No interior da sociedade e no interior de cada um agita-se a efervescência dessa coexistência de modos, mundos, relações, concepções, que não são contemporâneos. [...] É dessa tensão que nasce a práxis revolucionária. Práxis que se funda no resgate e na unificação política dos resíduos – concepções e relações residuais que não foram capturadas pelo poder, que permaneceram nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas. Alternativas do processo de humanização do homem imobilizadas pelo bloqueio do poder que domina a superfície – o espaço, mas também o percebido, o horizontalizado, uniformizado, racionalizado pelas equivalências que resultam das trocas e do igualitarismo abstrato do contrato social e da razão.

Pode-se objetar, com razão, que até aqui parece que o chamado empreendedorismo foi já capturado pelo capital, entretanto, parece que essa é uma maneira de identificá-lo às formas primeiras pelas quais ele se iniciou como prática, ou seja, como terceirização, como consultorias de diversas naturezas e atividades afins. Isto é, como parte do recurso utilizado para a reintrodução do trabalho dispensado – inicialmente sob a batuta da chamada reengenharia -, mas ainda necessário, daqueles que possuíam saberes práticos adquiridos por anos de atividades voltadas aos serviços das empresas, e sem os quais não seria possível manter a posição da empresa no mercado, ao menos durante o tempo necessário à adaptação da vida da empresa ao novo organograma. Entretanto, estas são formas já anteriores ao que se propaga hoje como sendo empreendedorismo, notadamente se vistas sob a ótica do trabalhador autônomo sob o capital³, um trabalhador acessório ao capital. Ou seja, uma espécie de trabalho que apenas recupera, ou atualiza, bens e serviços, mas que não agrega valor e que muito menos o gera. Trabalhos do tipo *assistência técnica*, inclusive como o do sapateiro que ao trabalhar apenas prolonga o uso de um bem cujo valor já está apropriado desde sua fabricação, possibilitando às camadas populares calçarem-se sem que seja preciso ao grande capital produzir bens de valor seguramente fora do desejado à

volúpia necessariamente acumulativa e ampliada do capital. O que se defende, aqui, como potencialmente revolucionária é a imagem de uma sociedade em que o trabalho seja fruto de uma inserção a partir do individual para benefício do coletivo, uma sociedade em que os indivíduos retirem dela o equivalente àquilo que nela colocam.

A idéia de se (re)construir a sociedade a partir da associação, via práxis, das esferas social e econômica, portanto, precisa ser entendida como fundamental para o entendimento da defesa do empreendedorismo como uma forma possível do econômico e de transformação do real pela incorporação dessa forma de trabalho por todo o conjunto da sociedade. Assim, se pensarmos que o feudalismo (ordem que antecede o capitalismo), de forma hegemônica, durou aproximadamente de 1400, século XIII, até aproximadamente 1800, século XIX, é preciso levar em conta que a transformação social proposta, mesmo nas formas tradicionais do trabalho por conta própria sob o capital, através do empreendedorismo deve ser pensada dentro do tempo histórico de vida do capitalismo, ou seja, existe como forma hegemônica desde o primeiro terço do século XIX até os dias atuais, início do século XXI, portanto, contanto com apenas dois séculos de existência, contra os mais de cinco do feudalismo.

Mesmo em se levando em conta a demonstrada habilidade do capital em se reestruturar é preciso reconhecer, sem grandes esforços, que em mais ou menos trezentos anos de reestruturação pela frente, para ficarmos na comparação temporal com o sistema que o antecedeu, é bastante plausível imaginar que as formas de relação entre o capital e o trabalho, e em decorrência as formas de relação social de produção, estejam bastante alteradas, mesmo que fruto de sucessivas reestruturações.

É dessa perspectiva, histórica, que se busca compreender as possibilidades anunciadas pelo atual capitalismo tanto em relação à sua realidade concretizada quanto à que pode vir a ser concretizada.

A questão do ponto de vista técnico, conceitual e operacional

Adotar-se-á como sinônimo de globalização o que HARVEY (2000, p. 140) chamou de *acumulação flexível*:

Um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Para HARVEY (2000), a acumulação flexível está diretamente ligada à chamada *mundialização do capital financeiro*.

De acordo com FERRETTI e SILVA JÚNIOR (2000, p. 57):

A mundialização do capital financeiro é uma das facetas da globalização. Estamos vivendo em tempos de mundialização do capital, mundialização financeira, desregulamentação, Estado mínimo, monetarismo, terceirização, estratificação do mercado de trabalho, enfraquecimento de instituições políticas no âmbito da sociedade civil, privatização das relações políticas entre Estado e sociedade, hegemonia das organizações não governamentais em funções antes estatais, flexibilização em geral etc..."

Entretanto, não se pode falar em globalização sem que se fale em *neoliberalismo*.

O neoliberalismo pode ser identificado como um sistema de idéias que reinventa o liberalismo clássico, introduzindo formulações e propostas caracterizadas pelo conservadorismo político. As teorizações que adota, geralmente emprestadas do pensamento liberal, referem-se basicamente à afirmação genérica da primazia do mercado sobre o Estado e do individual sobre o coletivo. (Dicionário da Educação Profissional, 2000, p. 222.).

Por neoliberalismo adotar-se-á como sinônimo:

O sistema de regulamentação política e social que diz respeito ao novo modelo de Estado, o Estado Gestor, em contra-posição ao Estado Promotor fordista-taylorista. (HARVEY, 2000, p. 140).

Diante disso, é importante ressaltar as implicações para a América Latina, sobretudo para o Brasil, desses dois movimentos: globalização e neoliberalismo.

Podemos dizer, sem medo de errar, que o significado mais apropriado para estes termos no que diz respeito ao continente sul-americano é o de: *privatização*.

A análise neoliberal feita sobre e para se colocar em prática nos países da América do Sul centrou a questão no *tamanho* dos Estados, no *peso* destes em relação à carga de impostos para a sua necessária manutenção. A idéia era de que sem que o Estados se tornassem contabilmente ajustados, o que significava produzir *superávits*, seria impossível sair da situ-

ação de baixo nível de desenvolvimento, dada a ausência de condições de investimentos desses mesmos Estados em suas respectivas economias. Isto é, a análise feita sustentava a idéia de que os Estados latino-americanos estavam, quando não falidos, incapacitados de alavancarem os seus próprios desenvolvimentos por conta, de um lado, dos custos de manutenção das suas estruturas pesadas, e, de outro, por absoluta falta de poupança/recursos para investimentos.

Assim, foi possível defender a idéia de que a possibilidade desses mesmos Estados se desenvolverem estava condicionada à diminuição de seus tamanhos, seja para reduzir custos, seja para injetar capital privado. A saída, portanto, era a da privatização das estatais supostamente ineficientes ou pertencentes a setores cuja presença do Estado era rejeitada pela cartilha neoliberal. A privatização previa que, no primeiro caso, estaria garantido o enxugamento dos gastos, e, no segundo, a entrada de capitais nacionais ou estrangeiros para permitir os investimentos necessários ao desenvolvimento previsto nos planos decorrentes das análises feitas pelos chamados *organismos multilaterais*, especialmente o Banco Mundial e o FMI – Fundo Monetário Internacional, sem esquecer do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Vale lembrar que âncora ideológica dessas análises (neoliberais) é a disseminação da propalada eficiência/eficácia do setor privado ante o setor público. A racionalidade no uso e na implementação de planos e recursos é, nessa ideologia, muito mais própria às organizações e instituições privadas do que às públicas. A privatização aparece, nesse contexto, como uma reorganização racional dos espaços públicos em função dos espaços privados.

Esta lógica, inicialmente restrita aos setores considerados próprios à iniciativa privada em que o Estado disputava com empresas do setor privado logo foi ampliada para setores tradicionalmente vistos e defendidos por toda a sociedade como sendo setores essencialmente destinados aos Estados. Por exemplo, o setor de educação.

Entretanto, mesmo nesse setor a lógica privatista tem avançado a passos largos, como se pode ver nessa matéria do jornal Folha de São Paulo:

Depois dos serviços de coleta de lixo, de varrição pública e de recapeamento asfáltico, os municípios estão terceirizando até mesmo a educação. Prefeitos de 145 cidades brasileiras, sendo 129 no estado de São Paulo (um quinto das 645), passaram a usar os recursos federais destinados ao setor para pagar convênios com sistemas particulares de ensino, como Objetivo, o COC e o Anglo.

Apesar de não ser ilegal, as parcerias são contestadas por especialistas, já que o dinheiro público é repassado ao setor privado e nem sempre os convênios firmados garantem uma melhora na qualidade do ensino. (TÓFOLI, Daniela. Folha de São Paulo, 30/01/2006.)

Não obstante, é preciso ir mais fundo nesse questionamento, até por uma questão conceitual imbricada na própria defesa das idéias neoliberais para apoio às teses de desenvolvimento nos países pobres.

Se se der crédito à palavra de um dos pais do neoliberalismo, notadamente de sua propagação e defesa, o economista Jeffrey Sachs, em entrevista à revista EXAME (<http://portalexame.abril.uol.com.br/revista/exame/edicoes/0863/economia/m0081030.html>, acessado em 23/03/2006), sob o título *Tragam o Estado de volta*, veremos que mesmo entre os chamados arautos do neoliberalismo, ao serem confrontados com a realidade dos países pobres, há a necessidade de se repensar esse modelo de desenvolvimento ligado à globalização.

Vejamos, pois, um trecho da entrevista concedida ao André Lahóz (que assim define o entrevistado: *um dos arautos do neoliberalismo nos anos 80, Jeffrey Sachs é hoje um dos mais veementes defensores da importância do Estado como motor do desenvolvimento. Engajado num trabalho das Nações Unidas para erradicar a pobreza no mundo — o Projeto Milênio —, o economista americano falou a EXAME sobre o papel dos governos no século 21*):

É possível acabar com a pobreza sem a ajuda do Estado?

Não. A erradicação da pobreza extrema exige investimentos em saúde, educação e infra-estrutura. A iniciativa privada não irá colocar dinheiro nas áreas mais pobres do planeta, simplesmente porque não há mercado nesses lugares. Há hoje mais de 1 bilhão de pessoas na luta pela sobrevivência. Com ações bem programadas do Estado, podemos acabar com esse problema até 2025.

Sua tese de que o Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento não vai na contramão de tudo o que muitos economistas defendem?

A questão não é Estado grande versus Estado pequeno. Defendo gastos públicos eficientes em áreas importantes. Veja o que ocorreu na África. Há uns 20 anos, o Banco Mundial dizia que a agricultura naquele continente não funcionava devido à intervenção do Estado. E o que foi feito? Acabaram com os subsídios a pequenos fazendeiros. Resultado: a situação ficou ainda pior.

Qual a sua avaliação sobre os programas de combate à pobreza do governo brasileiro?

O Brasil avançou bastante nos últimos anos, sobretudo na área da educação. Esse processo começou com Fernando Henrique Cardoso e teve continuidade com o presidente Lula. É o rumo certo. Mas é preciso fazer muito mais. Um país que deseja passar de um nível de renda médio para

um patamar mais alto deve investir pesadamente em sofisticação tecnológica. E isso só é possível quando há uma boa base educacional. A Coreia descobriu esse caminho nos anos 70. Por isso, é hoje um país muito mais rico que o Brasil.

Se por um lado é possível rever os conceitos ideológicos usados na implementação do neoliberalismo como ordem mundial, por outro lado, também o é em relação aos conceitos usados na defesa da globalização. Para tanto, utilizaremos um trecho de uma notícia veiculada pela agência noticiosa EFE, que informa sobre um relatório, em forma de livro, lançado pela ONU – Organizações das Nações Unidas.

Diz a EFE:

A globalização e liberalização, como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas, segundo livro divulgado neste sábado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

A publicação, que leva o título "Flat World, Big Gaps" (Um Mundo Plano, Grandes Disparidades, em tradução livre), foi editado por Jomo Sundaram, secretário-geral adjunto da ONU para o Desenvolvimento Econômico, e Jacques Baudot, economista especializado em temas de globalização.

No trabalho se constata que a distribuição das receitas individuais melhorou levemente, graças ao crescimento econômico na China e Índia, mas mesmo assim a repartição da riqueza mundial piorou e os índices de pobreza se mantiveram sem mudanças entre 1980 e 2000.

A desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico.

A desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico.

O livro indica que a desigualdade econômica nos países do Oriente Médio e o Norte da África não mudou, ao contrário da crença generalizada, mas aumentou na maioria dos outros países em desenvolvimento.

Deste modo, constata que a globalização e a liberalização comercial não ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade na maioria de países da África.

No livro se conclui que só uma pequena porção do crescimento da economia mundial contribuiu na redução da pobreza.

"Houve uma tremenda liberalização financeira e se pensava que o fluxo de capital iria dos países ricos aos pobres, mas ocorreu o contrário", anotou Sundaram.

Como exemplo, citou que os EUA recebem investimentos dos países em desenvolvimento, concretamente nos bônus e obrigações do Tesouro, e em outros setores.

A sociologia da globalização, a sociedade global e as questões técnica, conceitual e operacional

Para fins de arremate das idéias costuradas ao longo do texto propõe-se uma reflexão sobre as mudanças em sociedade.

O que a sociologia sempre buscou demonstrar foi que a dinâmica histórica é fruto da construção das diversas formas de relações sociais existentes ao longo dos tempos, mas sempre procurando demonstrar o quanto essa construção depende das formas pelas quais os homens se relacionam entre eles e entre eles e a natureza.

Qualquer mídia que faça jus a esse nome, hoje em dia, aborda a questão da sobrevivência do planeta e do quanto essa sobrevivência está relacionada às formas pelas quais os homens exploram os recursos naturais, entretanto, qualquer análise menos acurada poderá perceber que essas mesmas mídias fogem da questão quando se trata de abordar essa questão da sobrevivência do planeta do ponto de vista de quanto dessa relação entre o homem e natureza é antecedida pela própria relação entre os homens. Isto é, as mídias não querem ver que a exploração da natureza feita pelo homem repousa na vontade do homem em explorar outro homem, através do consumo e de das formas pelas quais o capitalismo gerencia o consumo desde sua origem, ou seja, a produção. Logo, o que está em jogo na relação do homem com a natureza e de mesma base do que está em jogo quando se fala sobre relações sociais de produção.

Quando aqui se propõe um mundo baseado na (re)associação do possível e do realizado, ou do social e do econômico, se está pensando na própria relação do homem com o homem, e em decorrência do homem com a natureza. Alterar as relações sociais de produção face à alteração do possível econômico, através de uma concepção libertária do empreendedorismo, significa pensar em um mundo onde o consumo está condicionado á relação social de produção. Logo, se se alteram as relações sociais de produção é possível imaginar que as relações do homem com a natureza também se alterem de modo positivo. Seria algo como um empreendedorismo intrinsecamente sustentável.

Pode-se, novamente, objetar, quer pelo exercício de futurologia, quer pelo que há de utopia, mas vale lembrar que tanto já existe a profissão de *futurista* como também de utopia vive o capitalismo. O capitalismo vive, essencialmente, da sua eterna utopia: a eterna promessa da realização da ascensão social e do conseqüente consumo dos bens identificados aos de status elevado.

O que se pretende defender é a idéia de que um trabalho ressignificado, tal como proposto anteriormente, só pode ter como resultado uma destinação consciente, humana, ética, moral mesmo, da força de trabalho posta em prática nesse novo contexto de relação social, quer em relação aos outros quer em relação à natureza.

Assim, parece que, re-humanizar os homens através da ressignificação do trabalho significa também ressignificar suas relações sociais de produção o que, portanto, significa alterar qualitativamente as relações entre os homens e entre os homens e a natureza.

O que se propõe é que ao libertar os homens dos homens, através mesmo do trabalho – ou de suas novas formas - salve-se também a natureza, e a possibilidade de vida humana e sadia para as gerações que se sucederão.

Para finalizar, vale dizer, que outras questões acerca do empreendedorismo como, por exemplo, uma possível abertura à precarização das formas tradicionais de trabalho, com a chamada flexibilização das garantias securitárias, decorrente de legislação trabalhista, não são desconhecidas. Entretanto, mais uma vez, o que se pretendeu aqui foi fazer uma defesa de uma possível forma que o empreendedorismo pode assumir historicamente, muito mais do que fazer juízos de valor sobre sua existência meramente acessória ao capital.

Até porque uma das idéias que norteiam a defesa dessa possibilidade libertária que o empreendedorismo carrega, mesmo que de forma pretensamente utópica, tal como defendida aqui, apóiam-se nas concepções de um mundo cuja liberdade essencial se recoloca como base sobre a qual as relações sociais todas devem se dar. Libertar o homem, e a natureza, do peso de uma sociedade clivada pelo choque entre o capital e o trabalho parece ser um caminho indicado a seguir.

Por outro lado, acerca da precarização, é preciso ainda que se diga que não se perdeu de vista, também, as mudanças nas concepções acerca do que se considera desenvolvimento econômico. Esse descompasso entre econômico e social já vem sendo questionado, do ponto de vista dos índices de desenvolvimento econômico, que medem o estágio de uma sociedade qualquer, desde que, provocado por alguns teóricos como, por exemplo, o economista indiano Amartya Sen⁴. Há, hoje, um consenso assumido, sobretudo pela ONU – Organização das Nações Unidas, que aponta outras formas de se definir o estágio de desenvolvimento de uma sociedade qualquer além dos critérios puramente econômicos, em que se destacam variáveis como: índice de educação, distribuição de renda, saneamento básico, entre outras. Essas variáveis (ou sua introdução) deram origem ao que se chama hoje de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH é, atualmente, o indicador mais expressivo do grau de desenvolvimento que uma sociedade qualquer apresenta.

Bibliografia

DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. (2000). Belo Horizonte-MG: Fidalgo & Machado Editores.

FERRETTI, Celso João e SILVA JÚNIOR, João dos Reis (2000). Educação profissional numa sociedade sem empregos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Março/2000, número 109, pp. 43-66.

HARVEY, David. (2000). *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9ª Edição. São Paulo: Loyola.

IANNI, Octavio. Sociologia da globalização. *Teorias da globalização*. (2003). Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 11ª edição. Capítulo 10, pp. 237-256.

MARTINS, José de Souza. (2000). *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec.

Notas

1 Anthony Giddens, *As conseqüências da modernidade*, tradução de Raul Fiker, São Paulo: Editora Unesp, 1991, pp. 69-70.

2 O Estado-nação surge do desenvolvimento do capitalismo no seu local de nascimento, a Europa central, a partir da questão sobre o desenvolvimento do bem-estar social. Assim, o Estado-nação é o sucessor do Estado liberal clássico, burguês, o qual não foi capaz de promover o credo capitalista de consumo identificado ao bem-estar e ao usufruto da produção dos bens em larga escala. O empobrecimento das classes populares exigiu o movimento do Estado em direção ao mercado, produzindo o chamado Estado de Bem-Estar Social, ou Welfare State, ou ainda o Estado Previdência, Interventor, cujas políticas públicas assistenciais alavancaram o nível de vida das classes trabalhadoras ao auxiliar as empresas na reprodução da força de trabalho via sistema de educação pública, saúde pública, créditos habitacionais, entre outras. A idéia de um Estado que atuasse politicamente, portanto, visando a uma melhor distribuição de renda, a uma melhor integração entre os cidadãos de um determinado país, acabou por fundar o assim chamado Estado-nação.

3 Para uma introdução à questão, notadamente do ponto de vista conceitual acerca do trabalho por conta própria no capitalismo recomenda-se a leitura de: PRANDI, Reginaldo (1978). *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo. Coleção ensaio e memória, vol. 14. Mesmo estando com seus dados defasados, portanto datado em seus resultados, não está alterado em sua análise conceitual, ao contrário, talvez seja o momento de atualizar os dados e as categorias que definem o trabalho por conta própria sob o capital.

4 O economista indiano Amartya Sen se notabilizou por suas teorias econômicas a respeito da distribuição da riqueza e sua relação com a liberdade em sentido amplo, entre outras teorias, mostrando a relação da fome com a ausência de liberdade política. Foi laureado com o prêmio Nobel de economia em 1998, por suas teorias acerca da teoria dos jogos nas escolhas políticas. Para tomar contato inicial com suas idéias recomenda-se o vídeo de sua entrevista no programa *Roda Viva*, da TV Cultura-SP, disponível para compra através do sítio: www.culturamarcas.com.br

A contribuição da arte, filosofia, estética e ética para a educação

Rafael Annunciato Neto

Pedagogo, consultor e pesquisador nas áreas de Recursos Humanos e Educação. Especialista em Recursos Humanos e Planejamento Empresarial e Mestre em Administração, leciona Mercado de Trabalho e faz orientação de estágios.

Resumo

De onde viemos, quem somos, por que vivemos, para onde vamos, são questões que impulsionam o homem a construir o seu desenvolvimento, sendo que arte é o resultado da adaptação do homem ao seu **ambiente**. A filosofia é a estrada que a civilização segue para buscar sabedoria que por meio de uma educação ética e estética pode construir um novo limiar. A arte, filosofia, estética e ética contribui para educação na medida em que são entendidos como elementos catalisadores de liberdade e de criação de âmbitos privilegiados que dialogam ativamente com a realidade, proporcionando a contemplação e criação de algo novo e original que enriquece os valores do universo.

Palavras-chave

Arte, Filosofia, Estética, Ética, Educação

Résumé

D'où est venu, qui sont, pourquoi vivait, où nous allons, ils sont des sujets qui forcent l'homme pour construire son développement, et l'art appartient le résultat de l'adaptation à l'homme à son ambiant. La philosophie est l'autoroute pour se mettre à chercher sagesse qui peut construire un nouveau seuil à travers une éducation éthique et esthétique. L'art, philosophie, esthétique et l'éthique contribue à éducation dans la mesure dans ce de est compris comme éléments catalytiques de liberté et de création d'ampleurs privilégiées qu'ils dialoguent activement avec la réalité, en fournissant la contemplation et création, le quelque chose, le nouveau qui enrichit les valeurs de l'univers.

Mot-clés

Art. Philosophie. Esthétique. Éthique et Éducation.

A contribuição da arte, filosofia, estética e ética para a educação

1. Introdução

A educação é uma das principais ferramentas que o homem forja através dos tempos para perpetuar a civilização. O conhecimento humano é produzido, organizado, apreendido e transmitido informalmente ou formalmente. A educação no seio da família, da sociedade ou pelo Estado, dentro da escola, pode ser um ato de criação ou recriação da realidade.

As artes, filosofia, estética e ética podem ser transformadas em elementos integradores do homem na medida em que se constrói âmbitos privilegiados que fomentem a liberdade, o amor e a autonomia. A reflexão sobre a questão implica em apresentar conceitos de arte, filosofia, estética e ética sob a luz da complexidade para a elaboração e a transformação do modo de educar.

2. A arte

Nas cavernas freqüentadas pelos caçadores do Paleolítico, em período que oscila entre 40.000 e 15.000 anos a.C. e nos restos das habitações lacustres e dos primeiros povoados agrícolas em época posterior, medeando de 10.000 a 5.000 a.C., podemos ir buscar claramente as origens de toda a arte (SOUZA, 1974, p. 39).

Souza (1974) afirma que a arte é o subproduto do processo de luta pela sobrevivência, apresentando-se como uma necessidade de afirmação em contraposição ao ambiente hostil e grotesco.

A evolução da arte é o resultado do processo de adaptação do homem ao seu ambiente, ou seja, a fixação no campo, o pastoreio e a agricultura permitiram um salto de qualidade no processo artístico.

A arte no Neolítico reflete a preocupação de expressar as formas ocultas que regem a vida, a natureza e os destinos. O mundo hostil, que apresenta irregularidade na atividade, agrícola e de pastoreio, conduz o homem a projetar-se em mitos (abstracionismo). Os gregos antes de Cristo, ao interpretarem as tendências do Mediterrâneo, reorganizam as concepções e promoveram o surgimento da Arte Clássica da Antiguidade.

A Igreja, após a que do Império Romano, transformou a arte em um elemento de transdisciplinaridade, orbitando nos círculos políticos, sociais e culturais. A representação metafísica da vida nesta fase é uma volta ao sobrenatural como forma de justificativa da vida. Na Renascença, a arte é revigorada com a união na ciência que explica o mundo real.

No século XX a arte quebra paradigmas, rompendo com o passado, sintetizando abstrações que "refletem a imagem do homem em busca de si mesmo" (SOUZA, 1974, p. 44). "Cada cultura, cada época, cada geração e cada indivíduo vê o mundo através de olhos diferentes, sendo impossível, portanto, em relação à arte ter-se como definitivo um conceito ou definitiva uma imagem" (SOUZA, 1974, p. 50).

A arte é uma forma de expressão que antecede a escrita e que possui uma capacidade de demonstrar e estimular o homem. Os diversos sentidos são explorados pela arte: tato, olfato, visão, paladar e audição. A diferença da arte em relação às outras atividades está nos propósitos do artista que explora os elementos. Nas artes plásticas são experimentados os elementos visuais e táteis, tais como forma, linha, composição física, efeitos da luz, textura e cor.

O estado de contemplação é uma busca da empatia e equilíbrio, largamente explorado pelos artistas, podendo ser utilizado no campo educacional como forma de proporcionar a várias visões do mundo e desenvolver potencialidades, além de estimular a criatividade.

“Platão talvez tenha sido o primeiro filósofo a preconizar um sistema de educação baseado na atividade artística” (SOUZA, 1974, p. 53). A proposta de Platão é envolvente, pois a arte estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade, pois envolve dois aspectos fundamentais: a forma e a criação.

A arte é uma forma de expressão presente em todas as culturas através dos tempos. Na escola, é uma atividade criadora com capacidade de ampliar a imaginação e as potencialidades intelectuais.

“A base de toda a arte plástica é a experiência visual e tátil – mas nem toda experiência visual é tátil pode ser considerada obra de arte; a diferença está nos propósitos humanos” (SOUZA, 1974, p. 19-20). A arte é transcendente e pode ser entendida como um elemento que auxilia a criação do conhecimento.

Com a pintura, temos Leonardo da Vinci, que explorou os segredos do corpo humano, dissecando mais de 30 cadáveres para reproduzir, em desenhos, as formas anatômicas, as quais, inclusive, eram utilizadas em suas obras. Outros pintores famosos, como Rembrandt, Goya, Van Gogh e Picasso, entre outros, retratavam cenas de pessoas doentes, mortas, médicos em atividade e de hospitais. Alguns pintores retratavam seus médicos, e alguns médicos pintaram seus pacientes, como ocorreu com Van Gogh e o Dr. Gachet. (TOMMASI, 2001, p. 140).

Segundo Ficher (1978) numa sociedade que aguça a luta de classes, a arte pode divergir da sua função social, transformando o mundo, esclarecendo sobre os aspectos da vida e incitando a ação; entretanto, no núcleo do trabalho, a natureza da arte permanece. Um movimento, uma expressão, uma imagem pode ser entendido como um machado ou um instrumento de mudança, numa sociedade de classes a arte pode ser recrutada para se tornar à voz da mudança ou atuar a serviço de particulares.

2.1 Arte e a teoria da complexidade

“A partir da teoria do símbolo de Suzanne Langer podemos compreender a expressão humana como sendo sempre simbólica, verbal e visual” (ANDRADE, 2000, p. 16). Segundo Andrade (2000), o homem sempre expressou suas idéias e emoções além dos canais convencionais de comunicação (verbal e visual). A verbalização têm sido privilegiada por ser estruturada e completa, permitindo a análise (decomposição de partes para uma observação individual). No final do século XX, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a evolução das culturas favoreceram o surgimento das culturas de massa, revelando o interior do homem e a sua natureza.

Ponty apresenta a incapacidade da ciência positivista de compreender e explicar a arte, pois “a apreensão do objeto artístico se dá por fusão, por uma relação de intercomunicação e não por afastamento e ‘objetivação’, como exige o pensamento científico” (PONTY apud ANDRADE, 2000, p. 23) fruto do modelo cartesiano. O pensamento se torna simbólico, portando, compreender é definir símbolos a partir dos signos.

Morin (2000a) afirma que o ensino privilegia a separação em detrimento da ligação e a análise em detrimento da síntese. Desta forma a ligação e síntese continuam subdesenvolvidos. A alternativa proposta é a religação dos saberes para favorecer o processo educacional e a integralização do homem.

3. Um olhar filosófico sobre educação

De onde viemos, quem somos, por que vivemos, para onde vamos, Deus existe são dúvidas que labutam na mente humana a séculos. A busca continua destas repostas permite construir a estrada para o desenvolvimento humano. A reflexão sobre a existência proporcionou a organização do conhecimento que se estruturou em torno das religiões e filosofias, desdobrando-se nas ciências. Acredita-se que a filosofia é fruto da capacidade do homem de admirar as coisas ao seu redor, sendo a única coisa de que se precisa para ser um filósofo, ou seja, ter a capacidade de admirar as coisas.

O mundo para o filósofo é um contexto no qual ele nunca será capaz de se habituar; desta forma pode ser tornar um ente receptivo e sensível como um bebê e capaz de descobrir o novo a cada momento.

No anseio de explicar os fenômenos da natureza e buscar a compreensão da própria existência as religiões primitivas construíram mitos e lendas que justificavam a vida, tais como: Tor (Deus do trovão), Odin (Deus do Olimpo), Tupã (Deus Guarani) etc.

Os primeiros filósofos foram chamados de “filósofos da natureza” pois estavam interessados na natureza e nos processos naturais, entre eles pode-se destacar Tales de Mileto (grego) que considerava a água a origem de todas as coisas, Anaximandro acreditava que o nosso mundo era apenas um dos muitos lugares no infinito. Anaxímenes defendia a idéia de que o ar era a substância básica de todas as coisas. Todos acreditavam que existia uma substância fundamental, mãe de todas as coisas. Entretanto, Parmênides afirmava que tudo que existe sempre existiu, eliminando qualquer transformação das coisas. Heráclito foi mais longe ao afirmar que tudo flui, ou seja, tudo é movimento e transformação. Empédocles complementou os conceitos quando afirmou que a natureza possuía quatro elementos básicos (terra, ar, fogo e água), atuando em duas forças: o amor e a disputa. Anaxágoras não acreditava na idéia de elemento básico e defendia a posição de que a natureza era constituída por uma infinidade de partículas que podem ser subdivididas em partes menores. O último grande filósofo da natureza foi Demócrito que criou as teorias atômicas, definindo que todas as coisas eram constituídas por pedrinhas eternas e imutáveis.

O período seguinte na Grécia foi chamado de sistemático, cujos expoentes foram, Aristóteles, Sócrates e Platão. Sócrates, imortalizado pelo seu discípulo Platão que registrou suas idéias, estava preocupado em encontrar definições claras e válidas para o que é certo e o que é errado. Platão defendia a idéia de que a realidade é autônoma e está por trás do mundo dos sentidos, nomeando-a como o mundo das idéias. Nele estão as imagens primordiais, eternas, imutáveis, que encontramos na natureza.

Aristóteles, aluno de Platão, estava interessado nos processos da natureza, usando a razão e sentidos para registrar de forma sóbria e pormenorizada os seus escritos, enquanto Platão era como um poeta.

O helenismo foi um movimento que inseriu a cultura grega no cenário internacional, desempenhando um papel predominante, promovendo o sincretismo religioso e continuou a investigar os problemas levantados por Sócrates, Platão e Aristóteles, inserindo a ética como tema importante no contexto internacional. A filosofia dos cínicos foi fundada por Antístenes (discípulo de Sócrates) que em seu discurso afirmava que a verdadeira felicidade era a de se libertar dos fatores externos como luxo, saúde e poder.

O terceiro período da era grega é chamado de ético, pois o interesse da filosofia estava centrado nos problemas morais. Os estoicos afirmavam que todas as pessoas partem de uma mesma razão, influenciando a construção do chamado direito natural que vale para todas as pessoas. Aristipo, aluno de Sócrates, acreditava que o prazer era o bem supremo e contribuiu para o desenvolvimento da filosofia de Epicur que tinha como propósito afastar toda forma de sofrimento. A filosofia baseava-se na busca do prazer e não se restringia aos sentidos.

O pensamento grego termina com o neoplatonismo, afirmando que quanto mais próximo da entrada da caverna, mais próximo de Deus, acreditando existir em experiências místicas, considerado desta forma como um período religioso.

Em 529, Justiniano proibiu o ensino de filosofia, encerrando oficialmente o pensamento grego. Durante aproximadamente 1.000 anos a filosofia foi ofuscada pela teologia, frente ao crescimento do cristianismo e seus desdobramentos no mundo ocidental. O cristianismo pode ser dividido em três momentos, iniciando-se com o pensamento do Novo Testamento na procura dos problemas do mal, a Patrística, que perdurou do segundo ao oitavo século formador da teológica católica, e a Escolástica, nono ao século quinze interessava-se “sobretudo especulativo e a sua glória será a elaboração da filosofia cristã” (PADOVANI & CAMPANHOLE, 1970, p. 223).

O pensamento Moderno começa a se estruturar a partir do século XV, caracterizando pela ruptura do pensamento tradicional (clássico-cristão). O modernismo pode ser dividido em quatro períodos: renascença e reforma (XV e XVI), racionalismo (XVII), empirismo e iluminismo (XVIII). A renascença proporciona uma releitura do pensamento clássico e seus expoentes são: Nicolau de Cusa, Bernardino Telésio, Giordano Bruno, Tomas Campanella, Nicolau Machiavelli e Galileu Galilei.

O racionalismo de Descartes proporciona a reconstrução do pensamento filosófico e a sistematização do pensamento científico, construindo a filosofia dos novos tempos. O pensamento de Decartes impinge a idéia de que se havia um fato que se podia ter certeza, este

fato era o de que ele duvidava de tudo. Se ele duvidava, significava que ele pensava. E se ele pensava, significava que era um ser pensante, ou seja: cogito, ergo sum. Portanto, o conhecimento é reduzido à razão. Os principais expoentes do Racionalismo são: Spinoza, Malebranche, Leibniz e Wolf. Spinoza promoveu uma leitura crítica da bíblia que permitiu reconhecer uma série de contradições entre os textos. No Empirismo o conhecimento não é reduzido à razão, mas aos sentidos que proporcionam os fenômenos, as aparências subjetivas das coisas. Os maiores representantes do pensamento empírico são: Bacon, Hobbes, Loocke, Berkeley e Hume. Loocke, um dos filósofos da experiência, procurou demonstrar a origem dos pensamentos e de suas noções, bem como se o homem pode confiar em seus sentidos. Hume, seguindo a mesma linha de pensamento afirma que a ciência existe a partir da regularidade de um fenômeno e que as 'leis da natureza' ou 'de causa e efeito' são hábitos humanos e não de algo racional. Berkeley, mais que um empirista refuta o racionalismo, afirmando que tudo que existe é aquilo que se percebe.

O pensamento Contemporâneo iniciado por Kant se caracteriza pelo idealismo e subjetivismo, pode ser subdividido nas seguintes correntes filosóficas: idealismo e positivismo. Kant concordava em parte com os racionalistas e com os empiristas, pois acreditava que ambos estavam certos, mas que também tinham exagerados nas suas posições. Kant afirmava que a razão também é importante para compreendermos o mundo a partir das impressões dos sentidos. O Idealismo pode ser considerado o romantismo, fenômeno literário e artístico que proporcionava a criatividade e liberdade de espírito. Os principais representantes do Idealismo são: Fichte, Schelling, Schleiermacher, e Hegel.

Os românticos viam a razão mais profunda da existência no chamado espírito do mundo, enquanto Hegel atribuía outro sentido, considerando como se fosse toda a manifestação humana. A filosofia de Hegel de fato é utilizada para compreender o curso da história, ensinando a pensar de forma frutífera. Paralelamente ao idealismo surge um movimento espiritualista na França e Itália em contraposição ao ceticismo desencadeado pelo idealismo e positivismo. O Positivismo se contrapõe ao realismo abstrato, ocupando espaço a segunda metade do século XIX, caracterizado pela "experiência imediata, pura, sensível, dominada pelas leis mecânicas de associação e de evolução" (PADOVANI & CAMPANHOLE, 1970, p. 451).

Marx além de filósofo foi historiador, sociólogo e economista; ele achava que as condições materiais de vida eram fundamentais para a evolução da história. As condições materiais além de determinar uma sociedade, também determinavam as condições espirituais. Darwin a partir da análise da vida animal, diferentemente da Teoria de Lamark, elaborou a teoria da evolução e seleção natural que explica os saltos da evolução humana. Freud, a partir da análise do homem, identifica três elementos fundamentais para a compreensão do ser: o id, o ego e o superego. As conseqüências dos seus estudos levaram a abrir a porta do inconsciente humano.

A filosofia do século XX se caracteriza pela diversidade e variedade de correntes filosóficas, entre elas o Intucionismo, o Modernismo, o Pensamento Espanhol, o Atualismo, a Fenomenologia, o Existencialismo. O Intucionismo defende a idéia de que o conhecimento está na apreensão imediata, ou seja, na intuição. O Modernismo visa à síntese entre o cristianismo e o pensamento Moderno. O Pensamento Espanhol procurava renascer a filosofia escolástica. O Atualismo é o Idealismo Hegeliano renovado. A Fenomenologia enfatiza o fenômeno, ou seja, o dado imediato que contem a essência, objeto da pesquisa fenomenológica. O Existencialismo é uma reação e crítica ao racionalismo e ao historicismo hegeliano. Seu fundador foi Kierkegaard, ele acreditava que o mais importante era a busca das verdades que são importantes para cada um, o fundamental para ele era a existência de cada um e afirmava que a maioria das pessoas se relaciona de forma inconseqüente com a vida.

A filosofia é uma expressão humana de interação entre o sujeito e o objeto. A análise dos primórdios da filosofia indica que o processo de construção do conhecimento e reflexão sobre a existência é uma atitude 'poética' ao se deparar com as coisas ao redor.

Tudo flui na filosofia, a análise desta pequena trajetória do pensamento filosófico indica que o rio do conhecimento é visto, interpretado e demarcado em toda a sua extensão, entretanto deve-se salientar que a água nunca é a mesma.

A educação é uma extensão do processo de reconhecimento do mundo, demonstrando que em muitos momentos o homem se distanciou da abordagem direta (sujeito/objeto), favorecendo o surgimento de múltiplas visões e múltiplos significados filosóficos. A educação formal é o resultado dos anseios da sociedade e do pensamento vivente (filosófico), desde os seus primórdios a escola é utilizada como um elemento que reproduz o conhecimento para transmiti-lo de geração em geração. Os primeiros registros constam que Platão (427-347 a.C.), após a morte de Sócrates, criou uma escola chamada de Academia nos arredo-

res de Atenas em um bosque que homenageava o herói grego Academum, onde ensinava filosofia, matemática e ginástica, fundamentado no diálogo vivo. Epicuro, por volta de 300 a.C., cria a escola filosófica dos Epicureus que desenvolveu a ética do prazer baseada em Aristipo conjugada com a teoria atômica de Demócrito. As diversas escolas filosóficas indicam que não existe um caminho único ao conhecimento e à apreensão da realidade. No entanto, a educação não pode se distanciar da natureza humana, desprezando os processos de desenvolvimento humano que se iniciam a partir da interação do sujeito versus objeto. A educação como processo de construção do conhecimento e formação de um pensamento crítico favorece a reflexão sobre a condição humana, portanto, deve em seu cerne considerar que a contemplação da vida (coisas ao redor), a experimentação (sentidos) e a razão são elementos indutores do saber. A filosofia caracteriza-se pela reflexão e busca da compreensão do sentido da realidade, do homem e sua relação com a natureza e aos outros, do trabalho e seus desdobramentos.

3.1. Educação e subjetividade

“Os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber” (MORIN, 2000a, p. 15).

O conhecimento fragmentado é útil para o uso técnico, nas ciências físicas e biológicas, pois seus modelos estão relacionados ao conceito de causa e efeito, seguindo o pensamento cartesiano. A visão integradora que compõe a sabedoria se perde neste contexto.

O desafio da busca da sabedoria deve considerar três pontos fundamentais a serem considerados no processo educacional, a saber: o cultural, o sociológico e o cívico. “A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino” (MORIN, 2000a, p. 20). A reforma do ensino remete necessariamente a discussão sobre a questão dos paradigmas da estrutura do conhecimento, confirmando-se como um elemento de análise que transcende os arquétipos mentais vigentes.

O ensino é fruto dos arquétipos mentais vigentes, a sua transformação se processará quando a escola implementar sua estrutura desta forma retro-alimentará o pensamento transformando-os.

“Afinal, de que serviriam todos os saberes parciais senão para formar uma configuração que responda a nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas?” (MORIN, 2000a, p. 116).

4. Ética

Segundo Tugendat (1996), ética, na atualidade, é compreendida como o estudo sistemático, reflexivo e filosófico sobre a moral. Entretanto, deve-se considerar que o termo ética, de origem grega, possui dois significados que podem confundir a sua interpretação, “pois na ética aristotélica não apenas ocorre o termo *éthos* (com *e* longo) que significa “propriedade do caráter” mas também o termo *éthos* (com *e* curto) que significa costume, e é para este segundo termo que serve a tradução latina” (TUGENDHAT, 1996, p. 36). O termo “moral”, traduzido para o latim como *moralis* que significa usos e costumes, hoje é empregado como um termo técnico que se refere a moral. VÁSQUES (1999) afirma que o termo moral, que veio do latim *mos* ou *mores*, *costume* ou *costumes*, é um conjunto de normas adquiridas por hábito, enquanto que ética, do grego *éthos*, significa *modo de ser* ou *caráter* que, é uma forma de vida conquistada pelos homens. Embora existam divergências de posição quanto ao uso do termo moral, pode-se aceitar que atualmente o termo moral é empregado para representar costumes e hábitos enquanto que ética, o caráter.

Vasquez (1999) trata a ética como uma ciência que se preocupa em estudar a moral e defende a tese de que a filosofia é ciência da moral, desta forma “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano” (VÁSQUES, 1999, p. 23).

Em suma, a ética científica está estreitamente relacionada com a filosofia, embora, como já observamos, não com qualquer filosofia; e esta relação, longe de excluir o seu caráter científico, o pressupõe necessariamente quando se trate de uma filosofia que se apóia na própria ciência (VÁSQUEZ, 1999, p. 29).

A ética ao estudar o comportamento humano e as relações em sociedade fornece dados, substanciais para esclarecer um tipo peculiar de comportamento que é a moral. VÁSQUES (1999) afirma que moral é um conjunto de normas aceitas que regulam o comportamento individual e social.

5. Estética

Segundo Chauí (2000), estética é o conhecimento sensório e experimental. A teorização da estética pode ser dividida em dois períodos, sendo que o primeiro se inicia por Platão e Aristóteles que trata a arte sob a forma de poética, e o segundo em 1750, que trata a arte como estética (aesthesis) que gradativamente substitui o termo arte poética. O objeto inicial da estética era estudar a arte como forma de criação da sensibilidade, tendo como propósito final o belo, atualmente a arte não é entendida como produção da beleza, mas também como expressão de emoções, desejos, crítica social e atividade criadora de objetos artísticos. Desta forma, a estética está retornando ao seu propósito inicial, a poética que entende a arte não como contemplação, fantasia, emoção, mas trabalho. A filosofia investiga a estética a partir de três grandes áreas de concentração: arte e natureza; arte e humano e funções-finalidade da arte. Ela investiga a arte e natureza como proposta da arte de imitar a natureza, ou seja, não reproduzir, mas representar a realidade através de regras que figure o ser. Arte e humano investiga a arte como forma de conhecimento, “fantasia, jogo, sabedoria oculta, desejo, explosão vital, afirmação da vida, acesso ao verdadeiro” (CHAUÍ, 2000, p. 323) é dessa forma que a estética concebe a arte. As funções-finalidade da arte abrangem as atividades pedagógicas e de expressão em que a função pedagógica tem o caráter formar o indivíduo para a sociedade a partir da elevação e do sentimento do sublime; a expressão é a revelação e a manifestação da realidade.

Quintás (1992) afirma que a experiência estética exige a experiência artística a ponto de superá-la, desta forma o artista tem um poder singular para intuir o caráter ‘ambital’, relacional, das realidades e acontecimentos, e expressar e dar corpo numa figura sensível. Estas figuras não reproduzem objetos, são imagens que dão corpo e relevo a âmbitos, revelando a condição luminosa e sua interna racionalidade e verdade. A experiência estética permite romper com a realidade e perceber os diversos planos que se integram em um processo expressivo.

6. Considerações finais

A integralização do homem pela arte, filosofia, estética e ética por meio da educação pode ser alcançada a partir do desenvolvimento da tomada de consciência, uma vez que a liberdade e a autonomia são conseqüências do ato de contemplação da vida (coisas ao redor), de experimentação (sentidos) e a razão como elementos indutores do saber.

Segundo Quintas (1992, p.227) “a experiência estética implica a artística e a ultrapassa”, desta forma a estética possui um componente que se relaciona com a ética, pois a experiência estética contribui para a criação de âmbitos.

A obra-de-arte deve ser considerada ética quando está compromissada com a realidade que faz vibrar o homem e impulsionar a liberdade interior, ou seja, a arte é ética no momento que direciona o artista a fomentar sua liberdade. O âmbito educacional que a arte ética pode proporcionar na educação é o resgate do homem através da ação criadora a partir do qual reflete o seu interior, a sua luz intelectual e a autonomia de construir/desconstruir, amar/odiar e, sobretudo de viver.

O educador exigente não se contentará com pouco, não procurará o fácil; sua formação deverá ser a formação de um intelectual atuante no processo de transformação de um sistema autoritário e repressivo; o rigor será uma exigência para sua prática, contra um *laissez-faire* que se identifica com o espontaneísmo, contra o qual se insurgia Gramsci, em sua reflexão sobre a práxis educativa (RIOS, 2001, p. 69).

A arte, filosofia, estética e ética contribui para educação na medida em que são entendidos como elementos catalisadores de liberdade e de criação de âmbitos privilegiados que dialogam ativamente com a realidade, proporcionando a contemplação, pois “aquele que contempla cria algo novo, prodigiosamente originário, e enriquece o tesouro de valores do universo”. (QUINTÁS, 1992, p. 233).

7. Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Liomar Quinto. *Terapias expressivas*. São Paulo: Vetor, 2000, 180p.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FICHER, Ernst. *A necessidade da arte*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- JOLIVET, Régis. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1972, 445p.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar e reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a, 128p.
- _____. *Ciência com consciência*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b, 350p.
- MONROE, Paul. *História da educação*. São Paulo: Editora Nacional, 1983, 387p.
- PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. 8ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.
- QUINTÁS, Alfonso Lopes. *Estética*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001
- SOUZA, Alcídio M. *Artes plásticas na escola*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.
- TOMMASI, Sonia M.B. *Arte-terapia e medicina*. Revista Integração. Universidade São Judas Tadeu, n. 25, Ano VII, Maio-2001, pg. 139-142.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VÁSQUES, Adolfo Sánches. *Ética*. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 304p.
-

O Estatuto da Fruição Estética nos Novos Museus

Cristian Ribeiro de Oliveira

Filósofo pelo Centro Universitário Nossa Senhora da Assunção e Mestrando em Filosofia pela PUC-SP, leciona Filosofia e Ética Empresarial

Resumo

Esse artigo propõe uma análise sobre a fruição estética dos novos museus usando as premissas presentes nos escritos do pensador Paul Valéry, dos filósofos frankfurtianos, Adorno e Benjamin e, por fim, do pensador francês Jean Baudrillard. Buscar-se-á olhar atentamente nesse trabalho a confusão que ocorre dentro dos novos museus ante a grandiosidade de informações lá existente, os atrativos comerciais, o canto sedutor das suas arquiteturas. Falando acerca do que ocorre na mente do espectador do museu, recorreremos à irônica e elegante explanação dos textos do Valéry. Após, haverá um comparativo entre a teoria adorniana versus a teoria benjaminiana e suas contribuições sobre como fruir dentro desses novos museus e a importância das transformações ocorridas no momento contemporâneo dos novos museus. Por fim, faremos uma explanação do conceito de efeito Beaubourg no pensamento de Baudrillard.

Palavras-chave

obra de arte, apreciação, estética, museus, tecnologia.

Abstract

This article considers one analyzes on the aesthetic enjoyment of the new museums using the premises gifts in the writings of the thinker Paul Valéry, of the frankfurtianos philosophers, Adorno and Benjamin and, finally, of the French thinker Jean Baudrillard. One will search to intently look at in this work the confusion that occurs inside of the new museums before the there existing grandiosidade of information, attractive the commercial ones, I sing it seducer of its architectures. Speaking concerning what it occurs in the mind of the spectator of the museum, we appeal to the ironic and elegant communication of the texts of the Valéry. After, it will have a comparative degree enters the adorniana theory versus the benjaminiana theory and its contributions on as to inside enjoy of these new museums and the importance of the occurred transformations at the moment contemporary of the new museums. Finally, we will make a communication of the concept of Beaubourg effect in the thought of Baudrillard.

Keywords

work of art, appreciation, aesthetic, museums, technology

O Estatuto da Fruição Estética nos Novos Museus

Introdução

Se analisarmos os ares de introversão e austeridade que outrora reinavam nos museus e o compararmos com os ambientes festivos, tão em voga nos museus contemporâneos, constata-se quão grande foram as mudanças ocorridas. O visitante dos “novos museus” tem à disposição, dentro deles, belos jardins, terraços, cefeterias, ricos restaurantes, ateliês, livrarias etc. Hoje não é difícil perceber que as pessoas que formam as filas nas entradas dos novos museus não estão imbuídas do amor à arte de outrora, ou seja, poucos são os que estão interessados nos ricos acervos dos museus. A grande população está sedenta pelas múltiplas atrações já citadas e outras tantas. Também há atração sedutora na arquitetura dos novos museus, que nada fica a dever aos modernos shoppings das grandes urbes, para maior clarificação do que falamos acerca dessa arquitetura dos novos museus citamos o arquiteto Stirling – principal responsável pelo museu de Stuttgart:

Se os museus são hoje lugares de recreação, e as exposições apresentam inegável dimensão mercantil, por que tanto escrupulo, por que economizar no projeto os elementos que podem evocar centros comerciais?1.

Creio que a busca dum contato plenamente intimista com uma obra de arte não terá guarita nos novos museus, pois não há neles um ambiente propício ao recolhimento e à relação íntima necessária, e não poucas vezes a tentativa de apreciar uma obra no interior dos novos museus será apenas “pose, de fato um anacronismo inviável”2.

O que pretendemos mostrar com o presente trabalho é a competitividade entre os novos museus e as obras encontradas em seu interior, além da condição do visitante, que jogado nesse “embate de atenção”, fica como que perdido entre a apreciação do museu ou do seu acervo, ou ainda mais, de suas “atratividades comerciais”; importante é analisar o fato dos novos museus se tornarem verdadeiros shoppings onde o povo é levado a esquecer a obra para apreciar o museu em si. Utilizando-nos de duas concepções, a saber, de Theodor Adorno e Walter Benjamim sobre os museus, faremos um comparativo entre essas duas visões acerca do problema da apreciação nos novos museus. Também pensaremos sobre o estatuto da apreciação do visitante no museu usando o delicioso texto de Paul Valéry intitulado: O Problema dos museus. Ciente que somos, de nossas limitações, esperamos ter obtido um resultado aceitável, ainda que não tenhamos alcançado a profundidade merecida por tão instigante assunto.

Com a convicção que a explanação aqui apresentada servirá como um norte para futuras argumentações, possibilitando-nos, assim, explorar tão rico e estimulante terreno, convidamos ao leitor mergulhar na reflexão sobre o problema da fruição estética nos novos museus como uma crítica esclarecedora do poder da imagem e o desvirtuamento existente no mundo contemporâneo.

O Problema dos Museus

Para explanar ainda mais a temática do problema da relação com a obra nos novos museus recorremos à explicação sobre os problemas dos museus segundo Paul Valéry³. De forma irônica ele revela-nos uma visão clara acerca dos problemas dos museus focando a relação entre o visitante e o clima dos museus. A questão das intromissões alheias, a opressão dos cartazes, o caos da misturas das obras... Tudo levou Valéry a uma indagação, que pode ser a que muitos visitantes sentem ao entrar no museu e deparar-se com uma estranha “desordem organizada”; um horror sagrado:

Vim me instruir, buscar meu encantamento, ou cumprir um dever e satisfazer as conveniências? Ou ainda, não seria um exercício de tipo particular este passeio bizarramente entravado por belezas e desviado a cada instante por estas obras primas à direita e à esquerda, entre as quais é necessário conduzir-se como um bêbado entre os balcões?⁴

O certo é que segundo Valéry o grande número de artistas que o acompanha no museu o leva a uma sensação de tédio, reprovação, fadiga. O problema da apreciação assume proporções maiores quando eclode de vez a disputa entre as obras: Um verdadeiro jogo de inveja e disputa pelo olhar, que tem a possibilidade de lhes conferir existência. Essa confusão gerada pela disputa das obras ocasiona um caos subjetivo no visitante:

O ouvido não suportaria escutar dez orquestra ao mesmo tempo. O espírito não pode seguir nem conduzir várias operações distintas. E não há raciocínios simultâneos. Mas olho, na abertura de seu ângulo móvel e no instante de sua percepção, acha-se obrigado a admitir um retrato e uma marinha, uma cozinha e um triunfo, personagens em estados e dimensões os mais diferentes e, além disso, devem acolher, no mesmo olhar, harmonias e maneiras de pintar incomparáveis entre si.⁵

Além da violência recebida pela visão, também a inteligência é desrespeitada por causa da estreita reunião entre importantes obras, pois, elas são objetos de raríssima importância cuja preferência é de que fossem únicas: o quadro que está à frente obrigatoriamente aniquila os que estão em torno dele. Essa forma de justapor produções que se devoram umas às outras, de enfileirar obras de delícias singulares segundo princípios abstratos é errônea.

Dentro desse aspecto concluímos que as nossas obras nos oprimem e nos atordoam. A competitividade que leva a concentrá-las numa morada faz exagerado o seu efeito levando-nos a uma sensação de solidão ante tanta arte. A conclusão que se chega é de que ante tanta produção que levaram milhares de horas para serem finalizadas, que foram carregadas de anos de pesquisas, inúmeras sensações de experiências, infinitos olhares de atenção... Fatalmente nos torna superficiais. Em suma:

Pintura e Escultura, diz-me o demônio da Explicação, são crianças abandonadas. Sua mãe está morta, sua mãe arquitetura. Enquanto vivia dava-lhes seu lugar, seu uso, seus limites. A liberdade de vagar lhes era recusada. Tinham seu espaço, sua luz bem definida, seus temas, suas alianças... Enquanto ela vivia, elas sabiam o que queriam...⁶

Duas Visões: Adorno e Benjamin

Como primeiro paradigma utilizar-se-á a meditação de Adorno acerca dos museus, tendo uma concepção singular de que o gosto do moderno redesenhou a visão pejorativa que os museus tinham. Adorno qualificou os museus como verdadeiros “gabinetes de história natural” levando assim a uma neutralização da cultura. Entretanto, não é segundo Adorno, motivo para fechar os museus já que as ambigüidades aí encontradas nada mais são do que reflexos da própria arte moderna e da relação desta com o público.

Adorno levanta algumas problemáticas acerca do presente tema: é necessário repor a obra no seu lugar de origem, ou não re-inserir a obra numa tradição? É preciso respeitar o modo original de exposição da obra ou alterá-lo? Fazer obras díspares dialogarem ou justapô-las? Instruir ou deleitar o visitante?

Eis alguns dilemas que persistem malgrado as mudanças ocorridas nos museus. Todavia, em Adorno verificamos a problemática da autonomia da obra de arte, ou seja, a maneira, pela quais os museus interpretam a autonomia. É no seu texto Valéry – Proust que Adorno mostra duas posições antagônicas que se corrigem e meditam o problema latente na coisa mesma, ou seja, não faz sentido ser contra ou a favor do museu. No ápice da sua meditação Adorno conclui que a única relação possível com a obra, para o público que frequenta o museu, é primeiramente escolher uns dois ou três quadros; deter-se diante deles com a concentração daqueles que estão diante de verdadeiros ídolos. Vale ressaltar que o dilema de Adorno foca a idéia moderna de museu:

Ao contrario de uma relação de culto, essa concentração especializada do esteta antes fortaleceria do que dissolveria o Eu (...) é preciso que o Museu Moderno (...) esconda o seu lado de edifício público, criando pequenos espaços diferenciados como numa casa, facilitando a relação íntima com a obra (...)⁷

Uma Segunda referência, contraponto natural à teoria adorniana, é a teoria benjaminiana da distração.

Antes, porém, ousamos fazer algumas considerações, porque importante, acerca do pensamento de Walter Benjamin. Esse Filósofo tinha seu ensaio “A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução” na conta de primeira grande teoria materialista da arte. O ponto central desse estudo encontra-se na análise das causas e conseqüências da destruição da “aura” que envolve as obras de arte, enquanto objetos individualizados e únicos. Com o progresso das técnicas de reprodução, sobretudo do cinema, a “aura”, dissolvendo-se nas várias reproduções do original, destituiria a obra de arte de seu status de raridade. Para Benjamin, a partir do momento em que a obra fica excluída da atmosfera aristocrática e religiosa, que fazem dela uma coisa para poucos e um objeto de culto, a dissolução da aura atinge dimensões sociais. Essas dimensões seriam resultantes da estreita relação existente entre as transformações técnicas da sociedade e as modificações da percepção estética. A perda da aura e as conseqüências sociais resultantes desse fato são particularmente sensíveis no cinema, no qual a reprodução de uma obra de arte carrega consigo a possibilidade de uma radical mudança qualitativa na relação das massas com a arte. Embora para ele o cinema exija o uso de toda a personalidade viva do homem, este se priva de sua aura. Se, no teatro, a aura de um Macbeth, por exemplo, liga-se indissolúvelmente à aura do ator que o representa, tal como essa aura é sentida pelo público, o mesmo não acontece no cinema, no qual a aura dos intérpretes desaparece com a substituição do público pelo aparelho. Na medida em que o ator se torna acessório da cena, não é raro que os próprios acessórios desempenhem o papel de atores.

Benjamin considera ainda que a natureza vista pelos olhos difere da natureza vista pela câmara, e esta, ao substituir o espaço onde o homem age conscientemente por outro onde sua ação é inconsciente, possibilita a experiência do inconsciente visual, do mesmo modo que a prática psicanalítica possibilita a experiência do inconsciente instintivo. Exibindo, assim, a reciprocidade de ação entre a matéria e o homem, o cinema seria de grande valia para um pensamento materialista. Adaptado adequadamente ao proletariado que se prepararia para tomar o poder, o cinema tornar-se-ia, em conseqüência, portador de uma extraordinária esperança histórica.

Em suma, a análise de Benjamin mostra que as técnicas de reprodução das obras de arte, provocando a queda da aura, promovem a liquidação do elemento tradicional da herança cultural; mas, por outro lado, esse processo contém um germe positivo, na medida em que possibilita outro relacionamento das massas com a arte, dotando-as de um instrumento eficaz de renovação das estruturas sociais. Trata-se de uma postura otimista, que foi objeto de reflexão crítica por parte de Adorno.

Se para Walter Benjamin o recolhimento diante de uma obra tornou-se numa escola de comportamento anti-social, Para Adorno a teoria de distração “esclarecida” errava pelo seu espontaneísmo:

Transformar as massas populares em sujeito coletivo do cinema, por exemplo, é esquecer perigosamente o quanto elas são portadoras de todos os traços da mutilação da personalidade característica do progresso capitalista”⁸

Certamente Benjamin tinha ciência que o riso dos freqüentadores de cinema não tinha nada de revolucionário, mas, cria ele, a recepção coletiva reproduzida pela técnica poderia liberar a potência cognitiva que estava presa nos grilhões da cultura afirmativa. Benjamin acreditava que a distração estética do especialista amador era um germe de um novo olhar que desembocaria na conformação de uma ordem social superior. O que Benjamin pensava era numa arte de massa, produzida para ser reproduzida, indo de encontro às obras recolhidas num museu.

Baudrillard e o Efeito Beaubourg

No mundo ocidental, sobretudo nas últimas décadas, os espaços dedicados aos Museus e Centros de Arte tornaram-se, eles próprios, em meios poderosos de “visualização” dos Estados e das suas cidades no seio dos circuitos internacionais das Artes e do Turismo, passando a integrar os diversos imaginários urbanos e a traduzir formalmente os sucessivos discursos político-culturais vigentes. Torna-se assim possível observar a relação entre “cultura política” e “política cultural” a partir do seu reflexo na concepção e programação de diferentes gerações dos novos Museus.

Entre o Estado-Providência, ressurgido na Europa do II Pós-guerra, o Neoliberalismo, reforçado a partir de finais da década de 70, e aquilo a que podemos chamar, hoje, de Sociedade Global, percorrem-se diferentes gerações de políticas culturais que se caracterizam: inicialmente, por uma concepção “socializante” e “paternalista” de Cultura, dirigida a públicos

homogêneos e “passivos” (vista, sobretudo do lado do “emissor” cultural); num segundo momento, por uma visão “massificadora” e depois “populista”, em busca de “novos públicos” ou de “audiências” (vista, sobretudo do lado do “receptor” ou “consumidor” cultural); e mais recentemente, e numa reação a ambas, por uma aposta na “disseminação” crítica, e em rede, da criação e da curadoria artísticas, potenciando o seu caráter polissêmico e polinuclear, em função de públicos diferenciados e “ativos” (apostando em novas formas de “intermediação” cultural).

A progressiva transformação do espaço arquitetônico e urbano, dentro e fora dos Museus, vem traduzindo estes diferentes “discursos” político-culturais: do Modernismo herdamos um museu inserido numa “nova monumentalidade” racionalista, isolada ou auto-referenciada em relação à cidade (a geração de espaços do tipo White cube, edificados entre os anos 40 e 60); da incursão pós-moderna (nos anos 70 e 80) resultou uma arquitetura “informal”, “icônica” ou “catalítica” das transformações urbanas (sob o efeito Beaubourg) com espaços polivalentes de cariz temático; a partir do fim-de-século, e do acento dicotômico global/local, surge uma espécie de “pós-Museu” (isto é, já longe da sua formulação oitocentista) cuja concepção assenta, ora, na exaltação do chamado

Efeito Bilbao, do “museu-marca” e do “franchising cultural” (disseminado em diversas cidades do mundo), ora, por oposição, em experiências do tipo “museu-instalação”, onde o “conteúdo” se sobrepõe ao “contentor”, através de programas iconoclastas (relendo criticamente o estatuto da Arte) ou relacionais (aproximando os “exercícios” da criação e da cidadania).

Bibliografia

- LYOTARD, Jean-François, *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
_____, *O Pós-Moderno explicado às crianças*. 2a ed. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- ADORNO, T., W. *Teoria Estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1970.
- ARANTES, Otília B. F. *Os novos museus*. São Paulo: CEBRAP, 1991.
- VALÉRY, Paul. *O Problema dos museus*. São Paulo: Revista MAC, 1993.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

Notas

- 1 Arantes, Otília B. F. *Os novos museus*. São Paulo: CEBRAP, 1991.
 - 2 IDEM.
 - 3 VALÉRY, Paul. *O Problema dos museus*. São Paulo: Revista MAC, 1993.
 - 4 IDEM.
 - 5 IBDEM.
 - 6 IBDEM.
 - 7 Arantes, Otília B. F. *Os novos museus*. São Paulo: CEBRAP, 1991.
 - 8 IDEM.
-

Complicações Materno-Fetais ao se Desenvolver Diabetes Gestacional

Camila Regina S.S.de Camargo
Enfermeira. Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, sob
orientação da Professora Zaide Silva Frazão.
camvca@hotmail.com

Resumo

Devido ao aumento da incidência e prevalência, Diabetes Gestacional tornou-se um dos mais importantes problemas de Saúde, uma vez que eleva o risco de ocorrência das doenças crônicas não transmissíveis. Tem-se demonstrado que a gestação pode atuar como desencadeante ou agravante do Diabetes Gestacional. Através de revisão bibliográfica, este trabalho teve como objetivo descrever as complicações materno-fetais relacionados o Diabetes Gestacional. Esta patologia materna tem sido associada ao aumento das taxas de complicações durante o trabalho de parto, maior ocorrência de cesáreas, macrosomia fetal, desenvolvimento de hipertensão materna, nefropatia e malformação congênita fetal. Para prevenir ou minimizar as complicações, previamente e durante a gestação, tanto a gestante como a equipe de saúde deve se esforçar para identificar e eliminar os possíveis fatores de risco por meio de um diagnóstico, avaliação cuidadosa e tratamento apropriado.

Palavras- Chave

Diabetes Gestacional, Gravidez, Hiperglicemia Gestacional, Diagnóstico.

Abstract

Due to the rise of its incidence and prevalence, Gestational Diabetes became one of the most important Health problems, once it increases the risk of non-transmissible cronical diseases. Studies have shown that pregnancy can be the trigger or an aggravation factor to Gestational Diabetes. Through bibliographical revision, this study has the objective of describing the maternal and fetal complications related to Gestational Diabetes. This maternal pathology has been associated with the rise of: complications during labor, development of maternal hypertension, occurency of cesareans, fetal macrosomy, nefopatya and fetal congenital malformation. Aiming to prevent or minimize the complications before and during pregnancy, the pregnant and the health team have to work hard to identify and eliminate the risk-factors by using diagnosis, careful evaluation and appropriate treatment.

Key-words

Gestational Diabetes, Pregnancy, Gestational Hyperglycemia, Diagnosis

Complicações Materno-Fetais ao se Desenvolver Diabetes Gestacional

1. Introdução

A escolha do tema deste trabalho de conclusão de curso surgiu depois de termos pesquisado vários temas relacionados à obstetrícia. O assunto foi escolhido pela facilidade de convivência com essa patologia e a fácil manobra de interpretação de como e onde nós Enfermeiros devemos atuar na melhora materno-fetal.

Os profissionais que acompanham a gestante no pré natal tem papel fundamental no rastreamento e no diagnóstico do diabetes gestacional. A detecção precoce das alterações metabólicas através dos conhecimentos dos fatores de risco do desenvolvimento desta patologia e da interpretação dos critérios bioquímicos de diagnóstico, mediante a glicemia de jejum e o teste oral de tolerância à glicose, visa a instituição imediata do tratamento, minimizando a morbidade e mortalidade materno-fetal(Mansur et al., 2001).

Nem tudo que assusta termina mal ou fica sem solução. O diabetes que a mulher pode ter durante a gravidez é um caso típico, se diagnosticado corretamente e bem controlado, pode levar a gravidez a termo e a mulher pode ter um bebê saudável(Leite et al., 2000).

O Diabetes Mellitus até hoje é considerada uma doença crônica, isto significa que os recursos científicos vão até o controle da doença e orientações e não mais além. O Diabetes tipo I, é mais rara surge tanto em crianças como em adultos, é controlável por meio de insulina. Neste caso o pâncreas não fabrica mais insulina, por isso são denominados insulino-dependentes. Já o Diabetes tipo II surge na idade adulta, habitualmente não é necessário o controle com insulina, mas sim com outros medicamentos, por isso denominados insulino não dependentes, porque, neste caso, o pâncreas ainda fabrica insulina mas em quantidade insuficiente, ou a ação do pâncreas não é satisfatória para a quebra de glicose(Leite et al., 2000).

Os diabetes gestacionais são definidos como intolerância aos hidratos de carbono, de grau variado de intensidade, diagnosticada ou reconhecida pela primeira vez durante a gestação, podendo ou não persistir após o parto. Este conceito é bem amplo porque inclui tanto o diabetes gestacional propriamente dito, quanto os variados graus de intolerância gestacional à glicose (IGG) (Vera et al.,2001).

Segundo a classificação do "Report of the Expert Committee on the Diagnosis and Classification of Diabetes mellitus" (1997), diabetes mellitus gestacional (DG) é definido como qualquer grau de intolerância à glicose com início ou primeiro reconhecimento durante a gestação.

Trata-se de doença com início insidioso, difícil controle glicêmico e que pode repercutir negativamente sobre a saúde materna e do feto(Aquino,2003).

O diabetes mellitus gestacional é definido como intolerância à glicose de graus variáveis com início ou primeiro diagnóstico durante o segundo ou terceiro trimestre de gestação. A reclassificação entretanto pode ser feita após o parto, utilizando critérios padronizados para a população não-gestante (Maganha et al.,2003).

O monitoramento glicêmico feito através da dosagem da glicemia capilar(dextro), pela própria paciente, várias vezes ao dia é considerado ideal. Recomendações recentes incluem a monitorização da dextro ao menos quatro vezes ao dia (Maganha et al., 2003).

Até mesmo com um controle glicêmico adequado, mantido durante a gestação, cerca de 20 a 30% dos recém-nascidos de mães diabéticas nascem com peso excessivo(Maganha et al.,2002).

O cuidado não deve ser limitado apenas aos aspectos fisiopatológicos, sendo necessário um atendimento multiprofissional, para melhor conceituar, definir parâmetros, realizar procedimentos e estabelecer medidas preventivas relativas à gravidez de alto risco(Gomes et al., 2004).

Os recém nascidos de mães com DG possuem maior risco de apresentarem complicações, muitas das quais relacionadas à macrossomia fetal, o que leva à taxa elevada de partos cesáreos, traumas no nascimento e aumento da mortalidade neonatal. Além disso, desenvolvem diversas complicações tais como síndrome de angústia respiratória do recém nascido, icterícia neonatal, alterações eletrolíticas e hipoglicemia. Há descrição também de malformações congênitas(Vera et al.,(2001).

Gallop e Leone (2000) refere que o diabetes quando ocorre durante a gravidez, manifesta-se por uma sobrecarga hormonal, causada pela gestação. Pode-se concluir que diabetes gestacional costuma ser um aviso de uma tendência para a manifestação posterior de uma diabetes não relacionada à gravidez. O DG tem normalmente uma evolução benigna e é mais facilmente tratado que aquele observado em pacientes anteriormente diabético.

2. Objetivo

Descrever as complicações materno fetais decorrentes do Diabetes Gestacional.

3. Método

Para se obter sucesso nesta pesquisa, foi decidido fazer uma pesquisa bibliográfica descritiva.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, e seu objetivo é colocar o profissional e pesquisador em contato direto com tudo o que se foi dito, escrito, filmado sobre determinado assunto.

Neste sentido para Benedicto et al (1999), pesquisa bibliográfica tem como objetivo selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre alguns assuntos.

Além de se optar por uma pesquisa bibliográfica, o método descritivo conforme Andrade (2003,) relata que o pesquisador submete as literaturas de uma forma seletiva, analítica, interpretativa e correlaciona fatos, fenômenos ou estabelecimento de relações variáveis.

Para elaboração desta pesquisa bibliográfica consultamos obras de literatura nacional e internacional, entre o período de 1995 à 2005, ou seja, nos últimos 10 anos. Foram consultados periódicos livros e artigos indexados no Lilacs e Dedalus. Os principais periódicos consultados foram Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil, Revista Escrita De Enfermagem da USP e Revista Adolescente & Saúde.Como descritores para busca em base de dados foram utilizadas palavras chaves: diabetes, diabetes mellitus, diabetes gestacional, complicações por diabetes e complicações na gestação.

O material bibliográfico foi obtido em biblioteca privada, biblioteca virtual e pública.

Os materiais consultados foram revisados, selecionados, interpretados e analisados, buscando conhecimento e compreensão sobre Diabetes Mellitus na gestação, onde foi efetuado um fichamento e organizado os seguintes sub-itens: O que é Diabetes Mellitus?O que é Diabetes Gestacional?Como rastrear? Como Diagnosticar? Como realizar e controlar o tratamento na diabetes gestacional?Quais as principais são as complicações materno fetais?.

A abordagem qualitativa nos levou, entretanto, a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, para efeito da apresentação de resenhas, ou seja, descrever pormenorizada ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto e, a partir daí, estabelecemos uma série de correlação para, ao final, darmos nosso ponto de vista conclusivo Oliveira (2002).

4. Desenvolvimento

Diabetes Mellitus

Inclui um grupo de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia, resultante de defeitos na secreção de insulina e/ou em sua ação. A hiperglicemia se manifesta por sintomas como poliúria, polidipsia, perda de peso, polifagia e visão turva ou por complicações agudas que podem levar a risco de vida: a cetoacidose diabética e a síndrome hiperosmolar hiperglicêmica não cetótica. A hiperglicemia crônica está associada a dano, disfunção e falência de vários órgãos, especialmente olhos, rins, nervos, coração e vasos sanguíneos. Diabetes é uma situação clínica freqüente, acometendo cerca de 7,6% da população adulta entre 30 e 69 anos. Alterações da tolerância à glicose são observadas em 12% dos indivíduos adultos e em 7% das grávidas. Cerca de 50% dos portadores de diabetes desconhecem o diagnóstico e cerca de metade dos indivíduos com essa doença o quadro é assintomático (Gross et al., 2002).

O diabetes melitos, é classificado em:

Diabetes Mellitus (DM) imune-mediada ou do tipo 1

Resulta de um processo auto imune órgão-específico que acarreta na perda da secreção de insulina pelas células beta. Este é um processo destrutivo crônico que envolve as duas vias do processo imunológico específico: o celular e o humoral. Tal processo se inicia meses e até anos antes do início do quadro clínico o qual só irá aparecer quando a reserva funcional do órgão estiver esgotada. A patogênese da DM tipo 1 difere da do tipo 2 porque nesta última além da diminuição de liberação de insulina pelo pâncreas existe também resistência periférica a ação deste hormônio.

O tipo 1 diabetes é subdividido em 1A e 1B. No primeiro, a etiologia autoimune tem sido claramente demonstrada; já no segundo embora, no qual a etiologia auto imune não pode ser identificada (idiopático).

O processo de destruição da célula beta é crônico, freqüentemente iniciado durante a infância e continuando por muitos meses e anos.

Antes do desenvolvimento da doença clínica, autoanticorpos contra células beta e seus antígenos são detectáveis. A natureza, intensidade e a expressão antigênica esses autoanticorpos distinguem indivíduos que irão desenvolver DM daqueles que não o farão.

Calcula-se que, por ocasião do diagnóstico clínico, aproximadamente 80% das células estão destruídas e as ilhotas estão infiltradas por células mononucleares, num processo de inflamação crônica conhecido como insulite.

No caso do DM tipo 1B, que são 10% dos pacientes com diagnóstico de DM tipo 1, não tem sido possível implicar mecanismos de auto imunidade. Estes pacientes não têm auto anticorpos ou evidências de insulite. Além disso apresentam altos níveis séricos de enzimas pancreáticas, o que leva alguns autores a sugerir que seja causado pela destruição viral de células beta (Aquino et al., 2003).

Diabetes Mellitus Tipo II

A maioria das diabéticas não são insulino-dependentes, ocorrendo esse tipo de diabetes mais comumente em indivíduos de mais idade que na infância. Esta doença por caracterizada por gradual e lento início de cetoacidose. Em geral ocorre a partir dos 40 anos; contudo pode-se iniciar em jovens, sendo denominado de diabetes de início de maturidade juvenil.

O Diabetes tipo II é freqüentemente associado à obesidade, a herança é marcante, 30% apresentando história familiar da doença. No grupo de diabetes de início na maturidade juvenil a herança é dominante, estando presente em 50% entre irmãos de mesmos pais, e em 85% quando há parente afetado pela doença.

O desenvolvimento desta doença em um dos gêmeos idênticos é rapidamente seguido de diabetes no irmão, na maioria das vezes. Em gêmeos não idênticos a ocorrência é de 25%. Estas observações demonstram, de forma eloqüente, que a herança está relacionada a defeito no metabolismo dos hidratos de carbono (Morais et al., 2000).

5. Diabetes Gestacional

O diabetes melitos gestacional(DMG) envolve qualquer grau de intolerância à glicose precisa ser detectado porque é causa de morbidade materno-fetal durante e após a gravidez.A DMG é definida como intolerância à glicose de graus variáveis com início ou primeiro diagnóstico durante o segundo ou terceiro trimestre da gestação. A reclassificação, entretanto pode ser feita após o parto, utilizando critérios padronizados para a população não gestante. Sua incidência é variável sendo estimada em 3% a 8% das gestantes. A gestação é um estado hiperinsulêmico, parcialmente explicada pela presença de hormônios diabetogênicos, tais como a progesterona, o cortisol, a prolactina e o hormônio lactogênio placentário. Os níveis glicêmicos de jejum tendem a ser mais baixos na gestante, contudo, os valores pós-prandiais são mais altos, sobretudo naquelas em não há aumento adequado na liberação de insulina. Os pacientes com DMG apresentam uma diminuição ainda mais acentuada da sensibilidade periférica à insulina, como no diabetes tipo 2, além de uma secreção diminuída de insulina, explicando os picos pós-prandiais. Entretanto, a fisiopatologia do DMG não está totalmente elucidada, podemos afirmar que são duas adaptações metabólicas relevantes na gravidez: 1- Solicitação contínua de glicose e de aminoácidos essenciais pelo concepto, acrescentando-se as necessidades de ácidos graxos e colesterol, 2- Modificações hormonais (principalmente as determinadas pelo glucagon, pela somatomatropina cariônica, estrogênios, progesterona e glicorticóides) e também a presença de certas enzimas, como as duas potentes insulinases placentárias(Morais et al., 2000).

A glicemia do feto é de 10 a 20 mg/dl menos do que a encontrada no organismo materno. Esta diferença, contudo, não seria capaz de explicar toda a magnitude da transferência deste carboidrato. Assim, existem outros mecanismos além da transferência facilitada como os carreadores de glicose. A grávida em seu metabolismo é exaurida de glicose, ela transfere este carboidrato em quantidades apreciáveis para o feto, elimina pela urina e necessita também de quantidade significativa para atender ao aumento da volemia. Esta contínua solicitação de glicose obriga o organismo a valer-se de mecanismo metabólicos alternativos de produção de energia, exaltando-se normalmente a glicogenólise, a glicogênese e, em particular, a hidrólise de triglicérides no tecido adiposo. Esta em busca de novas fontes de glicose conduz a reações que aumentam os corpos cetônicos e os ácidos graxos livres(Mauad et al., 2000).

Observa-se contudo limitações na glicogenólise hepática e na gliconeogênese, esta pela diminuição dos ácidos aminados maternos. Como consequência a grávida apresenta hipoglicemia, e aumento dos ácidos graxos livres. Estas condições metabólicas na grávida normal caracteriza um estado liminar de jejum. O jejum noturno e/ou prolongado conduzem a estado metabólico acelerado de inanição. A literatura assinala que os teores de glicose devam ser expressos em mmol/l. Obtém-se a transformação em mmol/l por 18(lembrando que o peso molecular da glicose é de 180g/mol).Esta homeostasia da glicose materna e fetal é mantida particularmente pela duplicação da secreção de insulina no último trimestre. Este conhecimento tem enorme implicação no controle do diabetes na grávida(Moraes et al., 2000).

A insulinemia fetal, detectada a partir de 12^o semana, depende dos estímulos da glicemia e tem o básico no desenvolvimento do nascituro. Pelas suas características anabólicas, a insulina atua no metabolismo dos carboidratos, aumentando a lipogênese na síntese de proteínas. Este hormônio pancreático, quer o materno ou o fetal, não ultrapassa a placenta. Na diabética mal controlada, o feto recebe grande aporte de glicose, causando-lhe hipertrofia das células Beta do pâncreas e consequentemente hiperinsulinismo. A glicose aumenta, no concepto, os depósitos de tecido adiposo, que é o que valoriza a hiperglicemia como ponto de partida de todos os agravos do feto(Reece et al., 1996).

Se todas as gestantes fossem resistentes á insulina, a incidência do DMG seria superior aos níveis encontrados. A hiperglicemia fetal por sua vez , estimula a produção exagerada de insulina que interfere na homeostase fetal, desencadeando: macrossomia, fetos grandes para a idade gestacional (GIG), aumento das taxas cesáreas, traumas de canal de parto e distocia de ombro, hipoglicemia, hiperbilirrubinemia, hipocalcemia e policitemia fetais, distúrbios respiratórios e óbito fetal intra-uterino(Zugaib et al ., 2003)

6. Fatores de risco

É de extrema importância uma anamnese bem elaborada e dirigida visando o reconhecimento dos fatores de risco do desenvolvimento do DMG uma vez que as gestantes que apresentam dois ou mais fatores de risco tem maior probabilidade de apresentar esta entidade. Estes fatores são os seguintes: Idade maior que 25 anos, obesidade, deposição central

excessiva de gordura corporal, baixa estatura, história familiar de diabetes em parentes de 1º grau, uso de medicamentos com ação hiperglicemiantes(corticóides), ganho acentuado de peso durante a gestação atual, crescimento exagerado, polihidrâmnio, hipertensão arterial, doença hipertensiva específica da gestação na gravidez atual. Estudos que analisaram minuciosamente anamnese de pacientes com diagnóstico de DMG revelaram porcentagem de 47% a 56% de gestantes com fatores de risco positivos(Farias et al., 2001).

7. Rastreamento

Até hoje há muitas controvérsias em relação aos critérios de rastreamento e diagnóstico do DMG. Nogueira et al levantam as seguintes questões: quais gestantes devem ser rastreadas: todas ou só aquelas que apresentam fatores de risco? quais os valores de corte no rastreamento? qual a época de realização do rastreamento? o rastreamento pode ser utilizado como diagnóstico? quais os valores limítrofe da curva? como realizar a curva? Ainda existem dúvidas sobre os critérios se deve adotar em relação ao custo benefício. O rastreamento pode ser universal ou seletivo. O rastreamento universal é realizado em todas as gestantes independente da presença dos fatores de risco de desenvolvimento de DMG. O rastreamento seletivo só é feito em pacientes que apresentam dois ou mais fatores de risco(Laun et al., 2001).

O rastreamento e o diagnóstico de DMG devem ser feitos na segunda metade da gestação, entre 24º e a 28,2 semanas, porque este é o período de maior aumento dos hormônios placentários, principalmente o hormônios lactogênio placentário(HPL) que tem ação hiperglicemiante. Nesta fase, observa-se aumento da secreção de insulina pela célula Beta das ilhotas pancreáticas (mecanismo compensatório). Se a reserva pancreática de insulina da gestante estiver no limiar, sua produção de insulina endógena poderá ser inadequada e a intolerância à glicose surgirá. Pacientes que apresentam hiperglicemia de jejum ou intolerância à glicose no 12º trimestre da gestação provavelmente já eram diabéticas e devem ser tratadas como tal. Em relação a idade foram acompanhadas 6.214 gestantes, utilizando os critérios do NDDG(National Diabetes data Group) e reconheceram 0,5% de DMG em pacientes com idade inferior a 20 anos e 4% em pacientes com idade entre 35 a 38 anos. Com estes resultados os preconizam que se faça o rastreamento universal em todas as gestantes com idade superior a 24 anos e o rastreamento seletivo nas pacientes com idade inferior a 24 anos(Laun et al., 2001).

Atualmente há dois critérios mundiais aceitos para o rastreamento e o diagnóstico de DMG sendo eles:

A ADA (Amertcan Dtabetes Associantton) e o ACOG (American College of Obstetricians and Gynecologist) adotaram os critérios do NDDG e realizaram o rastreamento entre 24º e 28º semana de gestação com glicemia 60 minutos após sobrecarga de 50 g de glicose anidra em qualquer horário do dia, independente da ultima refeição. Gestantes com valores iguais ou superiores a 140mg/dl passam para a fase diagnosticada, que adota o teste oral de tolerância à glicose(TOTG) com critérios de O´Sullivan de Mahan (com ressalva de manter jejum de 8 a 14 hs, e dieta de pelo menos 150g de hidratos de carbono nos últimos três dias); os valores de corte são: glicemia dejejum 105mg/dl; 190mg/l; 1h: 180mg/dl; 2h: 155mg/dl e 3h: 150mg/dl. Considera-se diagnóstico de DMG dois ou mais pontos de curva com valores iguais ou superiores a estes níveis. Um ponto alterado é diagnóstico de IGG(Mansur et al., 2001).

No XI Congresso brasileiro de Diabetes, em 1997, formou-se um grupo de trabalho em Diabetes e gravidez que elaborou normais e diretrizes para tentar padronizar critérios de rastreamento e diagnóstico desta entidade, posteriormente publicados como Consenso Brasileiro sobre Diabetes Gestacional. De acordo com este estudo, adota-se o rastreamento seletivo, iniciando-se com glicemia em jejum na 1ª consulta do acompanhamento pré-natal. O ponto de corte é de 85mg/dl a 90mg/dl dependendo de cada serviço de saúde. Considera-se rastreamento negativo resultados inferiores a estes limites. Se a paciente apresentar dois ou mais fatores de risco repetese a glicemia de jejum 1 mês após a 29ª semana de gestação. Pacientes com níveis superiores a estes valores, independente da presença de fatores de risco, passam para a fase de diagnóstico adotado pela OMS que é o teste oral de tolerância à glicose com 75g de glicose anidra. Valores iguais ou superiores a 110 mgdl necessitam de uma repetição para confirmação. Caso a glicemia mantenha-se acima de 110mg/dl faz-se o diagnóstico de DMG. Se o resultado da glicemia não reproduzir o da primeira, passa-se para a fase de diagnóstico(Farias et al., 2001).

8. Diagnóstico

Quanto aos critérios de diagnóstico do DMG, não há consenso na literatura. Há várias divergências, tanto no que diz respeito em estabelecer qual o melhor teste de triagem, como em relação aos limites de glicemia a serem utilizados e também quando realizar o teste, como foi citado acima. Na atualidade, considera-se padrão-ouro para o diagnóstico de diabetes o teste de tolerância oral à glicose, com dois ou mais valores alterados, segundo critérios definidos pelo National Diabetes Data Group. Estes limites correspondem, no sangue total: jejum, glicemia menos que 105mg%; uma hora, menos que 190%; duas horas, menos que 165mg% e três horas, menos que 145%mg. Já há evidências que está é a melhor curva. Estudos recentes mostrou que, utilizando valores mais baixos para TTG oral(95,180,155 e 140mg% para os momentos acima descritos), há um incremento de 54,0% no diagnóstico de diabetes gestacional, aumentando obviamente também os custos.No entanto, seu efeito em diminuir a incidência de resultados desfavoráveis não foi significativo. Com este critério, houve diminuição na incidência de fetos com peso igual ou superior a 4 Kg de 17,1% para apenas 16,9 %. Além disso, muitos autores tem discutido que as evidências disponíveis não possibilitam recomendar um screening universal para o diagnóstico do diabetes gestacional, inclusive mostrando que este resultado por si so eleva a incidência de parto cesária entre outra desvantagens. Desta forma, utilizar o TTG oral em um protocolo de rastreamento de diabetes na gravidez é oneroso e não generalizável. Muitos autores tem utilizado, para mulheres portadoras de fatores de risco para diabetes(antecedentes familiares de diabetes, RN anterior com peso acima de 4Kg, obesidade, mau passado obstétrico inexplicável, diabetes em gestação anterior, ganho excessivo de peso na gestação atual, idade superior a 35 anos, etc.), a glicemia de jejum como método de rastreamento e só realizam o TTG oral quando indicado com valores entre 91 e 110mg%. No grupo de gravidez sem estigma de diabetes, tem sido proposto realizar o teste de sobrecarga(glicemia uma hora após a ingestão de 50g de glicose oral) entre 24 e 26 semanas de gestação. É considerado, atualmente que se deve utilizar o valor de 140mg% para o ponto de corte deste teste. O valor de 130mg% indicaria uma maior proporção de TTG, com importante aumento significativo do diagnóstico do DMG. Foi realizado um workshop internacional sobre diabetes gestacional, cuja abordagem para triagem e diagnóstico desta condição patológica engloba aspectos que procuram identificar todas as gestações em risco. A proposição é que inicialmente seja realizada uma triagem clínica na primeira consulta e novamente entre 24 a 28 semanas, para os casos em que o diagnósticos de DMG não foi realizado agrupando as mulheres em três categorias: alto risco(obesidade acentuada, diabetes em parentes de primeiro grau, antecedente de intolerância a glicose, macrosomia prévia, e glicosúria na gestação atual) , baixo risco(peso normal fora da gravidez e ganho de peso esperado na atual gestação, sem antecedentes de intolerância à glicose, bom passado obstétrico, ausência de antecedentes familiar para diabetes, raça de baixo risco para diabetes) e médio risco(aquela que não se encaixa em nenhuma das categoria anteriores)(Aquino et al., 2003).

Para as mulheres de alto risco, recomenda-se glicemia de jejum na primeira consulta pré-natal e, se não for feito o diagnóstico, repeti-la entre 24 e 28 semanas. Para o risco médio, a glicemia de jejum deverá ser realizada entre 24 e 28 semanas. No baixo risco, não há necessidade desta solicitação, mas se pode realizar um teste de sobrecarga entre 24 e 28 semanas. Para aquelas com alto risco, muitas vezes a glicemia de jejum pode ser suficiente para confirmar o diagnóstico,porém, nos casos em que a glicemia de jejum não esteja suficientemente alta para o diagnóstico(entre 106 e 125mg%), deverá ser realizado um teste de estímulo com glicose por uma hora e, se este indicar aumento de risco de diabetes gestacional, deve-se realizar um teste de tolerância à glicose oral (TTG oral). Estes passos também são utilizados para mulheres de médio e baixo risco, entre 24 e 28 semanas. A frequência dos testes de triagem positivos e sua especificidade para detecção de diabetes gestacional variam de acordo com o ponto de corte selecionado para a glicemia em uma hora(130 ou 14mg%). Em alguma populações, as taxas de diabetes são tão altas com este teste que se recomenda já partir para o TTG oral completo e, assim, evitar uma alta proporção de diagnósticos(Amaral et al., 2003).

Então, resumando os passos das recomendações deste workshop, se o diagnóstico não foi feito por hiperglicemia severa em duas ocasiões e o teste de sobre carga indicou risco para diabetes gestacional, solicita-se o teste de tolerância à glicose oral, de três horas, com administração de 100g de glicose. Não há concordância sobre a conduta ou interpretação deste teste em mulheres grávidas. A abordagem do National Diabetes Data Group utiliza valores mais altos, já relatados anteriormente. Outros critérios, como o deste workshop, incorporando concentrações de glicose mais baixas (95, 180, 155, 140mg%), aumentam a porcentagem de mulheres grávidas classificadas como tendo diabetes gestacional, porém a maioria destas mulheres adicionais e seus filhos não correm risco de morbidade relacionada à glicose(Mauad et al., 2000).

9. Tratamento

O primeiro passo no tratamento do diabetes gestacional é um plano alimentar. A recomendação da Associação Americana de Diabetes é de fornecer a está grávida energia e nutrientes adequados para suas necessidades e para reduzir a hiperglicemia (Aquino et al., 2003). Com a introdução da insulina na terapêutica, a taxa de carboidratos na dieta manteve-se entre 35% a 65% das calorias, e objetivou-se restrição calórica e de carboidratos para melhor controle glicêmico. Entretanto, é importante a manutenção da oferta protéica na gestação, tanto para o crescimento fetal adequado, quanto para garantir o aumento da produção de insulina necessário na gestação. O recomendado pela American Diabetes Association é limitar a ingesta de carboidratos em 40% do total de calorias diárias. A porcentagem de carboidratos da dieta tem correlação significativa com a glicemia pós-prandial. Para a manutenção da glicemia pós-prandial menos que 140mg/dl, são necessárias taxas inferiores a 45% dos carboidratos no café da manhã, inferiores a 55% no almoço e inferiores a 50% no jantar. Contudo, para controle ainda melhor(com valor de glicemia menor que 120mg/dl), as porcentagens de carboidratos são respectivamente 33%, 45%, 40%.

O total de calorias ingeridas deve ser dividido em várias refeições, sendo recomendado: apenas 10% do total de calorias no café da manhã, já que neste horário ocorre os picos de hormônio do crescimento e cortisol, gerando maior hiperglicemia pós-prandial,; 60% divididos entre o almoço e jantar; e os 30% restantes divididos entre dois ou três lanches no decorrer do dia(Maganha et al., 2003).

O exercício no diabetes melito gestacional tem como objetivo primordial diminuir a intolerância á glicose através do condicionamento cardiovascular, que gera aumento da ligação e afinidade da insulina ao seu receptor através da diminuição da gordura intra-abdominal, aumento dos transportadores de glicose sensível à insulina no músculo, aumento do fluxo sanguíneo em tecidos sensíveis à insulina e redução dos níveis de ácidos graxos livres. Cronicamente, o exercício também aumenta o numero de transportadores de glicose no músculo. Além disso, o consumo muscular é responsável por 75% da glicose sanguínea.

A maior preocupação, contudo, é a segurança na gravidez para a mãe e para o feto. Os parâmetros mais importantes a serem avaliados durante a pratica esportiva, visando o bem-estar materno-fetal são: frequência cardíaca, pressão arterial, temperatura e dinâmica uterina maternas; e frequência cardíaca fetal(Maganha et al., 2003).

Avaliando o controle glicêmico e a adesão á dietoterapia, através do recordatório alimentar e da evolução ponderal, será definida a necessidade de insulina. Na gestação, recomenda-se utilizar insulinas humanas. A dose total diária varia de 0,8 a 2,0 U/kg. Inicia-se com uma insulina de ação intermediária(NPH ou lenta) em dose única matinal(0,3 U/kg/dia). Em casos específicos, como naqueles em que somente glicemia de jejum está elevada, pode-se iniciar a insulinização com uma dose de ação intermediária, ao deitar(0,1 U/kg/dia). A adequação do esquema é feita, levando em consideração o controle glicêmico e ganho de peso. A depender desses parâmetros, são feitos os ajustes, podendo-se utilizar doses múltiplas de insulina de ação intermediária, associadas ou não as de ação rápida. Durante o seguimento, o aumento da dose de insulina deve ser de aproximadamente 20% da dose anterior de cada retorno, levando-se em consideração o ganho ponderal, o perfil glicêmico e a resposta a um aumento de dose anterior(Montenegro et al., 2000).

10. Complicações Materno-Fetais

Nas ultimas décadas, tem havido uma evolução importante no manejo de gestações em pacientes diabéticas, com conseqüente redução da morbidade e mortalidade materno-fetal(Montenegro et al., 2003).

Em gestantes diabéticas, a incidência de bacteriúria assintomática é cerca de três vezes maior do que em não diabéticas. Daí a necessidade de pesquisa periódica e tratamento, quando necessário, para evitar evolução para a pielonefrite, com conseqüente descompensação do diabetes e complicações perinatais. Quando não há tratamento adequado do diabetes na gravidez, há maior chance de pré-eclâmpsia, quando comparada ás gestantes normais, o mesmo ocorrendo em relação á mortalidade materna, seja por nefropatia, doença vascular, complicações infecciosas ou mais raramente por coma cetoacidótico(Aquino et al., 2003).

As principais complicações maternas decorrentes do diabetes gestacional são: a descompensação metabólica(que pode evoluir para um quadro de cetoacidose diabética), as infecções urinárias de repetição(levando ao quadro de pielonefrite aguda) e a doença hipertensiva especifica da gestação. Durante a evolução da gestação pode haver ruptura precoce da bolsa, abortamentos e polihidrânio levando a partos prematuros e cesáreos(Aquino et al., 2003).

Quanto ao feto, em diabéticas compensadas, a incidência de aborto é semelhante a da população em geral, o mesmo com relação a prematuridade. No entanto, o aumento do volume do líquido amniótico não se correlaciona somente com o grau de controle de diabetes. Inclusive, o mecanismo deste aumento ainda não é totalmente conhecido; tem correlação com a diurese osmótica em decorrência da hiperglicemia fetal, e as conseqüentes complicações associadas com o trabalho de parto, são os tipos mais freqüentes e graves de morbidade na mulher diabética. A etiologia da macrossomia pode ser definida pela presença de vários fatores: hiperglicemia e hiperinsulinismo fetal, com conseqüente estímulo à glicogênese e lipogênese e também por obesidade materna, assim ocasionando maior transporte de ácidos graxos livres para o feto. Porém, em muitos casos, com o tratamento do diabetes na gravidez, não ocorre melhora do tratamento excessivo do feto. Os conhecimentos disponíveis apontam para a seguinte linha de raciocínio: a macrossomia em mulheres diabéticas parece estar definida nas primeiras oito semanas de gestação. Parece que o descontrole glicêmico precoce poderia ser o responsável pelo hiperinsulinismo fetal que não mudaria com o tratamento materno mais tardio. Assim, deve-se entender a macrossomia em gestantes diabéticas com conseqüências de múltiplos fatores, inclusive raciais e étnicos, com respostas fetais diferentes aos desequilíbrios do metabolismo materno. A alta incidência deste crescimento fetal excessivo em mulheres diabéticas provavelmente se reduz quando os níveis de corte nos testes diagnósticos são maiores e incluem mais gestações. Em relação ao recém-nascido, mais uma vez enfatiza-se que o controle glicêmico e a melhor assistência à grávida diabética possibilitaram que a morte perinatal esteja próxima a da população geral nestas mulheres. Atualmente a causa mais comum de morte fetal ou neonatal na gestante diabética são as anomalias congênitas. Dentre as gestantes diabéticas, a incidência de malformação congênita está entre 5% a 10% e poderia se explicar por uma etiologia multifatorial, que inclui descontrole metabólico, alterações vasculares placentárias, teratogenicidade dos hipoglicemiantes orais usados inadvertidamente, entre outros (Menezes et al., 2001).

12. Considerações Finais

O profissional envolvido na assistência à gestante deve estar atento para o diagnóstico do DMG (Diabetes Mellitus Gestacional), uma vez que os mesmos acompanham seu pré-natal. No ato de suas entrevistas com a paciente, tanto o médico, quanto à enfermagem, deve se alertar aos fatores de risco, que conseqüentemente se tornam materno-fetais, se não houver um acompanhamento adequado. O rastreamento universal é dispendioso, mas pode ser substituído pelo seletivo, levando em consideração a existência dos fatores de risco e a relação custo/benefício de cada serviço de saúde. Depois de diagnosticado o DMG, o controle glicêmico deve ser rigoroso, buscando uma glicemia de jejum adequada para seu período e estado gravídico. Os valores glicêmicos irão predizer a evolução da gestação e é de extrema importância para prevenir as possíveis complicações materno-fetais. Nas gestações complicadas por diabetes o risco de morte intra-uterina aumenta nas últimas semanas, as indicações obstétricas para parto cirúrgico se fazem ao menor risco de insuficiência placentária ou sofrimento fetal. Ocorre também elevação de número de cesáreas, como conseqüência da macrossomia fetal que se caracteriza por crianças pesando mais de 4000g, ou grande para a idade gestacional, essas são apenas algumas das complicações que se pode obter no DMG, sendo assim, para que se evite qualquer tipo de intercorrência por conseqüência do DMG, deve ser efetivo seu rastreamento, diagnóstico acompanhamento antes e depois de seu estado gravídico, ofertando assim, uma melhor assistência e qualidade em seu atendimento.

Referências Bibliográficas

- AQUINO M.M.A, PEREIRA B.G, AMARAL E, PARPINELLI M.A. Revendo diabetes e gravidez. **Rev Ciênc Méd** 2003 janeiro; 12(1):99-106.
- ANDRADE M.M.: **Introdução à metodologia do Trabalho Científico**; 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p124.
- BENEDICTO A.D. VICTORIANO, CARLA C. Garcia, **Produzindo monografia**, 4º ed., pubeisher Brasil agosto, 1999. pg 20.
- FARIAS, M, L, F. Rastreamento e Diagnóstico de Diabetes Gestacional. **Revista Femina** 2001 Abril; 29(3): 150-159.
- GALLOP T,R, LEONE C, **Medicina Mitos e Verdades**, Ilustrador Lincoln Barracat. 5ª ed. São Paulo, Editora CIP, 2000. pg 236.
- GOMES M, B, CORRÊA F, H,S. Acompanhamento Ambulatorial de Gestantes com Diabetes Mellitus no Hospital Universitário Pedro Ernesto. **Arquivo Bras. Endocrinol Metab.** 2004 Agosto ; 48(4) : 499-504.
- GROSS, J, SILVEIRA , S, P, JOÍZA, L, REICHEL, A, J, AZEVEDO, M,J. Diabetes Mellitus: Diagnóstico, Classificação e Avaliação do Controle Glicêmico. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo.** 2002 Janeiro ; 26(1): 25-36.
- LAKATOS E, M, MARCONI M, A. Fundamentos de Metodologia Científica, 4º ed. **Revista e Ampliada.** Pg 183.
- LAUN, I, C, Relação entre a Classificação Clínica de White e a Histopatologia das Placentas de Gestantes Diabéticas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.** 2001 Janeiro; 22(7)23-27.
- LEITE, H, P, S, Diabetes e Gravidez. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo.** 2000 Outubro; 25(13).
- LILACS , DEDALU, Report of the Expert Committee on the Diagnosis and Classification of Diabetes Mellitus. **Diabetes Care** 1997; 20:1183-97
- MAGANHA C,A, BERNARDINI M,A, VANNI D,G,B,S, NOMURA R,M,Y, ZUGAIB M. Repercussões do diabetes no feto e recém-nascido. **Rev Ginecol Obstet.** 2003 Julho; 13(3):158-62.
- MANSUR, V, A, R, LAUN, I, C, FARIAS, M, L, F. Importância do Rastreamento e Diagnóstico do Diabetes. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia** 2001 abril; 29(3): 143- 147.
- MENEZES, A, M, B, SILVEIRA, V, M, F, POST, C, L, A, MACHADO, E, C. Uma amostra de pacientes com Diabetes Tipo I no Sul do Brasil. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabolismo.** 2001 Outubro; 45(5).
- MONTENEGRO, J, R,M, PACCOLA, G, M, G, F, FOSS, M, C, TORQUATO, M, T, C, G, YANO, R, K, MAUAD, F, F, NOGUEIRA, A,A, BEREZOWSKI, A, T, DUARTE, G. Protocolo de Detecção, Diagnóstico e Tratamento do Diabetes Mellitus, na Gravidez. **Descrição de Métodos, Técnicas e Instrumentais.** 2000 Outubro/ Dezembro; 33, 520-527.
- MORAIS, E, N. Diabetes Mellitus e Gravidez. **Medicina Materna e Peri-Natal.** 2000 Junho; 25(1) 167-167.
- MUAD, F, F. Diabetes Gestacional. **Medicina Meterna e Peri-Natal.** 2000 Dezembro; 30(2) 115-116.
- Oliveira L.S. **Tratado de Metodologia Científica**: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertação e tese. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. pg 117.
- REECE, E, A . Monitorização de Glicose e Terapia Insulínica Durante a Gravidez. **Clinicas Obstétricas e Ginecológicas da América do Norte.** 1996 Fevereiro; 1, 49-53.
- Vera Aleta de Rooij Mansur, Ingeborg Christa Laun, Maria Lucia Fleiuss Farias / Serviço de Endocrinologia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – UFRJ - **revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.** (FEBRASGO) abril 2001, vol 29, nº 3, págs. 143 a 147.
-

Condomínio: Qual a Porcentagem Deve Incidir Sobre a Multa por Inadimplência?

Fábio Campos de Aquino

Advogado e Mestre em Direitos Fundamentais pela UNIFIEO, Ex-Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/SP, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Santa Rita de Cássia, leciona Introdução ao Direito, Interpretação e Aplicação do Direito. Este artigo foi publicado anteriormente na *Revista de Direito Privado*, Volume 16, 2003.

fabioaquino@adv.oabsp.org.br

Resumo

O presente artigo discute o real valor a ser aplicado de multa, quando da inadimplência da quota do condomínio. Problema que apareceu com a edição do código civil novo (L.10.406/02), este, fixa uma alíquota de no máximo 2% (dois por cento), contra o determinado pela Lei do Condomínio (L. 4.591/64) que segure a alíquota de até 20% (vinte por cento).

Unitermos

Condomínio; Inadimplência; Multa; Limite

Abstract

The present article discusses the subject on the Real value to be applied of fine, when of the inadimplência of the condominium share. Problem appeared with the edition of the new civil code (L.10.406/02), that sets down an aliquot of at the most 2% (dois percent), against the certain for the Law of the Condominium (L. 4.591/64) that suggests the aliquot of up to 20% (vinte percent).

Uniterms

Condominium; Inadimplência; it Fines; Limit

Condomínio: Qual a Porcentagem Deve Incidir Sobre a Multa por Inadimplência?

Introdução

Um estudo desse dilema se faz necessário, apesar da aparente simplicidade. A complexidade do problema da interpretação jurídica é devida, aos “códigos” utilizados na confecção da fala¹ (escrita ou verbal) elemento constante das normas jurídicas, então, como surgem códigos sobre códigos se faz necessário à interpretação do anterior como o posterior.

Abordaremos, se existe duas ou mais normas jurídicas que regulam o mesmo objeto, e se existir, se ambas são válidas (vigentes), configurando, então, uma antinomia jurídica (conflito de normas).

Sobre Antinomia, valemos de elucidativa lição de Maria Helena Diniz: “*A antinomia representa o conflito entre duas normas, entre dois princípios, entre uma norma e um princípio geral de direito em sua aplicação prática a um caso particular*”.²

Havendo antinomia, quais os métodos de solução oferecidos pela Hermenêutica poderão ser utilizados para a solução desse conflito e, assim, sem pretender esgotar o assunto, ofertar uma interpretação possível à incerteza dos valores da multa, no caso de inadimplência ao pagamento da parcela do condomínio.

Surgimento do Problema.

Após 11 de janeiro de 2003, com o início da vigência do novo Código Civil Brasileiro (Lei Federal n.º 10.406 de 10/01/2002), iniciou-se uma interpretação que a multa, sobre o débito pelo atraso no pagamento da contribuição individual dos condôminos, fora alterada do limite de 20% (com base na Lei n.º 4.591/64- Lei do Condomínio), para o limite de 2%. Notória a importância dessa interpretação, pois, o débito pode sofrer alteração sensível.

Em princípio, compulsando o direito positivo pátrio, encontramos e destacamos as normas jurídicas Estatais que sustentam a divergência, como segue.

Bases Legais das Alíquotas das Multas.

A base legal, a sustentar a aplicação *de 2% (dois por cento)* sobre o débito, encontra-se no Art. 1.335, §1.º da vigente lei Civil que dispõe;

“Art. 1.335

§ 1.º O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.”

Em breve análise deste artigo, nos mostra que os juros poderão ser convencionados, mas a multa deverá ser de até 2%(dois por cento) sobre o débito.

Já, a multa podendo chegar até 20% sobre o débito do condômino, esta lastreada na chamada Lei do Condomínio (Lei Federal n.º 4.591 de 16, de dezembro de 1964), especificamente em seu Art. 12, § 3.º que dispõe;

“Art. 12

§ 3.º O Condômino que não pagar a sua contribuição no prazo fixado na Convenção fica sujeito ao juro moratório de 1%(um por cento) ao mês, e multa de até 20%(vinte por cento) sobre o débito,....”.

Nesta legislação, os juros moratórios são determinados, permitindo seja convencionado o percentual incidente de multa sobre o débito, no limite acima.³

Dos pressupostos primários para existência da antinomia jurídica.

Norberto Bobbio, define antinomia “*como aquela situação que se verifica entre duas normas incompatíveis, pertencentes ao mesmo ordenamento e tendo o mesmo âmbito de validade.*”⁴

A doutrina pátria⁵, em apertada síntese, mas no mesmo sentido do ilustre mestre italiano, impõe duas condições para que surjam as antinomias, quais sejam: *as normas pertencerem ao mesmo ordenamento e, estarem dentro do mesmo âmbito de validade.*

Quanto ao mesmo ordenamento jurídico, não seria possível falar em antinomia se estivéssemos discutindo normas no Direito positivo frente às normas jusnaturalistas⁶, como também, a observância de qualquer norma internacional sem que a mesma não seja recepcionada pelo ordenamento pátrio.

Sobre o âmbito de validade, a questão circunscreve à necessária e ululante exigência, das normas ditas em conflito, serem perfeitamente exigíveis como conduta ao agente ou destinatário, sendo que para seguir uma deve-se descumprir a outra.

Inicialmente, em nosso estudo, é notório a existência de duas Leis, ambas de nível Federal, com início da vigência em momentos distintos, que regulam o mesmo objeto, ou seja, o valor a ser aplicado sobre o saldo devedor da quota do condomínio, portanto, está preenchido o primeiro quesito.

Agora, é preciso confirmar se ambas estão válidas, como nos ensina Kelsen, para haver conflito normativo as duas normas devem ser válidas, pois se uma delas não o for não haverá qualquer antinomia, já que uma das duas normas não existiria juridicamente, jamais se poderá afirmar que apenas uma é válida dentro do ordenamento jurídico⁷, sem preencher esse requisito, logicamente, não teremos conflito normativo (antinomia jurídica).

Da revogação como forma de retirada da vigência da norma.

A validade normativa, nos ensina o professor R. Limongi França, é suprimida por meio da Revogação, que do ponto de vista de sua “*extensão*”⁸, pode ser Geral(ab-rogação) ou Especial(*derrogação*)⁹, materializada por outra norma do mesmo nível e competência, portanto, o trabalho do hermenêuta ou do Poder Judiciante será resolver o conflito para o caso concreto, restando ao legislador a incumbência de eliminar o conflito, ressalta-se que mesmo assim, poderá surgir outras antinomias¹⁰.

Segundo o mesmo autor, a Revogação pode ser, quanto ao “*modo*” ou forma, Expressa ou Tácita, e as explica: “*Expressa, quando a lei declara de maneira explícita e inequívoca a inocuidade da lei antiga. Tácita, quando essa determinação só se pode inferir por via oblíqua, analisando-se o conteúdo e a índole do novo estatuto*”¹¹.

O festejado jurista ainda nos ensina “*O artigo da lei que trata da matéria fornece-nos os elementos para uma divisão da revogação tácita (Lei de Introdução, art. 2º, §1º) em duas subespécies: a) a daquela que se dá em virtude de incompatibilidade da lei nova com a antiga; b) e a da que se opera quando a nova lei tenha regulado inteiramente a matéria que constitua o objeto do diploma anterior*”¹².

Cabe ainda destacar, dentro do ensinamento posto pelo ilustre mestre França, uma distinção constantemente obscura, entre a “*geral*” da “*total*”, e a “*especial*” da “*parcial*”, e explica: “*Geral, por exemplo, aquela do art. 1.865 do Código*”¹³, *que revoga a generalidade das ordenações, alvarás etc., sem a indicação expressa destes. Total, a que substitui integralmente um ou mais determinados diplomas ou dispositivos.*

“*Especial*”¹⁴, *a endereçada igualmente a uma certa lei ou artigo. Parcial, a destinada a modificar parcialmente uma lei ou artigo.*

“*Assim, fora de se ponderar que a revogação geral é sempre total, ao passo que a total nem sempre é geral. Por outro lado, a especial tanto pode ser total como parcial.*”¹⁵

Em síntese, a Revogação pode ser Expressa ou Tácita, Geral ou Especial, como também Total ou Parcial.

Da base jurídica da revogação tácita e seus efeitos

Primeiramente, após o breve estudo sobre revogação, cujo objetivo não é esgotar o tema, mas apenas iluminar nossa jornada. Passemos agora a estudar se as Leis em destaque, 10.406/02 (novo Código Civil) e, 4.591/64 (Condomínio) estão válidas e vigentes. Antes, devemos informar que não iremos discorrer sobre a revogação expressa, por acreditarmos não ser aplicável à solução do problema apresentado, ademais, pela lógica deste instituto, se houvesse não teríamos motivo do presente trabalho.

Como prelecionado anteriormente, o pressuposto inicial para a caracterização de antinomia jurídica, ainda em discussão, é a validade das normas ditas em confronto. Houve revogação tácita da Lei do Condomínio pelo novo Código Civil?

É imprescindível a verificação proposta, como dito, não encontramos a possibilidade da revogação expressa, o cerne do debate se torna crível no caso de revogação tácita, para tanto, analisemos as origens, atuais, da revogação tácita.

O sistema jurídico pátrio, fazendo um corte epistemológico, tratou da revogação desde 1916, com a lei 3.071 (Código Civil dos Estados Unidos do Brasil), mais precisamente nos artigos introdutórios da *"lex civilis"*;

*"Art. 4.º A lei só se revoga, ou deroga por outra lei; mas a disposição especial não revoga a geral, nem a geral revoga a especial, sinão quando a ella, ou seu assunto, se referir, alterando-a explicita ou implicitamente"*¹⁶

Depreende-se disto a possibilidade da revogação e derrogação, e nos casos de existência de norma geral e especial tutelando o mesmo objeto, permite-se sua revogação naquilo que forem conflitantes explícita ou implicitamente. Apesar de não ser muito claro o aludido artigo, uma coisa é certa, a possibilidade da revogação tácita (implícita) ou expressa (explícita).

A Revogação tácita, foi mantida com a publicação do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução¹⁷ ao Código Civil Brasileiro)¹⁸, conforme abaixo;

"Art. 2.º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior."

Como a lei acima regulou o mesmo objeto da parte introdutória da lei 3.071 de 1916, conclui-se que esta foi revogada tacitamente por aquela.

Facilmente percebe-se que a revogação tácita é o que poderia se chamar de *"calcanhar de Aquiles"* para os aplicadores do direito, exigindo destes, esforços em pesquisas, sem falar no interpretativo, a fim de encontrar a norma vigente ou pior, a parte vigente.

Com o advento da carta máxima de 1988, o problema fora aventado mas não combatido diretamente, deixando para lei Complementar a disposição sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.¹⁹

Da revogação das normas pela Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998

No nosso entender, a resposta à questão proposta, passa pelo estudo da Constituição Federal (CF), visto as normas em debate serem federais mais especificamente os seus princípios, e dos artigos que tratam do processo legislativo (art. 59 e seu parágrafo único, da CF). Vejamos:

"Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de :

I – ...;

II – leis complementares;

..."

Já em seu parágrafo único consta;

"Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis."

Estudando o parágrafo acima, depreende-se o cuidado e importância do tema/objeto, que fez o Constituinte impor a matéria para Lei Complementar (LC), de *quorum* especial²⁰, gerando maior legitimidade em sua aprovação e, de maior debate legislativo.

Tamanho destaque não é desnecessário, a doutrina sempre tratou a Lei Complementar como uma norma Constitucional só mais recentemente, esse dogma vem sendo questionado²¹, afinal, por ser lei, está sujeita à sanção do chefe do Executivo Federal, diferente do que ocorre com as Emendas Constitucionais, essas, verdadeiras normas Constitucionais.

Independente, a Lei Complementar possui especificidades, que podem não lhe dar o título de Constitucional, mas lhe garante posição diferenciada às demais Leis Ordinárias e outros atos legislativos/normativos, que trata o Art. 59 da CF.

A fim de cumprir o determinado no parágrafo único do Art. 59 da CF, as autoridades federais num setor até então desprovido de disciplina legal, promulgaram em 26 de fevereiro de 1998 a Lei Complementar n.º 95, entrando em vigor, após “*vacatio legis*”, no dia 26/05/98. Regulamentada, no que havia necessidade, pelo Decreto n.º 2.954, de 29 de janeiro de 1999, sendo, posteriormente, alterada parcialmente pela LC n.º 107, de 26 de abril de 2001.

A LC n.º 95, em sua redação inicial, tratou, entre outras coisas, de regulamentar o problema das antinomias mais delicadas, quando se trata da *possível revogação tácita de Leis e dispositivos legais*, assim definidas em seus artigos 7.º, IV e, 9.º, transcritos abaixo;

“Art. 7º ”

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.” (grifos nossos).

“Art. 9º Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas”

Notório é a vontade legislativa de findar a possibilidade da revogação tácita, que tanto problema traz, visto a sua imprecisão e vagueza, como dispunha as leis federais na sua parte final “*Revogam-se as disposições em contrário*”. Começava o desafio, quais as normas que estariam em contrário?

Ainda pela LC n.º 95, em seu Art. 3º determina que as leis serão estruturadas em três partes básicas: Parte Preliminar; Parte Normativa e Parte Final (art. 3º, I, II, III). Na Parte Final de cada Lei (Art. 3º, III), dispõe que conterá “*a cláusula de revogação quando couber*”.

Com a alteração promovida pela LC n.º 107, de 26 de abril de 2001, em vigor na data de sua publicação, em especial sobre Art. 9.º, este fora aprimorado a exigência da revogação expressa, como vejamos:

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (NR)

O artigo acima, possuía um parágrafo único, vetado pelo Presidente da República, que dispunha;

“Parágrafo único. A cláusula de revogação de consolidação adotará a fórmula ‘são formalmente revogados, sem interrupção de sua força normativa’, seguida da enumeração prevista no caput deste.”

Os motivos do veto²², deste parágrafo, elucidam e demonstram a clareza da norma, quanto às cláusulas revogatórias, vejamos;

“Todas as regras que dizem respeito à consolidação das leis se encontram devidamente sediadas em capítulo próprio na Lei Complementar n.º 95, - Da Consolidação das Leis e de Outros Atos Normativos. Não bastasse isso, comando similar ao do parágrafo único do artigo 9º encontra-se no § 1º do art. 13, local esse apropriado para abrigar norma nesse sentido. Dessa forma, o dispositivo também contraria o interesse público.”

Deprendemos que:

1 – A partir de 26/05/1998, todas as normas elencadas no art. 59, da CF, e as demais estipuladas no art. 1º da LC n.º 95, estão sujeitas aos ditames desta, quanto à sua elaboração, alteração e redação;

2 - A Lei deverá conter três partes: Preliminar, Normativa e Final (Art. 3.º);

3- Na parte final deverá conter, entre outras, as cláusulas revogatórias quando couber (Art. 3º, III);

4 – Se houver necessidade de cláusula de revogação, nesta deverá vir expressamente os dispositivos e leis a serem revogadas (Art. 9.º).

Destarte, nos parece, que está vedado à revogação tácita ou genérica, na elaboração das normas federais, estipuladas no art. 59 da CF e do Art. 1.º “caput” e seus parágrafo único, da LC n.º 95.

Analisando a parte final da lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil), local que deverá conter as cláusulas de revogação conforme acima exposto, que está adstrita entre os artigos 2.028 a 2.046, encontramos o Art. 2.045, como cláusula revogatória;

“Art. 2.045. Revogam-se a Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil e a Parte Primeira do Código Comercial, Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850.

Outro artigo, trata da validade dos atos constituídos antes da vigência do atual código, e que deverão obedecer ao disposto nas leis anteriores (Art. 2.046), referidas no art. 2.045, ou seja, ao antigo Código Civil e a Parte primeira do Código Comercial.

Conclusão sobre a validade das normas em questão

À Luz da LC n.º 95 e sua alteração, vigente desde 26/05/1998, que determina a explicitude das leis ou disposições legais revogadas (Art. 9º) pela nova Lei, concluímos que, apesar do novo Código Civil tratar do mesmo objeto que a lei n.º 4.591 (condomínio), esta não foi revogada, mantendo-se vigente para todos os efeitos legais, posto que, não fora indicado no artigo 2.045 da Lei n.º 10.406/02, qualquer menção expressa da *“mens legis”* da revogação daquela.

Da Antinomia Jurídica instaurada.

Sob um primeiro olhar, percebemos que estamos diante de uma antinomia jurídica (conflito de normas), há duas normas vigentes, do mesmo nível (Federal), de momentos diferentes (uma de 1964, outra de 2002), mas que tratam do mesmo objeto, ou seja, da multa pelo atraso no pagamento da parcela devida a cada condômino.

Mas, não podemos deixar de citar o saudoso Carlos Maximiliano, que com lucidez invejável leciona e nos adverte:

“Sempre que descobre uma contradição, deve o hermeneuta ‘desconfiar de si’; presumir que não compreendeu bem o sentido de cada um dos trechos ao parecer inconciliáveis, sobretudo se ambos se acham no mesmo repositório. Incumbe-lhe preliminarmente fazer tentativa para harmonizar os textos; a este esforço ou arte os Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772, denominavam Terapêutica Jurídica.”²³

Sustentado por este mandamento, seguiremos, humildemente e *“a pisar em ovos”* adentrando nesta seara.

Enfim, qual das normas deve ser aplicada? O Novo Código Civil ou a lei do Condomínio? Nota-se que o resultado dessa questão, afetará bruscamente possíveis litígios, bem como os que estiverem em andamento, mas que tratem de parcelas vencidas após 11/01/2003²⁴.

A Hermenêutica propõe estudar a antinomia e resolve-la, pelo uso de uma entre as três regras básicas, que são : 1- Hierarquia; 2- Especialidade; 3 – Temporal/Cronológica. Para nosso estudo, abordaremos os três métodos para dirimir a questão, independente se são excludentes ou complementares.

Essas propostas interpretativas são úteis e necessárias e foram reflexo de uma constante e insaciável volúpia legislativa, criando-se Lei após Lei, sem qualquer estudo ou preocupação em aprimorar as já existentes, e nem a necessária indicação dos dispositivos revogados, para melhor aplicação da vontade da Lei.

A título de início do nosso estudo e na tentativa humilde de encontrarmos a resposta à questão proposta acima, passaremos por uma breve lembrança da regras básicas oferecidas pela Hermenêutica, e as cotejando com o problema apontado neste artigo, vejamos então as regras clássicas, Hierárquico; Especialidade e Temporal (cronológico):

1 – Hierárquico- Essa regra propõe que havendo a antinomia, deve-se verificar se uma delas é de nível superior à outra que está em conflito, e em caso positivo deve-se aplicar a primeira. A Hierarquia entendida, grosso modo, é aquela proposta por Kelsen: Normas Constitucionais, Normas Legais (infraconstitucionais) e Normas Regulamentares (infralegais), devendo as primeiras se sobreporem às seguintes.

Ressalta-se ainda, que o Brasil, pelo sistema federativo, proporciona a existência de Legislação Federal, Estadual e Municipal²⁵, daí, o princípio hierárquico, nos primeiros momentos interpretativos a conclusão era que, havendo uma norma Federal em conflito com uma Estadual, dever-se-ia aplicar aquela e, adotando-se o mesmo raciocínio quanto a Legislação Estadual frente à Municipal.

A moderna Hermenêutica, sobre o método hierárquico, leva em consideração não só o nível criador da Lei, mas também a COMPETÊNCIA Constitucional sobre o objeto da Norma, assim, como exemplo, encontramos²⁶ a existência de normas Municipais que devem ser aplicadas em detrimento às Estaduais ou Federais e, as Estaduais frente às Federais, devido à determinação Constitucional.²⁷

Quanto ao objeto deste estudo, entendemos não poder resolvê-lo usando esse método, posto que as conflitantes são egressas do poder Legislativo Federal e de natureza Ordinária.

2 – Especialidade: Por este método²⁸, é proposto a resolução da antinomia por uma simples frase *“Norma Especial revoga norma Geral no que for conflitante a Segunda com a Primeira”*. Muito usual é este método, e adorado pelo legislador ou pelos grupos de interesses sobre

aqueles, veja exemplos atuais e notórios, como a aplicação do Cod. De Defesa do Consumidor frente às relações ditadas pelo Cód. Civil; A proposta do Estatuto do Torcedor frente ao CDC; a legislação regulamentadora do sistema financeiro dispensando a aplicação do Art. 192, § 3.º da Constituição Federal que limita os juros em 12% ao ano.²⁹

Para este método, encontramos um grave problema. O que vem a ser Norma Geral e Norma Especial?. É tradicional dizermos, na esfera Civil, que o Código Civil é norma Geral, e demais normas reguladoras da vida Civil são consideradas especiais. Mas o que dizer das normas reguladoras de condutas ou objetos que não foram tratados pelo Código Civil de caráter geral?

Outros defendem que norma geral é aquela aplicada no território federal e as demais, produzidas pelos Estados membros e Municípios serem tratadas com local, ou, mais específicas. Continuando nosso pequeno estudo, como tratar a questão da especialidade se houver uma norma “especial” anterior em conflito com uma norma “geral” posterior, quando regulam o mesmo objeto?

Destarte, resolvendo nosso problema por este método, Especialidade, chegaríamos à conclusão que a lei do Condomínio não foi revogada pelo novo Código Civil por ser considerado este norma Geral e aquele norma Especial. Portanto, a multa ainda continua de até 20% sobre o débito.

3 – *Temporal/Cronológico*: Por este método, a antinomia será resolvida, se houver normas de mesmo nível e da mesma especialidade ou generalidade, a mais nova revoga a anterior, assim, “*lei nova revoga lei anterior*”.

É pressuposto que a antinomia ocorra entre normas do mesmo nível, competência e especialidade, ressalvado a competência concorrente e supletiva, determinadas na Constituição Federal (art.s 23 e 24 da CF).

Tratando o problema deste artigo usando este método, concluímos que a Lei do Condomínio, sendo do mesmo nível e competência, está revogada TACITAMENTE pelo novo código civil.

Mas, essa interpretação não convence os mais tradicionais posto que, entendem, ser o Código Civil norma geral e a Lei do Condomínio especial, posição que também aceitamos, consideram a vigência “*in columi*” do estatuto condominial frente ao novo Código Civil.

Conclusão Sobre o Tema Inicial

A tradição Doutrinária e Legal aceitava a possibilidade da existência de Revogação Tácita, o que gerava enormes transtornos na aplicação do direito.

Com o advento da Lei Complementar n.º 95 e sua alteração dada pela LC n.º 107, determina em seu Artigo 9º a obrigação da revogação ser EXPRESSA de lei ou disposições legais que conflitem com a lei nova, ou que esta queira ver sem vigência.

O Novo Código Civil, instituído pela Lei n.º 10.406, dentro da vigência da LC n.º 95, em seu Art. 2.045, que trata das leis ou disposições revogadas, não há qualquer citação sobre a intenção de revogar a Lei n.º 4.591 (Lei do Condomínio).

Desta feita, as relações jurídicas reguladas pela Lei do Condomínio, no que for conflitante com os artigos do novo Código Civil (Art.s 1.331 a 1.358) estão mantidas, dentre elas, o valor de até 20% como multa sobre o débito pelo atraso no pagamento da quota devida a cada condômino.

Por ser mais especializada a lei do Condomínio, esta deverá se sobrepor ao Código Civil o qual trata de forma genérica o Condomínio.

Concluímos que, havendo atraso no pagamento do condomínio, a multa a ser aplicada será o instituído na convenção de condomínio limitada a 20% (vinte por cento) sobre o total do débito e, os juros moratórios de 1% ao mês.

Bibliografia

BITTAR Filho, Carlos Alberto. Da existência, validade, vigência e eficácia da lei no sistema brasileiro atual. RT, São Paulo. V. 683, p.29, set.1992.

BOBBIO, Norberto. *Teoria dell'ordinamento giuridico*. Turim, 1960.

CAPELLA, Juan-Ramon. *El derecho como lenguaje*. Barcelona. Ariel, 1968.

CARRIÓ, Genero. *Principios jurídicos y positivismo jurídico*. Buenos Aires: A. Perrot, 1970.

DINIZ, Maria Helena. *As lacunas do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

_____. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. São Paulo. Saraiva. 2002.

_____. *Conflito de Normas*. São Paulo. Saraiva. 2002.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação*. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. *Teoria da norma jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 1986^a

_____. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação*. 4^a Edição. São Paulo. Atlas. 2003.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Princípios gerais do direito*. São Paulo: RT, 1971.

_____. *Hermenêutica jurídica*. São Paulo, Saraiva. 1999.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

_____. *Teoria generali delle norme*. Torino, Ed. Einaudi, 1985.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro. Forense. 2001.

MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

RIZZATTO NUNES, Luiz Antonio. *Manual de Introdução ao estudo do direito*. São Paulo. Saraiva. 2002.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1969.

_____. *Lições preliminares de direito*. São Paulo. Saraiva. 2003.

Notas

1 “Falar é dar a entender alguma coisa a alguém mediante símbolos lingüísticos” Ferraz Júnior, *Introdução*. Ed. Atlas. 2003, p. 260.

2 Diniz, *Conflito de Normas*, São Paulo, Ed. Saraiva, 1998, p. 15;

3 Cabe destacar, que em ambas normas, limitam o percentual, deixando aos condôminos, em seus estatutos ou convenções de condomínios, podendo em casos específicos, encontrarmos multas menores que os índices limites.

4 Bobbio, *Des critères, in Les antinonimies en droit*, p.25-237.

5 Ferraz JR. *Introdução*. Ed. Atlas, 2003. p. 209/211.

6 Acreditamos não ser pacífico, visto a moral está sendo incorporada, lentamente em nosso ordenamento.

7 Kelsen, *Teoria generale*, Torino, Ed. Einaudi, 1985, p.195, 353;

8 França, *Hermenêutica jurídica*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1999. P.107.

9 “Geral, quando abrange a totalidade das normas que regulam certas situações. Especial, quando ocasiona a inocuidade de apenas uma parte determinada da lei antiga, que não sendo substituída de todo pela lei nova, continua em vigor com as modificações desta.”, França, ob. cit. p. 107.

10 Capella, *El derecho*. Barcelona, Ed. Ariel, 1968, p.287 e 288.

11 França, ob. cit. p. 104.

12 Idem, p.104.

13 Trata do Código Civil de 1916, no vigente vide os Art.s 2.045 e 2.046.

14 Segundo o eminente prof Rizzatto Nunes “Na verdade, a especialização não implica exatamente revogação, mas normatização nova de certo setor, que passa a ser regulado por norma jurídica específica”. *Manual de Introdução*. Ed. Saraiva. 2002.p. 205.

15 França, Op. cit. p.109

16 Texto conforme grafia da época, Maximiliano. *Hermenêutica*. RJ, Ed. Forense. 2001. P. 323.

17 A chamada Lei de Introdução ao código Civil não se restringe a estipular normas de aplicação ao Código Civil propriamente dito, embora a este anexada. Ela estende seu império a todos os Códigos e demais disposições legislativas, seja qual for sua natureza, pública ou privada.

18 Entrou em vigor em 24 de outubro de 1942, por força do Dec.lei n.º 4.707, de 17-9-42.

19 V. art. 59, parágrafo único da Constituição da Republica.

20 V. Art. 69 da CF “As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta”

21 Rizzatto Nunes. *Manual de Introdução*. S. Paulo. Ed. Saraiva. p. 76.

22 V. Mensagem n.º 393, de 26 de abril de 2001, encaminhada ao presidente do Senado Federal pelo Presidente da República.

23 Maximiliano. *Hermenêutica*. op. cit. P. 110, nota de rodapé 4.

24 Início da vigência do Código Civil Brasileiro de 2002.

25 Não devemos esquecer que existe ainda o Distrito Federal como gerador de legislação.

26 Trata da possibilidade da existência, sendo mais comum a ultrapassagem da competência vindo de normas chamadas inferiores frente à competência de órgão legislativo superior (Lei municipal frente à competência, exclusiva ou supletiva, Estadual e, esta frente à Federal.

27 V. art.s 22, 23 e 24 da Constituição da República do Brasil de 1988.

28 A norma especial ou denominada de especializada, trata melhor, e proficuamente, determinado objeto que fora tratado por outra que regula vários objetos em sua parte dispositiva.

29 Cabe destacar, “*data venia*” não concordamos com essa interpretação, pelos mesmos motivos que iremos defender nesse artigo.

Toda tradução é um ato revolucionário

Ricardo Meirelles

Doutorando em Letras pela FFLCH/USP e editor da Revista de Tradução Modelo 19, leciona Português Instrumental, Leitura e Produção de Texto, Comunicação Empresarial e Cultura e Realidade Brasileira

Resumo

Este artigo apresenta a prática da tradução como ação transformadora cultural e social e também como agente revolucionário e libertador do conhecimento; muitas traduções são elemento fundamental nas mudanças da história da civilização, assim como a exemplar história da tradução da Bíblia. Toda tradução é um ato revolucionário porque amplia as possibilidades de realização (de leitura) daquela obra; ainda considera-se aqui o caráter transitório e localizado da tradução, bem como sua ação fundamental e necessária para o diálogo com a tradição.

Palavras-chave

Tradução, cultura, tradição, leitura, história da Bíblia.

Abstract

This article presents the practical of the translation as cultural and social transforming action and also as revolutionary and liberating agent of the knowledge; many translations are basic element in the changes of the civilization's history, as well as the exemplary history of the Bible's translation. All translation is a revolutionary act because it extends the possibilities of accomplishment (of reading) of that workmanship; still the transitory and located character of the translation is considered here, as well as its basic and necessary action for the dialogue with the tradition.

Keywords

Translation, culture, tradition, reading, history of the Bible.

Toda tradução é um ato revolucionário

Raça de Caim, ao céu suba,
E sobre a terra jogue Deus!
Charles Baudelaire

Fazer ousemos dos tormentos nossos
Contra seu fero autor terríveis armas!
John Milton

O que é tradução?

Tradução: trabalho árduo, que muitas vezes não se concretiza por inteiro, que fica sempre em suspenso e não se resolve. Muitos dos tradutores comentam a transitoriedade da tradução, de como ela é mais uma sugestão do que a última palavra sobre o assunto. Traduzir implica sempre em crítica e autocrítica, numa dialética inesgotável.

Quando lemos um livro traduzido, notamos ou não a presença do tradutor, esse ator essencial que permite que leiamos em língua portuguesa textos que, se assim não fosse, talvez nunca fossem acessíveis? Temos alguma noção das dificuldades que ele enfrentou no seu trabalho? É possível que o texto traduzido chegue tão limpo e fluente quanto o original, como se o tradutor fosse uma espécie de «escritor invisível» ou, pelo contrário, que se manifestem as dúvidas e os obstáculos que surgiram enquanto se realizou a tradução. É importante que isso nos seja exposto, para melhor compreendermos as opções ou eventuais limitações do texto que agora temos em mãos.

Os aspectos da tradução são lingüísticos, atmosféricos, ideológicos, estéticos, históricos, sociais, antropológicos, psicológicos, econômicos, políticos, enfim, humanos. As traduções centram-se em alguns desses aspectos, que são exatamente aqueles que motivaram, ou mesmo deram ensejo, à tradução, em detrimento dos demais, aos quais a eles simplesmente se submetem. Ainda assim esses aspectos omitidos se manifestam inevitavelmente, mas agora transformados. O próprio ato de ler privilegia alguns desses aspectos, em quaisquer textos, traduções ou originais.

Mas também esses aspectos podem ser o que dirão alguns tradutores: uma forma de amar o outro perpetuada na palavra escrita, ou que a tradução se dá ao sabor dos versos livres, mas mantendo a linearidade das imagens, ou que temos preferido uma visão fetichizante e mistificadora dessa tarefa, entre outras, tipicamente humana, e que somos sim vozes dissonantes.

Quando se traduz, também se socializa a leitura, aumentando o número de leitores possíveis; também se democratiza o texto, pois sempre se pode fazer uma nova tradução, enquanto que o original permanece o mesmo; também se possibilita uma nova visão de mundo, pela troca de conhecimento e de idéias; também se viabilizam diferentes enfoques que a rigidez do original pode não facilitar, mesmo que os possibilite (ou não possibilite).

Enfim, o tradutor é um traidor subversivo, trai tão completamente que chega a trair que é dor a dor traduzida fielmente.

Precisamos cada vez mais considerar a prática tradutória dentro de nossa atuação intelectual, devemos sempre levar em conta que são traduções – executadas por pessoas com suas próprias ideologias e sob circunstâncias tão diversas – quaisquer textos que nos chegam de uma língua estrangeira que desconhecemos. A tradução é peça fundamental dentro da divulgação intelectual, pois possibilita um maior alcance da idéia original e ao mesmo tempo cria uma série de possibilidades a partir de si mesma.

Toda tradução está sempre no campo das possibilidades. Por isso se pretende sempre aberta a novas visões, sejam elas novas traduções de textos já traduzidos, ou novas propostas de tradução executadas pelos tradutores originais já publicados, ou ainda na forma de crítica que venha lançar mais luz dentro desse complicado e criativo labirinto que é a mente humana.

O tradutor é um homem de seu tempo, visto que não só na origem, mas durante toda a trajetória de um autor estrangeiro se encontra sempre aquele personagem, um intermediário que, para “lançar” aquele que admira, deve possuir diversas qualidades, ao mesmo tempo sociais e literárias.

Ele executa uma avaliação estreitamente ligada à percepção estética, pressupondo critérios de julgamento que, entretanto, não são constantes; isto é, tanto os critérios de avaliação quanto os valores literários se transformam constantemente. O tradutor então acompanha essas mudanças da concretização na repercussão das obras literárias, bem como as relações existentes entre a estrutura da obra e a norma literária em desenvolvimento. A tradução, assim, nada mais é do que uma maneira de concretização, que ao mesmo tempo modifica e propõe uma nova concretização.

Acredita-se ainda que a qualidade de tradução reflete a qualidade da literatura em uma época literária e que seu significado somente se delinea, e se cria, a partir de um ato de interpretação, provisório e temporário, e nas circunstâncias históricas e na psicologia que constituem a comunidade sociocultural em que é lida.

Principalmente quando se trata da tradução artística, que se relaciona com a obra de arte e pretende atingir o apreciador com, no mínimo, a mesma força que o original, se possível, e atingir o mesmo estado de arte. Daí talvez o fato de que esse tipo de tradutor sempre reluta em se separar de seu texto, como se ainda restasse algo a ser alterado, uma palavra melhor, uma rima mais sonora.

Sendo assim, traduzir é essencialmente modificar, pois essa ação primordial realiza novamente no tempo aquele instante de beleza petrificado no original; mas essa realização é inevitavelmente outra e é ao mesmo tempo a única possível; de muito vale a ousadia desses escritores, oriundos da raça de Caim, sequiosos de subir aos céus, abandonando o tédio e a mediocridade desse Purgatório.

Toda tradução é antes de qualquer coisa um poema original em sua própria língua, e é esse poema que tem o dever de produzir também - quem dera a mesma altura - o efeito poético percebido no original. Por vezes o que nos resta é a vingança, a mesma vingança do demônio perdido no Orco de John Milton.

Um exemplo revolucionário

Poderíamos citar apenas, como contundente exemplo do poder revolucionário e do alcance da tradução, discutindo o caso do livro mais traduzido do mundo, a Bíblia, que sem dúvida é parte determinante da constituição de toda ideologia da civilização ocidental há centenas de anos.

O nome Bíblia tem origem na palavra grega “biblos”, que significa “livro”, e somente foi usado com esse sentido a partir do ano 200 d.C. pelos cristãos. Sempre foi um livro singular, muitos acreditam que foi inspirado por Deus, e diversos Escribas, Sacerdotes, Reis, Profetas e Poetas a escreveram num período que deve ter durado cerca de 1.500 anos. Os textos foram copiados e recopiados manualmente de geração em geração, em diversos idiomas, tais como o hebraico, o aramaico, o grego e o latim. As partes mais antigas encontradas são um pergaminho de Isaías em hebraico, descoberto em 1947 nas cavernas do Mar Morto, e um pequeno papiro contendo parte do Livro de João, datados do século II a.C..

A obra encontra-se traduzida em mais de 1000 línguas e dialetos, o equivalente a 50% das línguas faladas no mundo. Há uma estimativa que já foi comercializado no planeta milhões de exemplares entre a versão integral e o Novo Testamento. Hoje ela se apresenta dividida em duas partes: o Novo Testamento, escrito originalmente em grego e cronologicamente após o nascimento de Jesus Cristo; e o Antigo Testamento, escrito originalmente quase todo em hebraico, com algumas pequenas partes em grego e em aramaico.

Diz a lenda que quando Esdras e Neemias foram convocados por Deus para educar o povo de Judá quanto à obediência aos aspectos essenciais da Lei de Moisés, foi necessário traduzir os textos sagrados do hebraico para o aramaico, porquanto, a população já não compreendia perfeitamente a língua em que os manuscritos originais haviam sido redigidos. Outras traduções começaram a ser realizadas por cristãos novos nas línguas grega (Alexandria), copta (Egito), etíope (Etiópia), siríaca (norte da Palestina) e em latim - a mais importante de todas as línguas pela sua ampla utilização no Ocidente.

Durante o período helenístico, de supremacia da cultura grega, fora encomendada à Biblioteca de Alexandria, no Egito, a tradução integral para o grego de tal livro sagrado do povo hebreu, que contava a história do mundo e muitas outras coisas. Reuniram-se então setenta sábios clérigos, profundos conhecedores do idioma hebraico, e se dispuseram cada um a fazer a sua tradução, enquanto que, num púlpito, outro clérigo lia os versículos em voz alta, para que todos pudessem ouvi-lo ao mesmo tempo. No entanto, acreditou-se que, por motivo de intervenção divina, certamente, ao compararem todas as diversas traduções para que fosse eleita a mais perfeita, a que melhor transcrevesse a palavra sagrada, notaram que todas eram iguais. Essa se tornou a mais antiga tradução das Escrituras para a língua grega, feita em 285 a.C. e daí em diante foi chamada a “Versão dos Setenta” ou *Septuaginta*,

a que apresenta o resultado das setenta versões iguais, produzidas por setenta pessoas diferentes. Essa primeira versão da Bíblia já caracteriza seu poder unificador e, ao mesmo tempo, sancionado diretamente pelo divino, dobrando sua ação política através do sagrado. Já no início da Idade Média, porém sob a cultura romana e não mais grega, fez-se necessária outra tradução do livro tão importante - visto que na época os livros ainda eram muito raros - agora para o idioma latino.

Por haver tantas versões parciais e insatisfatórias em latim, no ano 382 d.C, o padre Jerônimo, estudioso cristão, conhecedor dos idiomas grego e hebraico, foi incumbido por Damasus, o bispo de Roma, para tal missão. Com o objetivo de realizar uma tradução de qualidade e fiel aos originais, foi à Palestina, onde viveu durante 20 anos. Estudou hebraico com rabinos famosos e examinou todos os manuscritos que conseguiu localizar. Ele fez uma revisão de traduções latinas de alguns livros, traduziu ele mesmo outros tantos e autorizou, sem tocar, outras traduções por ele conferidas. Sua tradução tornou-se conhecida como "Vulgata", ou seja, escrita na língua de pessoas comuns (vulgus). Embora não tenha sido imediatamente aceita, foi considerada autêntica e oficial para a igreja de Roma e para o cristianismo ocidental, e lida como se fosse o original por mais de mil anos. Neste formato, difundiu-se por todas as regiões do Mediterrâneo e alcançando o Norte da Europa. Em mosteiros, nos quais algumas pessoas se refugiaram das turbulências causadas por guerras constantes, o texto bíblico foi preservado por muitos séculos, especialmente a Bíblia em latim na versão de Jerônimo.

Sendo assim, com a passagem do tempo e com a nacionalização das línguas, é a partir desse texto latino, visto que não se conhecia mais o grego, que surgiram as diversas traduções regionais, em francês, em português, em italiano etc.

O povo de língua portuguesa só começou a ter acesso à Bíblia de uma forma mais econômica a partir do ano de 1748 dC, quando foi impressa a primeira Bíblia em português, uma tradução feita a partir da "Vulgata Latina". Até a invenção da gráfica por Gutenberg, a Bíblia era um livro extremamente raro e caro, pois eram todos feitos artesanalmente (manuscritos) e poucos tinham acesso às Escrituras.

Na Alemanha, em meados do Século 15, um ourives chamado Johannes Gutemberg desenvolveu a arte de fundir tipos metálicos móveis. O primeiro livro de grande porte produzido por sua prensa foi a Bíblia em latim. Cópias impressas decoradas a mão passaram a competir com os mais belos manuscritos. Esta nova arte foi utilizada para imprimir Bíblias em seis línguas antes de 1500 - alemão, italiano, francês, tcheco, holandês e catalão; e em outras seis línguas até meados do século 16 - espanhol, dinamarquês, inglês, sueco, húngaro, islandês, polonês e finlandês.

Finalmente as Escrituras realmente podiam ser lidas na língua destes povos. Mas essas traduções ainda estavam vinculadas ao texto em latim. No início do século 16, manuscritos de textos em grego e hebraico, preservados nas igrejas orientais, começaram a chegar à Europa ocidental. Havia pessoas eruditas que podiam auxiliar os sacerdotes ocidentais a ler e apreciar tais manuscritos.

Em 1516, Erasmo de Roterdã, atuando como professor na Universidade de Cambridge, Inglaterra, publicou uma edição do Novo Testamento em grego. Assim, pela primeira vez estudiosos da Europa ocidental puderam ter acesso ao Novo Testamento na língua original, embora, infelizmente, os manuscritos fornecidos a Erasmo fossem de origem relativamente recente e, portanto, não eram completamente confiáveis.

A sua tradução do texto grego, chamado *Textus Receptus*, do Novo Testamento, apesar de muitas imperfeições e limitações, foi usada como base para as futuras e famosas traduções de Lutero (alemão), Tyndale (inglês), Pierre Olivetan (francês), Nicolaas van Winghe (holandês, católico), Giovanni Diodati (italiano). Até os autores da conhecida versão para o espanhol, Casiodoro de Reina e Cipriano de Valera; bem como o autor da tradicional versão para a nossa língua (cerca de 200 anos mais tarde), João Ferreira de Almeida (português), serviram-se do *Textus Receptus*, e da leitura de traduções em outras línguas, para a produção de suas obras.

Coube a John Wycliffe (1329-1384), na Inglaterra, e a sua equipe de eruditos de Oxford, a honra de serem os primeiros a traduzirem a Bíblia do latim para uma língua ocidental, o inglês. A visão de Wycliffe era propiciar ao povo o livre exame das Escrituras em sua própria língua.

Vieram então Lutero, Calvino e outros que defendiam as Escrituras Sagradas como única regra de fé e prática para todos os cristãos. Havia porém um problema. Como o povo poderia ler e interpretar as Escrituras se elas estavam acessíveis quase que somente em latim ou em suas línguas originais? Foi então que um esforço enorme pela tradução da Bíblia foi feito. Neste período inúmeras traduções surgiram. Lutero mesmo traduziu as Escrituras para o alemão. A sua tradução foi tão importante para o povo do seu país que estudiosos têm

considerado Lutero como o pai da língua alemã. Um primo de Calvino traduziu a Bíblia para o Francês. A famosa versão King James foi produzida na Inglaterra, o sínodo de Dort, na Holanda, promoveu a tradução para o holandês. Meio século mais tarde, mas ainda como fruto da Reforma, João Ferreira de Almeida traduziu a Bíblia para a língua Portuguesa.

Foi o acesso à Bíblia traduzida e sua comparação com os ensinamentos da igreja de Roma que provocaram as maiores perdas no rol de membros da Igreja Oficial. À medida em que as pessoas descobriam o verdadeiro ensino bíblico se rebelavam contra todo e qualquer ensino que o contradissesse. Não é à toa que a igreja de Roma tenha feito um esforço enorme para destruir cópias das Escrituras traduzidas. A tradução para línguas de povos considerados não-cristãos, também provocou um grande avanço do evangelho em países como Índia, China, Coréia, etc.

Autor de uma das primeiras 'traduções' da Bíblia para o alemão, algo que naquela altura não era permitido pela Igreja Católica sem especial autorização eclesiástica, Lutero não foi o primeiro. Já havia traduções mais antigas. A tradução de Lutero, contudo, suplantou as anteriores: além da qualidade da tradução, foi amplamente divulgada em decorrência da sua difusão por meio da imprensa, desenvolvida por Gutenberg em 1453.

O fim da perseguição da religião cristã pelo Império Romano tinha-se dado em 313 d.C. e o latim, a língua do extinto Império, permanecia a língua franca européia, imediatamente conotada com o passado romano glorioso, uma era de ciência, de progresso econômico e civilizador, sendo também a língua dos textos sagrados tal como estes foram transmitidos às províncias do império romano, por mais longínquas que fossem, nos menos de 100 anos que separaram a oficialização da religião cristã pelo Imperador Romano Teodósio I em 380 d.C. e a deposição do último imperador de Roma pelo Germânico Odoacro em 476 d.C., data proposta por Edward Gibbon e convencionalmente aceita como ano da queda de Roma (Império Ocidental).

No entanto, o domínio do latim era, no século XVI, no fim da Idade Média e princípio da chamada Idade Moderna, apenas o privilégio de uma porcentagem ínfima de população instruída, entre os quais os elementos da própria igreja. A tradução de Lutero para o alemão foi simultaneamente um ato de desobediência e um pilar da sistematização do que viria a ser a língua alemã, até aí vista como uma língua inferior, dos ignorantes, plebeus. É preciso dizer que Lutero não se opôs ao latim, e ele mesmo publicou uma edição revisada da tradução latina da Bíblia, a Vulgata. Lutero escrevia tanto em latim como em alemão e a sua tradução da Bíblia para o alemão não significou, portanto, rejeição do latim como língua acadêmica.

Algumas considerações

Partindo sempre da idéia de que não há tradução perfeita, absolutamente correta, eterna e unanimemente aceitável, e que toda tradução é sempre uma recriação, sendo que a fidelidade ao texto diz respeito a uma interpretação do texto de partida, que será sempre produto da língua, da cultura e da subjetividade do tradutor, posso considerar que é no equilíbrio entre a preservação de uma poeticidade original e a recriação de uma nova poeticidade que opera a arte da tradução, tornando possível a compreensão e estendendo de diversas formas a realização de uma obra literária.

Tendo em vista que a tradução é uma forma privilegiada de concretização da obra literária, acompanhando as diversas traduções de um texto ao longo da história da literatura pode-se observar que essa repercussão sempre está delimitada pelo momento literário, social e histórico de quem a realiza. A repercussão da obra literária está ligada a uma avaliação estreitamente ligada à percepção estética, pressupondo, portanto, critérios de julgamento que, entretanto, não são constantes, isto é, tanto os critérios de avaliação quanto os valores literários se transformam constantemente.

Posso chegar assim à conclusão de que essas idéias podem ser aplicadas diretamente à tradução: não há apenas uma maneira de traduzir, podendo a obra estar sujeita a múltiplas avaliações, durante as quais sua forma na consciência de quem a apreende (sua concretização) está em constante mudança, da mesma forma que quaisquer teorias a respeito do ato tradutório também estariam sujeitas à essas avaliações.

É preciso então estar atento ao fenômeno da tradução, visto que ele está o tempo todo entre nós, permeando, e muitas vezes permitindo, o nosso conhecimento, a nossa cultura. É preciso valorizar essa questão para que seu conteúdo revolucionário se torne mais eficaz, para que as culturas se comuniquem e se compreendam, para que os tradutores não resembram invisíveis. É preciso, enfim, refletir sobre o próprio processo da compreensão humana: o que aprendemos, para que aprendemos e como aprendemos.

Referências Bibliográficas

- Amora, Antonio soares. *História da Literatura Brasileira*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1973.
- Arrojo, Rosemary. *Oficina de tradução*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)
- Arrojo, Rosemary. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993. (Biblioteca Pierre Menard)
- Barboza, Onédia Célia de Carvalho. *Byron no Brasil: traduções*. São Paulo: Ática, 1974. (Ensaio, 12)
- Baudelaire, Charles. *As Flores do Mal*. Trad., introd. e notas de Jamil Mansur Haddad. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Benjamin, Walter. "La tâche du traducteur". Trad. M. de Gandillac. in: *Ouvres: Mythe et Violence*. Paris: Les Lettres Nouvelles, v. 1, 1971.
- Brandão, Maximiliano. *A cabeleira de Bilac*. Araraquara: Edições do autor, 1999.
- Candido, Antonio. *Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária*. 2a. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- Campos, Geir. *Como fazer tradução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Campos, Haroldo de. *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- Campos, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- Coutinho, Afrânio e Coutinho, Eduardo de Faria. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio/Eduff, 1986.
- Dicionário de Literatura*. Direção de Jacinto Prado Coelho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aguillar, 1973.
- Eliot, T. S. *Essais Choisís*. Traduit de l'anglais par Henri Fluchere. Paris: Éditions du Seuil, 1950.
- Fundação Casa de Rui Barbosa. *Sobre o Pré-Modernismo*. Centro de Pesquisas. Setor de Filologia: Rio de Janeiro, 1988.
- Jakobson, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- Jakobson, Roman. *Poética em ação*. Sel., pref. e org. João Alexandre Barbosa. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990. (Col. Estudos 92)
- Jauss, Hans Robert. *A História da Literatura como provocação à Teoria Literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Kristeva, Julia. *O Sol Negro, depressão e melancolia*. Trad. de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- Laranjeira, Mário. *Poética da Tradução*. São Paulo: EDUSP, 1993. (Criação e Crítica, v. 12)
- Lima, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas Fontes*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- Lima, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção*. Hans Robert Jauss et al.; coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Milton, John. *O Poder da Tradução*. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- Moisés, Massaud. *A Literatura Brasileira*. 2a ed. São Paulo: Cultrix, 1968. Roteiro das Grandes Literaturas.
- Moisés, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- Mounin, George. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- Muricy, Andrade. *A nova literatura brasileira. Crítica e Antologia*. Porto Alegre: Globo, 1936. pp. 172-3, 205.
- Otoni, Paulo (organizador). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1998. (Coleção Viagens da Voz)
- Paes, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas).
- Perrone-Moisés, Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valo na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Rónai, Paulo. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.
- Rónai, Paulo. *Escola de Tradutores*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultura na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos*. 2a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- Todorov, Tzvetan. "Synecdoques". in: *Communications*. 16, 1970. pp. 26-35.
-

Avaliação dos Fatores de Risco em Pacientes Pós Infartados

Fabiana Amadeu

Enfermeira. Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do Professor Amaury de Castro Júnior

fabiana.marc@ig.com.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo avaliar os fatores de risco que prevalecem na vida das pessoas após terem sofrido infarto agudo do miocárdio. Foram entrevistadas 150 pessoas de ambos os sexos com idade entre 40 e 60 anos, com data de infarto da 1ª semana até cinco anos após infarto. Os participantes da pesquisa foram abordados no momento em que estavam no ambulatório, em que aguardavam para consulta ou logo após consulta.

Os fatores modificáveis relacionados ao risco de IAM existentes na vida dos pacientes pós infartados, respectivamente foram: 37% são tabagistas, 83% sofrem alteração da pressão arterial sistêmica, 46% são diabéticos, 67,5% são sedentários, 13% são obesos, 34% sofrem de estresse. A partir dos resultados obtidos, enfatiza-se a importância que, o enfermeiro desenvolva avaliação dos pacientes, possibilitando uma intervenção contínua ao alcance dos resultados esperados, de uma população sadia e orientada, evitando assim um reinfarto. Em relação ao nível de conhecimento 85% não sabem nada sobre o infarto agudo do miocárdio, e relaciona infarto com dor precordial.

Unitermos

Fatores de risco, Infarto agudo do miocárdio.

Abstract

This actual study had as principal objective to check the risk's factors that stand in people's life after had been passed by an infarto acude from the myocardium. Were interviewed 150 people each woman's and mans with age between 40 and 60 years, with infarto's date of fiest week till five years after it. The research's voluntaries had been boarded at the moment where they were in the clinic, where they were waiting for the consultation by consultation. The related modificable factors to the risk of (IAM) exiting in the patients who passed for a heart attack had respectively were: 37% smoking, 83% suffer as alteration from systemic arterial pressure, 46% are diabetic, 67,5% are sedentary, 13% are fat, 34% suffer from stress. From the gotten results, importance is emphasized it that the nurse develops evaluation of patients, creating a possible continuous intervation to the reach of results waited, of a good and healthy population, thus preventing a new heart attack. About the level of knowledge is correct to say that 85% do not know nothing about acute's myocardium's heart attack, and relates it as a primordial pain.

Uniterms

Factors of risk, Acute's Myocardium's heart attack.

Avaliação dos Fatores de Risco em Pacientes Pós Infartados

1 - Introdução

O infarto do miocárdio é uma consequência de interrupção súbita de suprimento sanguíneo a um determinado ponto do coração devido a uma oclusão do vaso, que como consequência terá uma isquemia de um segmento miocárdico.

De acordo com Knobel et al (2002), o infarto agudo do miocárdio (IAM) decorre de um processo isquêmico que resultará em um tecido necrótico, tendo rotura de placas de atheroma e formação de trombos oclusivos que resultará em uma interrupção do fluxo sanguíneo em uma artéria coronária.

Coaduna-se com essas reflexões o autor Ramires et al (1997), quando nos diz que o fator do infarto agudo do miocárdio básico é a lesão aterosclerótica, porém é necessário analisar a existência de alguns fatores de risco que estão diretamente relacionados com a progressão e complicações dessas lesões. Em função disso quanto maior é a intensidade dos fatores de risco maior é a incidência de doenças cardiovasculares.

De acordo com Gonçalves (1999), os chamados fatores de risco que favorecem a incidência de infartos são: antecedentes familiares, idade, sexo, tabagismo, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, diabetes melito, colesterol, sedentarismo e estresse.

Dessas acepções podemos ressaltar que com relação ao estilo de vida, a presença de hábitos destrutivos pode acarretar enfermidades como, por exemplo, uma insuficiência coronária da disfunção endotelial à aterosclerose e infarto. Considera-se que esses conjuntos de fatores relacionam-se com os hábitos de vida de cada um, ou seja, relacionam-se com qualidade de vida.

Com base no autor Fajardo (1998), qualidade de vida é estar inserido em um convívio social, onde se possa satisfazer dignamente as necessidades pessoais e de seus dependentes, os indivíduos precisam ter bons hábitos alimentares, conhecimento e valores individuais e coletivos. Na ciência, qualidade de vida se apóia na compreensão das necessidades humanas básicas como psicológico, psicossocial e psicoespiritual, tendo como principal objetivo à promoção da saúde.

Coaduna-se com essas reflexões o autor Rufino (1994), quando relata que uma boa qualidade de vida é aquela que oferece um mínimo de condições para que os seres humanos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades. Vale ressaltar que segundo MANEGUIM (2001), qualidade de vida é um termo muito complexo, porém não se deve desmotivar esforços no sentido de buscar sua caracterização, sobretudo sobre a importância que ela pode trazer para pessoas em condições crônicas de saúde, como as portadoras de cardiopatias.

Com base no autor Piegas (2006), o infarto agudo do miocárdio aparece nas estatísticas das doenças cardiovasculares em primeiro lugar, nesse sentido reforça BARRERO (2001), ressaltando que o infarto agudo do miocárdio constitui uma das causas mais frequentes em admissões nas unidades coronarianas e nas Unidades de Terapia Intensiva.

Em países subdesenvolvidos o número de mortes por doenças cardiovasculares é altamente elevado, a mortalidade é tão alta em mulher quanto em homem. De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, estima-se que das 300 mil pessoas que sofrem de problemas cardíacos, 77 mil morrem anualmente de infarto agudo do miocárdio. No Brasil, ocorre 160 óbitos para 100.000 habitantes dados do (SUS).

O infarto agudo do miocárdio nos países desenvolvidos teve uma queda entre os últimos dois à quatro anos, a maneira de reduzir as doenças cardiovasculares é a prevenção e a promoção à saúde. Vários estudos, voltados para as variações geográficas da doença isquêmica do coração, têm mostrado a importância da inclusão dos fatores ambientais relacionados a esse agravo para a compreensão de como o contexto afeta a saúde de grupos populacionais.

Dentre os fatores ambientais que estão relacionados à doença isquêmica do coração cabe destacar o papel do desenvolvimento sócio-econômico, do processo de urbanização e seu impacto sobre o estilo de vida das populações.

Tal informação vem de encontro ao meu anseio no sentido de mostrar que o ser humano desenvolve doenças cardiovasculares devido a maus hábitos diários que se relaciona com sua qualidade de vida, nesse sentido ressaltamos a hipótese de que medidas de prevenção e promoção à saúde podem evitar um reinfarto.

A relevância desta pesquisa está no fato em que há uma ocorrência de pacientes infartados reinfartarem de forma conseqüente, ficando restrito cada vez mais o funcionamento do sistema cardiovascular, desta forma avaliando os fatores de risco prevalentes na vida dos pacientes pós infartados, se consegue traçar ações preventivas evitando um reinfarto, este é o objetivo proposto pela autora.

2. Material e Métodos

2.1 Tipo de pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de campo quantitativa e qualitativa, que segundo Lakatos (1986), é aquela que busca trabalhar com valores numéricos a fim de explicar o fato observado, e qualitativa que de acordo com Gil (1996), salienta que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, como, por exemplo, avaliar fatores de risco.

2.2 Local do estudo:

O estudo foi realizado em um Hospital de grande porte na zona Metropolitana de São Paulo, no setor ambulatorial.

2.3 Universo e amostra:

O critério de seleção utilizado foi à faixa etária de 40 a 60 anos com indivíduos após terem sofrido infarto agudo do miocárdio, desde que a data de infarto seja da 1ª semana até cinco anos após o infarto. O tamanho da amostra é de 150 pacientes pós infartados.

2.4 Técnica de coleta de dados:

Os dados foram coletados por meio de questionário composto por perguntas fechadas e abertas que foram respondidas por escrito. Conforme nos diz Gil (1999), a elaboração de um questionário consiste em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. A coleta de dados foi redigida nos meses de janeiro a abril de 2007. As entrevistas foram realizadas pela autora do trabalho e tiveram duração de 15 minutos. Os participantes da pesquisa foram abordados no momento em que estavam no ambulatório, em que aguardavam para consulta ou logo após consulta.

2.5 Procedimentos éticos:

Este projeto foi cadastrado no Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) sob o número FR-117919 e posteriormente submetido á aprovação do Comitê de Ética do Centro Universitário Nove de Julho.

Após, liberada pela instituição a realização da pesquisa, as pessoas entrevistadas foram orientadas quanto aos objetivos e propósitos do estudo e quando houve concordância conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, - CNS, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, quando então foi dado início a coleta dos dados.

2.6 Análise dos dados:

Os dados coletados foram tabulados e divididos em grupo estatisticamente, considerando-se o percentual de respostas, segundo frequência absoluta e relativa.

3. Análise dos Resultados

Estudo constituído por 150 indivíduos, das quais 51% eram do sexo masculino e 49% do sexo feminino.

A idade das pessoas variou entre 45 a 60 anos, sendo que a faixa etária que prevaleceu foi de 55 a 60 anos, subdividimos as faixas etárias em: Perfil 1- de 40 a 50 anos e Perfil 2- de 50 a 60 anos.

Foi considerado praticante de atividade física o indivíduo que caminhasse ou realizasse outra atividade física no mínimo três vezes por semana, 30% dos entrevistados são praticantes.

Foi classificado como Grupo A os indivíduos que mantêm bons hábitos alimentares, que dentro de sua alimentação estivesse presentes aves, peixes, e legumes.

Grupo B foi classificado por manter uma alimentação irregular com gorduras saturadas e alimentos ricos em carboidratos.

58% da população estudada têm antecedentes familiares com diagnóstico de cardiopatias.

37% dos pacientes fazem uso do cigarro.

Os fatores de risco modificáveis existentes apresentam-se nos seguintes valores:

- 34% apresentam estresse.
- 24% são tabagistas.
- 46% são diabéticos.
- 67,5% são sedentários.
- 13% da população da amostra são obesos.
- 83% sofrem alteração na pressão arterial sistêmica.

Apresentaram mudanças de vida diária 29% da amostra. 71% nada alterou em sua rotina de vida após infarto.

Em relação ao conhecimento sobre o infarto agudo do miocárdio e prevenção, foi dividido em grupo I pacientes que tem conhecimento sobre a doença, e grupo II pacientes que não sabem nada a respeito da doença, 15% possuem conhecimento sobre o assunto e, 85% nada sabem sobre o assunto.

Para classe profissional foi classificada em níveis ocupacionais:

Nível I cargos de ocupação manual não especializada, que inclui pessoas encarregadas de executar tarefas que não exigem experiência profissional prévia.

Nível II cargos de ocupação manual especializada, que inclui pessoas encarregadas de executar tarefas artesanais e manuais, requerem compreensão dos processos que intervêm no trabalho, além de habilidade manual.

Nível III cargos de supervisão, gerência e outras ocupações não manuais.

Nível IV profissional liberal e cargos de alta administração.

Nível V sem ocupação definida (estudante, desempregado, aposentado).

Fatores de Risco Imodificáveis

Tabela I – Distribuição Dos Pacientes De acordo Com o Sexo

SEXO	n	%
FEMININO	77	51%
MASCULINO	73	49%

Um dos fatores de risco para doença cardíaca é o sexo que, segundo Ramires (1997) nos relata que este fator não é modificável. De acordo com sua reflexão, o sexo masculino é mais comprometido pelo infarto agudo do miocárdio se comparado ao feminino, a razão desta proteção ao sexo feminino Cotran, Kumar & Collins (2000), nos ressalta que são os hormônios circulantes durante a vida reprodutiva. Após a menopausa com redução do estrogênio a mulher fica suscetível tanto quanto o homem a desenvolver cardiopatia coronária.

Tabela II - Distribuição Por Faixa Etária

	Perfil 1	Perfil 2
Faixa Etária	40 a 50 anos	50 a 60 anos
n	33	117
%	22%	78%

Como podemos ver, 78% da população da pesquisa tem idade entre 50 á 60 anos, o aumento da idade relaciona-se com mudanças anatômicas e hemodinâmicas no sistema cardiovascular, Cotran, Kumar & Collins (2000) relata que com o envelhecimento há um acúmulo de gordura na região epicárdica, e posteriormente um enfraquecimento nas câmaras cardíacas, nas valvas e no sistema de condução ocorrem alterações no tamanho das câmaras cardíacas, principalmente no ventrículo esquerdo, as valvas se calcificam o que pode levar a um prolapso.

Podemos compreender com base nesses autores que o processo é lento e o coração encontra maneiras de superar tais alterações através de anastomose.

Tabela III – Antecedentes Familiares

ANTECEDENTES FAMILIARES	Mãe	Pai	TOTAL
n	25	31	56
%	17%	21%	38%

Segundo Ramires (1997), as pessoas com história familiar estão mais suscetíveis a desenvolver doenças cardíacas, isso devido aos genes herdados dos pais, parte desta questão também pode ser explicada pela qualidade de vida semelhante aos outros membros da família.

Fatores de Risco Modificáveis

Tabela IV – Atividade Física

ATIVIDADE FÍSICA	Praticantes	Não praticantes	TOTAL
n	45	105	150
%	30%	70%	100%

Fajardo (1998) ressalta que o exercício físico melhora a circulação colateral cardíaca reduzindo a necessidade de oxigenação ao músculo cardíaco; Constanzo (2004) salienta que o coração aumenta o seu débito cardíaco durante o exercício para atender a demanda dos tecidos pelo oxigênio.

É necessário analisar a obesidade nos portadores de doenças cardíacas, que segundo Fajardo (1998) a uma piora progressiva no aparelho cardiovascular, predispondo o risco de desenvolver diabetes. Segundo a pesquisa 70% dos pacientes não praticam atividade física o que facilita a ocorrência de um novo infarto.

Tabela V – Hábitos Alimentares

ALIMENTAÇÃO	Grupo A	Grupo B	TOTAL
n	52	98	150
%	35%	65%	100%

De acordo com Ventura (1998), uma nutrição adequada é aquela que contém 50% de carboidratos sendo 20% de legumes, verduras, frutas e 30% de açúcares. Gorduras animais e vegetais 35%, proteínas animais e vegetais 15%, e suplementação de vitaminas e sais minerais. Esse conjunto mantém a homeostasia do corpo humano.

Os hábitos alimentares estão totalmente relacionados com costumes da vida diária de cada um, porém a população necessita de informações sobre o poder da alimentação em nosso organismo, neste gráfico temos o percentual de indivíduos que se alimentam de forma irregular, estando ele suscetível a não só um infarto agudo do miocárdio, mas também a outras patologias.

Tabela VI – Uso do Cigarro

Fumo	Pararam de Fumar	Continuam Fumando	TOTAL
n	19	36	55
%	13%	24%	37%

O abuso da nicotina, o fumo, faz com que efeitos conseqüentes repercutem na pressão arterial e no fluxo de sangue nas coronárias, o monóxido de carbono existente no cigarro tem 250 vezes mais afinidade pela hemoglobina que o oxigênio, obstaculizando assim o transporte de oxigênio aos tecidos, desenvolvendo cardiopatia isquêmica. "O cigarro tem sido associado com doença coronariana e tem um risco de duas a quatro vezes de aumento na sua incidência". (CASTELLI, 2004, p.55, cap. 3)

Tabela VII – Outros Fatores de Risco Modificáveis

Fatores de Risco Modificáveis	Estresse	Tabaco	Diabetes	Sedentarismo	Obesidade
n	51	36	69	100	19
%	34%	24%	46%	67%	13%

Os fatores de risco para infarto agudo do miocárdio modificável segundo Gonçalves (1999), são tabagismo, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, diabetes melito, vida sedentária, obesidade, colesterol e estresse.

De acordo com Colombo (1997), a alta incidência de doença arterial coronariana em nossa população relaciona-se ao estilo de vida e aos fatores que podem ser modificados. Estudos definem estilo de vida como um conjunto de decisões individuais que afetam a saúde, e sobre os quais se pode exercer certo grau de controle.

Gallani (2000), inferi com Colombo quando ressalta que a doença arterial coronariana resulta-se por fenômenos que acabam levando a obstruções nos vasos coronarianos, podendo

evoluir para uma isquemia miocárdica com lesões reversíveis ou irreversíveis, que se trata de um infarto agudo do miocárdio sendo muitas vezes fatal.

É importante ressaltar que Smeltzer & Bare (2002), nos diz que a hipertensão pode ser vista como um sinal, como um fator de risco para doença cardiovascular aterosclerótica, onde ocorre uma velocidade para acumular as placas de ateroma nas paredes dos vasos, ou como uma doença isolada. "Em estudo de necropsias foi relatado que pacientes hipertensos apresentavam lesão aterosclerótica em grau mais avançados que os controles". (CASTELLI, 2004, p.61, cap. 3)

Podemos inferir com Gonçalves (1999) que os chamados fatores de risco estão diretamente ligados a problemas cardiovasculares. Contudo ressalta Fajardo (1998), que os fatores de risco que se apresentam na vida dos indivíduos, estão relacionados com a qualidade de vida de cada um, e assim entende-se que qualidade de vida é um conceito intensamente marcado pela subjetividade, envolvendo todos componentes essenciais da condição humana, é importante ressaltar que Horta (1979), descreve as necessidades humanas básicas de forma universal como necessidades psicobiológicas e necessidades psicossociais, que variam de um indivíduo para outro dependendo da maneira como ele irá satisfazer essa necessidade, e isso está diretamente relacionado com a qualidade de vida que pode interferir com sua idade, sexo, cultura, escolaridade, fatores sócio-econômicos e o ambiente.

Mato (1999) ressalta que quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de como ter uma boa qualidade de vida, e como elevar o grau de bem-estar da sociedade, os estudos desses autores vêm ao encontro de nossos anseios, no sentido de mostrar a importância do profissional de saúde transmitir informações aos pacientes.

Tabela VIII – Mudança no Estilo de Vida

Estilo de Vida	Mudaram Estilo de Vida	Nada Mudou	TOTAL
n	43	107	150
%	29%	71%	100%

Ventura (1999) e Piegas (2006) coadunam-se com a reflexão de que as doenças coronárias são a maior causa de mortalidade, devida essa razão se vê à importância do controle no estilo de vida para se obter uma expectativa de vida melhor.

Podemos inferir com Fajardo (1998), que para evitar um reinfarto é altamente recomendado parar de fumar, não abusar do álcool, manter uma atividade física regular, controlar o peso, o estresse, a diabete, a hipertensão, e manter uma nutrição adequada.

Segundo Belasco e Sesso (2006), qualidade de vida está interligado com fatores econômicos, demográficos, antropológicos, e bioéticos.

Tabela IX – Conhecimentos Gerais Sobre a Doença

Conhecimento Sobre Infarto	Tem Conhecimento	Não Sabe Nada	TOTAL
n	22	128	150
%	15%	85%	100%

"O infarto é um processo dinâmico que não ocorre instantaneamente, e com o resultado desta pesquisa pode-se aferir que os indivíduos pós infartados não tem essa informação, a partir dessa reflexão podemos ressaltar que a equipe multiprofissional precisa investir nos serviços primários de saúde.

Tabela X – Distribuição por Ocupação

Distribuição Por Ocupação Profissional

	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Nível V
n	46	30	5	8	61
%	31%	20%	3%	5%	41%

Neste gráfico temos a distribuição de pacientes por ocupação profissional, onde prevalece com 41% pessoas que não possuem ocupações definidas, neste grupo encontram-se em destaque os aposentados.

Abaixo do nível V está o nível I com 31% do valor total da amostra, neste grupo estão os que ocupam cargos de ocupação manual não especializada, entre eles, vendedores, empregadas domésticas e trabalhadores rurais.

No nível II estão os trabalhadores que possuem cargos de ocupação manual especializada, que inclui pessoas encarregadas de executar tarefas artesanais e manuais, apresentou na pesquisa 5% os pacientes que possuem cargos altos na administração, e 3% os que possuem cargos de supervisão, gerência.

Tabela XI – Atividade Sexual

Atividade Sexual Pós Infarto			
	Possuem Vida Sexual Ativa	Não Pratica Atividade Sexual	TOTAL
n	111	39	150
%	74%	26%	100%

74% das pessoas que já teve um infarto sabem que podem voltar a ter uma vida sexual satisfatória como antes de ser atingida pela doença.

O infarto não significa o fim da vida sexual. Ela tende mesmo a se tornar mais gratificante se a pessoa dedicar parte do seu tempo ao repouso e às atividades sociais e recreativas.

Nos primeiros tempos depois do infarto, a atividade sexual geralmente é proibida, é necessário esperar até a recuperação do coração. Ventura (1997), ressalta que o orgasmo não é imprescindível.

À medida que a sua performance for melhorando pelo recondicionamento físico, ao qual todo o infartado deve se submeter, o desempenho sexual tende a melhorar. A melhora da performance física aumenta a autoconfiança e estima.

4. Discussão

Os principais fatores de risco para infarto agudo do miocárdio comprovado pela literatura foram avaliados através do questionário. Este estudo nos mostra que os fatores de risco modificáveis se faz presente na vida dos pacientes.

A autora do projeto concorda com os estudos dos autores citados ao longo do trabalho, quando os mesmos se referem que a qualidade de vida está relacionada com o processo saúde-doença na vida dos indivíduos.

Os resultados obtidos nesta pesquisa nos demonstram claramente nos pacientes que já sofreram infarto agudo do miocárdio, a prevalência em suas vidas dos fatores de risco que são modificáveis, ou seja, esses fatores de risco só não farão parte de suas vidas quando os mesmos mudarem sua rotina de vida. Podemos compreender com essas informações a importância da orientação a esses pacientes sobre mudanças de hábitos.

Concluindo os achados do presente estudo ratificaram o que os autores nos trazem no decorrer desta obra sobre a importância na mudança do estilo de vida, pois se o indivíduo não fizer alteração em sua qualidade de vida, o mesmo virá reinfartar.

5. Considerações Finais

A realização do presente estudo possibilitou uma aproximação com a complexa situação que um paciente pós infartado vive, comprometendo não só a estrutura física, biológica, mas também a própria qualidade de vida.

Foi importante constatar que a percepção dos pacientes sobre o infarto e os seus fatores de risco, parece ser fortemente determinado pela dor precordial sentida.

Como enfermeiros ligados diretamente à prevenção, são de fundamental importância as instruções e orientações passadas aos pacientes, é preciso enfatizar também que a equipe tenha esclarecimento e treinamento contínuo para que possam passar informações corretas para os pacientes.

No cotidiano de nossa vida profissional, com tantos procedimentos, relatórios, responsabilidades, às vezes esquecemos de coisas que são tão importantes quanto medicação, curativo, que é a postura que o como enfermeiro tem que ter, orientar para evitar um próximo incidente, e orientar é também humanizar a assistência.

O cuidado humanizado além de favorecer o doente como um todo lhe permite a preservação de sua individualidade, o que muitas vezes é perdida quando se está sob cuidados médicos. A individualidade não refere-se a patologia, a ala ou o leito do paciente, mas sim a sua história de vida, sua personalidade, sua família, seus costumes.

Como contribuição para a continuidade do tema, pretendemos que esse trabalho não se coloque a termo, mas que seja apresentado em congressos e simpósios para demonstrar a importância da comunicação e orientação da enfermagem aos pacientes. Visto que a educação contribui significativamente para que não ocorra um reinfarto.

É importante ressaltar a continuidade do tema proposto, pois os resultados poderão fornecer subsídios para traçar ações preventivas para os pacientes.

Referências Bibliográficas

1. BARRERO, Carlos Manuel & PIOMBO, Alfredo César. El Paciente em La Unidad Coronarie. Buenos Aires – Argentina: Ed. Médica Panamericana, 2001. Cap. 4.
2. BRAUNWALD, Eugene; ANTMAN, Elliott M. Infarto agudo do miocárdio. IN:_____. BRAUNWALD, Eugene; ZIPES, Douglas P.; LIBBY, Peter. Tratado de Medicina Cardiovascular. São Paulo: Ed. Roca, 2003, 6º ed., vol. 2, Cap.35 P. 1176, 1177.
3. CASTELLI, V. J.; et al. Doença aterosclerótica periférica. São Paulo: Ed. BBS, 2004. Cap. 3 p. 53, 55, 56, 57, 58, 61 e 62.
4. COLOMBO, Roberta Cunha Rodrigues; AGUILLAR, Olga Maiomi. Estilo de vida e fatores de risco de pacientes com primeiro episódio de infarto agudo do miocárdio. Ribeirão Preto. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.5 no.2, Apr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691997000200009. Acesso em: 13 fev. 2007. doi: 10.1590/S0104-11691997000200009
5. CONSTAZO, Linda. Fisiologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Cap.5, p. 217.
6. COTRAN, Ramzi; KUMAR, Vinay; COLLINS, Tucker. Robbins Patologia Estrutural e Funcional. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2000. cap.13,P.496 a 500.
7. DINIZ, Denise Pará; SCHOR, Nestor. Guia de Qualidade de Vida. IN: _____. BELASCO, Angélica; SESSO, Ricardo de Castro Cintra. Guia de Medicina Ambulatorial e Hospitalar Unifesp – Escola Paulista de Medicina. São Paulo: Ed. Manole, 2006. Cap. 1, p.1.
8. FAJARDO, Augusto. Qualidade de vida com saúde total. São Paulo: Sociedade Brasileira de Nutrição & Qualidade de Vida, 1998. P. 29, 33, 169, 199, 247, 379 e 397.
9. GALLANI, Maria Cecília Bueno Jayme. O exercício físico e o paciente infartado: determinantes comportamentais. Maria Cecília Bueno Jayme Gallani. São Paulo: M. C. B. J. Gallani, 2000. 212 P. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem – Universidade de São Paulo.
10. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
11. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3º ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1991. P.270.
12. MANEGUIM, Silmara. Qualidade de vida de pacientes com cardiopatias valvares. São Paulo: S. Maneguim, 2001. Dissertação (mestrado) Escola de Enfermagem – Universidade de São Paulo.
13. MATOS O. As formas modernas do atraso. Folha de S. Paulo, Primeiro Caderno, 27 de setembro, 1998. P. 3.
14. MELO, Ernites Caetano Prates; TRAVASSOS, Claudia; CARVALHO, Marília Sá. Qualidade dos dados sobre óbitos por infarto agudo do miocárdio. Rio de Janeiro. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 38, nº 3, 2004. Disponível em: http://www.sciwlo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=500.34-8910200400300008&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2007. doi: 10.1590/50034-8910200400300008.
15. PIEGAS, Leopoldos S. Jornada de Enfermagem Cardiovascular. São Paulo: Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, 2006.
16. RAMIRES, José Antônio F. et al. Doença coronária e aterosclerose. Clínica terapia intensiva, emergências. vol. 2/ Coordenação Miguel Antônio Moretti. São Paulo. Editora Atheneu, 1997. P.7, 8, 9, 10, 62 e 63.
17. RUFINO, Neto. Qualidade de vida: Compromisso histórico da epidemiologia. Coopmed/ Abrasco, 1994. P. 11 a 18.
18. SMELTZER, Suzanne; BARE, Brenda. Brunner & Suddarth, Tratado de enfermagem medico-cirúrgico. Rio de Janeiro: ED. Guanabara Koogan, 2002. Cap. 25, P. 575, 579 a 584, 597, 608.
19. KNOBEL, Elias et al. Terapia intensiva cardiologia. São Paulo: ED. Atheneu, 2002. P.25.
20. VENTURA, A. A.; et al. A vida inteligente. São Paulo: Nobel, 1999. Cap.7.

O direito dos refugiados como exemplo da aplicação do direito internacional na legislação brasileira

Fabiano L. de Menezes

Advogado do Núcleo de Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos, Especialista (MA) em Relações Internacionais pela New South Wales University (Austrália) e Mestre em Direito Internacional pela Universidade Católica de Santos, leciona Direito Internacional Público. Este trabalho foi apresentado no 4.º Congresso Brasileiro de Direito Internacional (Curitiba, 2006) e publicado em seus anais sob o título *Estudos de Direito Internacional*, editora Juruá: Curitiba, 2006, Vol. III, p. 405-411.

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar a proteção dos refugiados no território brasileiro como um exemplo prático da aplicação do direito internacional no direito interno. Este exemplo é relevante porque a proteção dos refugiados nasceu no plano internacional e, depois, incorporada na ordem jurídica interna. O Brasil comprometeu-se no plano internacional a respeitar o direito dos refugiados. E ainda, estabeleceu uma legislação interna que definiu os mecanismos de implementação da proteção internacional dos refugiados no território nacional.

Palavras chave

direito dos refugiados, direito internacional

Abstract

The aim of this article is to show the refugee law as an exemplo of the application of international law in Brazilian domestic law. This example is relevant because two reasons. Firstly, the protection of refugees started in the international system when states signed the 1951 Geneva Convention. Secondly, the Brazilian government signed the mentioned convention and then, implemented it creating an internal legislation.

Keywords

refugee law, international law

O direito dos refugiados como exemplo da aplicação do direito internacional na legislação brasileira

Introdução

A aplicação do direito internacional no ordenamento jurídico interno, segundo grande parte da doutrina, é um dos tópicos mais controversos do direito internacional público. As principais questões que surgem quando o mencionado tema é tratado são: há hierarquização entre as normas de direito internacional e as normas de direito interno? E ainda, em caso de conflito de norma como será resolvido e qual norma será aplicável? É a Constituição Federal que estabelece o procedimento adequado para lidar com as normas de direito internacional. No entanto, a Constituição de 1988 silencia no tocante as principais questões mencionadas¹.

Assim, a melhor maneira de entender sobre a aplicação do direito internacional no ordenamento jurídico interno é analisar como o Brasil trata dessa efetivação. O objetivo deste artigo é mostrar a proteção dos refugiados no território brasileiro como um exemplo prático da aplicação do direito internacional no direito interno. Este exemplo é relevante porque a proteção dos refugiados nasceu no plano internacional e, depois, incorporada na ordem jurídica interna. O Brasil comprometeu-se no plano internacional a respeitar o direito dos refugiados. E ainda, estabeleceu uma legislação interna que definiu os mecanismos de implementação da proteção internacional dos refugiados no território nacional.

Este artigo mostrará também como é realizado o processo de refúgio no Brasil e o papel da sociedade civil. Será visto também algumas estatísticas relacionadas ao tema dos refugiados que estão no relatório: "Refúgio no Mundo – Tendências Globais 2005" (disponível em www.unhcr.org/statistics), divulgado em 9 de junho de 2006, realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

I - Incorporação do Direito Internacional dentro do Direito Interno

O artigo 84, VIII, da Constituição Federal (CF) estabeleceu que o Presidente da República é competente para celebrar tratados, acordos e atos internacionais em nome do Governo brasileiro. No entanto, desde que possua Carta de Plenos Poderes autorizada pelo Presidente da República e referendada pelo Ministro das Relações Exteriores, qualquer autoridade pode assinar um ato internacional.

O artigo 49, I, da CF estipulou que é competência do Congresso Nacional resolver sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

No Brasil um tratado assinado no plano internacional pelo Presidente da República, ou seu representante que tenha os poderes para tanto, deverá ser examinado e aprovado pelo Congresso Nacional (Câmara e Senado) por meio de um Decreto Legislativo promulgado pelo Presidente do Senado Federal e publicado no Diário Oficial da União. Em seguida, o Decreto Legislativo é submetido à ratificação pelo Presidente da República por meio de um Decreto e publicado no Diário Oficial da União².

Um tratado internacional para ser incorporado no ordenamento jurídico interno deve ser assinado pelo Presidente da República, encaminhado à aprovação do Congresso Nacional e promulgado por um Decreto Presidencial.

II - A Proteção dos Refugiados no Direito Internacional

A proteção universal do refugiado foi estabelecida em um tratado, assinado em julho de 1951, conhecido como Convenção de Genebra de 1951, ou Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, em vigor desde abril de 1954. Essa convenção definiu o significado do termo refugiado e estipulou seus direitos e obrigações. No entanto, ela foi adotada com duas limitações: uma temporal e a outra geográfica. A Convenção de 1951 era aplicável somente aos refugiados oriundos dos conflitos ocorridos na Europa antes de 1º de janeiro de 1951.³

Após dezesseis anos, a comunidade internacional percebeu que era necessário expandir a proteção da Convenção de 1951 para futuros refugiados. O problema de pessoas que sofriam perseguições, e que precisavam de proteção internacional, começou a crescer na África, Ásia e América Latina em razão das guerras de independência e revoluções ocorridas nesses lugares. Os Estados estabeleceram um Protocolo Adicional sobre o Estatuto dos Refugiados em janeiro de 1967, que removeu tanto a limitação geográfica quanto a limitação temporal prevista na Convenção de 1951.

A Convenção de 1951 e o Protocolo Adicional de 1967 foram assinadas voluntariamente por 146 Estados. Estes países obrigaram-se a dar proteção em seus territórios a todos aqueles que se enquadram como refugiados: toda pessoa que por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual e não possa ou não queira acolher-se à proteção do referido país.

A população atual de refugiados no mundo é de 8,4 milhões. 3,2 milhões estão na Ásia; 2,7 milhões na África; 1,7 milhão na Europa; 526 mil na América do Norte; 80 mil na Oceania e 38 mil na América Latina. O Afeganistão é o país de origem do maior número de refugiados (1.9 milhão), seguido pelo Burundi, Iraque, Libéria e a recente separada Sérvia e Montenegro.

O número de solicitantes de refúgio é de 773 mil. Destes, 252 mil estão na África, 223 mil na Europa, 190 mil na América do Norte; 11 mil na América Latina e Caribe e 2 mil na Oceania. A maioria dessa população vem de países afetados por conflitos ou por abusos de violações de direitos humanos ou ambos. Entre estes países estão: Mianmar, Somália, Sérvia e Montenegro, Rússia, República Democrática do Congo e China.

III – A Proteção Regional dos Refugiados

Na América Latina, em 22 de novembro de 1984, foi assinada por 10 Estados (Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela) a Declaração de Cartagena sobre Refugiados. Essa declaração foi estabelecida principalmente para ajudar as vítimas dos três conflitos armados ocorridos na América central (El Salvador em 1979, Guatemala e Nicarágua em 1982).

A Declaração de Cartagena é um documento que incorporou consagrados princípios internacionais dos direitos dos refugiados em conjunto com novas idéias baseadas no contexto do continente. Ela expandiu a definição do termo refugiado que passou a incluir pessoas que saíram dos seus países por violência generalizada, agressão internacional, conflitos internos, violações massivas de direitos humanos ou outras sérias circunstâncias, nas quais a ordem pública foi deturpada. A natureza não obrigacional dessa declaração fez com que os dez Estados signatários aprovassem seus princípios sem maiores dificuldades.

O Brasil não adotou a Declaração de Cartagena, mas seus princípios foram adotados na legislação interna sobre refugiados.

O número de refugiados na América do Sul é de 19 mil. Equador é o país com o maior número (10.063), seguido por Brasil (3.458), Argentina (3.074), Peru (848), Chile (806), Bolívia (535), Venezuela (408), Colômbia (155) e Paraguai (50). No entanto, o ACNUR estima que 200 mil colombianos fugiram para a Venezuela e 250 mil para o Equador. No Brasil, 80% dos refugiados são de origem africana, mas uma missão do ACNUR na Amazônia brasileira, em fevereiro de 2006, constatou que há 4 mil colombianos que fugiram das guerrilhas, vivendo sem qualquer documentação brasileira.

Um problema que vem se agravando ultimamente referente ao tema dos refugiados, é o caso dos deslocados internos. Eles sofrem o mesmo tipo de perseguição dos refugiados, mas, ao contrário destes, continuam vivendo dentro dos seus países. O número total dessa população é de 6,6 milhões. A Colômbia, por conta do conflito de mais de 40 anos entre as diversas autodefesas e as divergências pessoais dos seus líderes, tem a segunda maior população de deslocados internos do mundo (2,5 milhões). O Afeganistão tem o maior número de deslocados internos (2,9 milhões).

IV – A Implementação do Direito Internacional no Direito Interno

O Brasil assinou a Convenção de 1951 em 15 de julho de 1952. Esta Convenção está em vigor desde janeiro de 1961 por meio do Decreto n.º 50.215/61. O Protocolo Adicional de 1967, que expandiu a proteção dos refugiados, está em vigor desde 1972 por meio do Decreto n.º 70.946/72. No entanto, o Brasil removeu apenas a limitação temporal. Ou seja, o Brasil reconhecia os refugiados pós-1951, mas ainda limitava-se aos que eram do continente europeu. Havia uma reserva geográfica por parte do Brasil. Em dezembro de 1989, o Brasil revogou a cláusula de reserva geográfica e passou a reconhecer os refugiados independentemente de sua origem.

Em 22 de julho de 1997 entrou em vigor a Lei n.º 9.474/97 (Estatuto do Refugiado). Esta lei definiu os mecanismos para a implementação da Convenção de 1951 no território brasileiro. Ela ampliou a proteção dos refugiados definindo que, além do temor de sofrer perseguição pelos motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a um grupo social ou por sua convicção política, será enquadrado como refugiado todo aquele que é obrigado a deixar seu país em razão de grave e generalizada violação de direitos humanos (artigo 1.º III).⁴

V – O Processo de Refúgio no Brasil

O objetivo do processo de refúgio é determinar a condição de refugiado ao seu solicitante. A Convenção de 1951 não regulamenta como os Estados devem proceder para que a condição de refugiado seja determinada. Cada Estado estabelece os procedimentos que cada um considere mais adequado, levando em consideração suas estruturas administrativas e constitucionais. A lei 9.474/97 estabeleceu o procedimento abaixo.

Para solicitar refúgio, não há diferença entre o estrangeiro que entrar regularmente ou irregularmente no território brasileiro. Ambos deverão apresentar-se ao Departamento da Polícia Federal (DPF) e comunicar seu interesse em solicitar o reconhecimento da sua condição de refugiado. A DPF emitirá um termo de declaração.

Com este termo, o solicitante de refúgio, se estiver em São Paulo, por exemplo, será encaminhado pelo DPF à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. O processo de reconhecimento da condição de refugiado é gratuito e tem caráter de urgência (artigo 47). Proferida a decisão, o CONARE notificará o solicitante, por meio da Cáritas, e o DPF para as medidas administrativas cabíveis (artigo 27).

No caso de decisão positiva, o solicitante de refúgio passa a ter o status de refugiado. O refugiado assinará um termo de responsabilidade e será registrado no DPF e poderá solicitar o seu registro nacional de estrangeiro (artigo 28). No caso de decisão negativa, o solicitante de refúgio terá um prazo de 15 dias, contados do recebimento da notificação, para interpor recurso ao Ministro da Justiça (artigo 29). Durante a avaliação do recurso, o solicitante de refúgio poderá permanecer no território brasileiro (artigo 30). A Cáritas orientará o solicitante sobre o recurso a ser apresentado.

O solicitante que teve negado o reconhecimento da sua condição de refugiado estará sujeito à legislação de estrangeiros. No entanto, ele não será transferido para o seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade (artigo 32).

O Brasil recebe por ano cerca de 450 pedidos de solicitação refúgio. De acordo com o Ministério de Justiça e o CONARE, 60% desses pedidos são negados.

1. Órgão competente para analisar a questão dos refugiados

O artigo 11 da lei 9.474/97 estabeleceu o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Ele é um órgão deliberativo ligado ao Ministério da Justiça que tem a competência de: a) analisar o pedido de refúgio e o seu reconhecimento; b) decidir sua cessação ex officio ou a requerimento das autoridades competentes; c) determinar a perda da condição de refugiado; e d) orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados (artigo 12).

Na estrutura do CONARE estão presentes representantes dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, do Departamento da Polícia Federal, e de organização não-governamental que esteja ligada a atividades de assistência e proteção de refugiados no Brasil (artigo 14). O ACNUR, agência da ONU responsável pela proteção de refugiados no mundo, será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, mas sem voto.

2 - O papel da sociedade civil na proteção, assistência e integração à população refugiada

O ACNUR, como agência da ONU responsável pela temática dos refugiados, estabelece parcerias com diversos atores para implementar suas políticas de proteção e ajuda humanitária e despertar o interesse da mídia e do público. Esses atores incluem governos, empresas, ONGs, fundações, universidades e indivíduos notórios que atuam como embaixadores da boa vontade.

Na implementação dos seus programas de ajuda humanitária, o ACNUR realiza projetos com mais de 500 ONGs ao redor do mundo. Cerca de 80% dessas organizações são locais ou organizações nacionais. Elas recebem o apoio financeiro do ACNUR para realizar serviços específicos como proteção, assistência social, legal e psicológica com a população refugiada.⁵

A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e do Rio de Janeiro são algumas das entidades no Brasil que têm convênio de parceria com o ACNUR. Por meio desse convênio, essas entidades coordenam, acolhem e atendem diariamente e diretamente a população refugiada (refugiados e solicitantes de refúgio).

Com a emissão do termo de declarações do estrangeiro que mostrou interesse em solicitar o reconhecimento da sua condição de refugiado, ele agora passa a ser identificado como solicitante de refúgio. O solicitante está autorizado a permanecer no Brasil até a decisão final do processo (artigo 21). Essa condição permite ao Ministério do Trabalho emitir carteira de trabalho provisória ao solicitante (artigo 21, para. 1.º). Ao solicitante de refúgio será aplicável a legislação sobre estrangeiros (artigo 22).

No caso da CASP, o solicitante de refúgio receberá as seguintes orientações:

1. Preenchimento de questionário de solicitação de refúgio e o seu encaminhamento para o CONARE;
2. Orientação sobre Serviço Social;
3. Entrevista com advogados do Convênio Cáritas/ACNUR/OAB e Secretária Especial de direitos humanos da Presidência da República;
4. Entrevista com representante do CONARE.

Para realizar o trabalho de assistência, proteção e integração da população refugiada, a Cáritas São Paulo conta também com parcerias dos diversos setores da sociedade civil, entre esses parceiros estão: FIESP com SENAI e SESI; FCESP com SENAC e SESC; OAB/SP; Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas; UNIFMU; Arsenal da Esperança.

Além da CASP e da Cáritas-Rio de Janeiro, a Cáritas Diocesana de Santos e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) também são núcleos de atendimento da população refugiada pelo convênio com a CASP e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Há ainda redes solidárias para ajudar a população refugiada em 16 estados brasileiros.⁶

Conclusão

O direito internacional dos refugiados é um exemplo de aplicação do direito internacional no ordenamento jurídico nacional. O Brasil respeita e protege os refugiados porque obrigou-se internacionalmente e ainda, criou uma legislação interna para cuidar do assunto.

A sociedade civil, por outro lado, por meio da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo/Rio de Janeiro e suas parcerias imprescindíveis com o ACNUR, com a Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e dos diversos parceiros; e das demais redes solidárias espalhadas pelo Brasil, auxiliam os refugiados no processo de refúgio e na integração na sociedade.

O governo brasileiro tem assim o papel de conceder o status de refugiado àqueles que precisam. A sociedade civil tem o papel de fazer com que a chama da esperança que cada refugiado traz quando deixa seu país de origem nunca se apague.

Cada refugiado tem uma história única, mas com uma coisa em comum: “a esperança por um futuro melhor e a chance de reconstruir a paz outrora perdida em suas vidas”.

Bibliografia

I - Livros

ARAUJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *O Direito Internacional dos Refugiados: Uma Perspectiva Brasileira*. São Paulo: Renovar.

ARIOSI, Mariângela. *Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Internas: o Judiciário brasileiro e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Renovar, 2000.

RESEK, J.F. *Direito Internacional Público Curso Elementar*. 8ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2000.

SEINTENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. *Introdução ao Direito Internacional Público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2002.

II - Internet

Rede solidária no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Disponível em: http://www.migrante.org.br/mapa_rede2.htm Acesso em 13 agosto 2006.

Refúgio no Mundo – Tendências Globais 2005. Disponível em www.unhcr.org/statistics Acesso em 12 agosto 2006.

UNHCR - NGO Partnerships in Refugee Protection (2004). Disponível em:

<http://www.unhcr.org/cgi-in/texis/vtx/partners/opendoc.pdf?tbl=PARTNERS&id=41c162d04> Acesso em 13 agosto 2006.

Notas

1 Ver SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 202-239. Ver também ARIOSI, Mariângela. *Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Internas: o Judiciário brasileiro e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Renovar, 2000.

2 Ver RESEK, J.F. *Direito Internacional Público Curso Elementar*. 8ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 64-66. Ver também SEINTENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. *Introdução ao Direito Internacional Público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 44-46.

3 Ver PIOVESAN, Flávia. *O Direito de Asilo e a Proteção Internacional dos Refugiados*. In ARAUJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *O Direito Internacional dos Refugiados: Uma Perspectiva Brasileira*, São Paulo: Renovar, p. 27-64. Ver mais em ANDRADE, José H. Fischel. *Breve reconstrução histórica da tradição que culminou na proteção internacional dos refugiados*. In ARAUJO; ALMEIDA op. cit., p. 99-125.

4 Ver ARAUJO, Nádia. A internacionalização dos tratados internacionais no Direito brasileiro. In ARAUJO, Nádia; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *O Direito Internacional dos Refugiados: Uma Perspectiva Brasileira*, São Paulo: Renovar, 2000, p. 65-97.

5 Ver UNHCR - NGO Partnerships in Refugee Protection (2004). Disponível em:

<http://www.unhcr.org/cgi-in/texis/vtx/partners/opendoc.pdf?tbl=PARTNERS&id=41c162d04> Acesso em 13 agosto 2006.

6 Ver sobre a rede solidária no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Disponível em: http://www.migrante.org.br/mapa_rede2.htm Acesso em 13 agosto 2006.

Humanização Via Comunidade

Patricia de Oliveira Antonio
Aluna do curso de Pedagogia, é educadora da Rede Municipal de Guarulhos desde 2003 e desenvolve a função de Apoio Administrativo na Rede Pública de Ensino.
patricia.educadora@yahoo.com.br

Resumo

Baseada em algumas obras e na minha própria experiência, procuro através do texto *Humanização via comunidade* sugerir uma prática educacional diferenciada começando pela quebra da resistência dos educadores em se trabalhar de forma mais direta e direcionada à comunidade e as vantagens que essa nova atitude pode trazer a todos. A reformulação do conceito de escola pode transformar este ambiente num espaço que cultive o amor ao conhecimento pelo simples prazer do saber, podendo também educadores, educandos e comunidade pensar e construir juntos a formação cidadã autêntica, que atenda e respeite os desejos e necessidades do grupo social atendido pela unidade escolar. Esse trabalho pode ser iniciado em duas etapas: a formação de um núcleo escolar, autônomo e comprometido, que possa pensar e criar os contatos iniciais entre educadores educandos e comunidade; estabelecido o envolvimento da comunidade, todos juntos devem se apropriar deste trabalho e direcioná-lo ao caminho que identificarem como mais necessário e eficaz.

Palavras-chave

educação, comunidade, humanização

Abstract

Based in some workmanships and my proper experience, I look for through the text *Humanization via community* to suggest one practical educational one differentiated starting for the resistance in addition of the educators in if working of form more direct and directed to the community and the advantages that this new attitude can bring to all. The reformularization of the school concept can transform this environment into a space that cultivates the love to the knowledge for the simple pleasure of knowing, also being able educators, students and community to think and to construct together to the formation authentic citizen, who takes care of and respects the desires and necessities of the social group taken care of by the pertaining to school unit. This work can be initiated in two stages: the formation of a pertaining to school, independent and compromised nucleus, that can think and to create the contacts you initiate between students, educators and community; established the involvement of the community, all together they must be assumen of this work and direct it it the way that to identify as more necessary and efficient.

Keywords

education, community, humanization

Humanização Via Comunidade

Atualmente, paira no ar, como herança de um sistema capitalista, o individualismo, a indiferença e a competição nas relações humanas. Muitos setores sociais já perceberam isso e se preocupam com o caminho suicida que trilhamos com este tipo de relacionamento.

Na Educação, as tendências mais atuais proclamam a reversão dessa situação através de uma relação e uma atuação humanizada, ética e libertadora que envolva e integre educador, educando, escola e comunidade. No entanto, é justamente no ponto onde esse objetivo pode ser alcançado a mais curto prazo, e em que se é possível realizar a transformação pessoal e social através da prática educacional humanitária, que o magistério apresenta maior resistência e tradicionalismo: no trabalho com a comunidade.

Nesta oportunidade, pretendo mostrar que “a função da escola é mais bem desempenhada quando se conta com a participação efetiva da comunidade na escola” (CODY; SIQUEIRA, 1997, p. 14) e que essa participação enriquece o processo ensino/aprendizagem e traz crescimento a todos envolvidos direta e indiretamente neste processo.

Pude observar, na convivência e no trabalho pedagógico com crianças de zero a seis anos, que o que mais compromete o crescimento e desenvolvimento biopsicosocial saudável é a carência afetiva e não a financeira. Desde então, tenho desenvolvido um trabalho diferenciado com os pais dos educandos sob minha responsabilidade, e desde o primeiro contato, especificamente na primeira reunião, deixo claro que sem o envolvimento e participação deles no processo educativo, o projeto pedagógico desenvolvido em sala pouco ou nenhuma colaboração trará para a formação e transformação das crianças em pessoas melhores, mais felizes e bem sucedidas do que nós.

É notória a diferença no comportamento das crianças que têm pais, ou quem os represente, participativos em relação àquelas que não contam com a mesma atenção: são crianças mais seguras, críticas, afetuosas, disciplinadas e bem resolvidas, expõem seus conflitos de forma mais amena, tomam iniciativas, compreendem, respeitam e diferenciam melhor as regras de convivência em ambientes diferentes, entre tantas outras coisas.

Para realização da tão sonhada e proclamada “Educação Humanizada”, antes de mais nada, é preciso pensar na escola além de um espaço que deve apresentar condições físicas apropriadas para que educandos possam receber, pesquisar, descobrir e transformar informações, durante um tempo e horário determinado. Mais do que isso, a escola deve ser um centro educacional e cultural comprometido com a instrução, que cultive não só o fascínio pelo conhecimento, mas também que exale esperança e subjetividade em suas ações, que conscientize não só o educando, mas os educadores (inclusos nesse termo gestores, pro-

fessores, todo e qualquer funcionário da escola) e os membros da comunidade. De forma ética e responsável, o espaço escolar deve ser uma “presença no mundo (...) que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, que compara, avalia, valora, que decide, que rompe” (FREIRE, 1996, p.20).

Quando sugiro que a escola seja um espaço que conscientize, vale citar que para Freud “o que chamamos de ‘consciente’: é o mesmo que a consciência dos filósofos e do senso comum”, (FADIMAN; FRAGER, 1986, p.7), não havendo, assim, sujeitos mais conscientes que outros; e que para Jung, “a mente inconsciente do homem vê corretamente, mesmo quando a razão consciente é cega e impotente” (FADIMAN; FRAGER, 1986, p.58), não cabendo, então, ao educador julgar valores. Assim, “conscientização” não é algo que parte de um (educador/escola) para o outro (educando/comunidade) e sim um processo dinâmico entre todos. O educador humanitário reflexivo deve saber que “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formador” (FREIRE, 1996, p. 25).

Bem sabemos que escola/educação, isoladamente, não são a salvação do mundo, mas iniciativas deste setor que respeitem seu caráter instrucional e que não caiam no assistencialismo são fundamentais, pois “se de um lado a educação não é a alavanca das transformações sociais, de outro estas não se fazem sem ela” (FREIRE, 2000, p.91). É importante frisar que a instrução continua sendo o objetivo da instituição, só que utilizando métodos mais humanizados e de mais amplo alcance. Afinal, sabemos que de nada adiantam valores e conceitos trabalhados em sala de aula, se no dia-a-dia, na relação familiar do educando, eles não fazem sentido ou se contradizem, como, por exemplo, orientar uma criança a jogar fora o alimento que caiu no chão, quando em casa a comida que se come são restos doados por vizinhos e restaurantes. Ou, ainda, exigir de uma mãe que corte as unhas do filho regularmente talvez, isso possa se transformar num problema, pois há de se considerar as situações de moradia e convivência em que essas famílias se encontram. Esses exemplos podem parecer apelativos, mas, nas minhas experiências como educadora em comunidades carentes, pude constatar que são reais e rotineiros, e pior, que são vistos pela maioria dos educadores como negligência e comodismo dos envolvidos. Talvez esse comodismo até possa existir, mas não como um ato consciente e sim porque aprenderam ser assim ou consideram a situação em que se encontram a forma mais adequada de garantir a sobrevivência. Segundo Paulo Freire, não cabe ao educador o julgamento, nem invadir comunidades empunhando a verdade absoluta e salvadora e menos ainda. “Silenciar em face de discursos fatalistas segundo os quais a dor e o sofrimento dos pobres são grandes mas não há o que fazer porque a realidade é assim mesmo” (FREIRE, 2000, p.88).

Muitos educadores, por diversos motivos, não toleram a presença e atuação dos pais na escola, por isso, sugiro que o primeiro passo rumo à transformação na relação da escola com a comunidade, seja a organização de um núcleo entre os interessados em desenvolver esse tipo de projeto, que tenha autonomia para pensar e realizar atividades com a comunidade, respeitando as normas e rotinas da escola. Esse núcleo deve ser organizado e comprometido, deve também contar com a participação de representantes da comunidade, se possível, desde o início. É fundamental que a análise dos fatos sejam feitas de forma imparcial.

O trabalho com a comunidade só será realmente eficiente quando todos os envolvidos se propuserem a, humildemente, respeitar e aprender com o outro e suas vivências. Desde esta primeira etapa é possível nos conscientizar de quem somos, de quem é o outro e as consequências da forma que nos relacionamos, ou seja, se enxergar e se fazer enxergar como parte de uma História e “reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo” (FREIRE, 1996, p.21).

A próxima etapa do trabalho a ser realizado para e com a comunidade é investigar quais assuntos são de interesse e fazem parte de suas vivências, desde a forma de lidar e expressar suas emoções até fatores físicos, geográficos e históricos que influenciam seu cotidiano, mesmo porque, uma coisa interfere e influencia na outra. É preciso também discutir questões positivas ou negativas que os educadores identificam no comportamento dos educandos.

Geralmente, os assuntos não são agradáveis ou confortáveis, então é necessário que sejam sempre abordados de forma sutil, respeitosa e atrativa. De forma criativa, os mediadores podem se valer de filmes, apresentações teatrais, brincadeiras, rodas de debate, palestras, dinâmicas, sensibilizações, etc. O mais importante é fazer destes momentos espaços em que todos tenham a oportunidade e se sintam à vontade para se expressar e aprender a filtrar e criar seus próprios conceitos sobre o que ouvem, respeitando e sendo respeitado por aqueles que divergem de suas idéias. É dessa troca de experiências e idéias que surgirá a essência das questões realmente relevantes para aquele grupo e os caminhos para superação de obstáculos.

Referências Bibliográficas

CODY, Frank; SIQUEIRA, *Silvia*. *Escola e comunidade: uma parceria necessária*. São Paulo: Íbis, 1997.

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. *Teorias da personalidade*. Trad. de Camila Pedral Sampaio, Sybil Safdié. São Paulo: HARBRA, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Resenhas

Sobre o “Político” de Platão

CASTORIADIS, Cornelius. *Sobre “O Político” de Platão*. São Paulo: Loyola, 2004. 265p. (Col. Leituras Filosóficas)

Cristian Ribeiro de Oliveira

Filósofo pelo Centro Universitário Nossa Senhora da Assunção e Mestrando em Filosofia pela PUC-SP, leciona Filosofia e Ética Empresarial

Conhecido no Brasil, principalmente pela sua magistral obra *Socialismo ou Barbárie*, Cornelius Castoriadis faz da presente obra, *Sobre o “Político” de Platão*, um duelo justo com o Filósofo grego. O texto aqui resenhado foi exposto em conferências ministradas no período de 19 de fevereiro a 30 de Abril de 1986 na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. *O Político* é, segundo as palavras do próprio autor, “um diálogo extremamente rico, (...) um diálogo cujas extravagâncias aparentes e reais (...) fazem com que esse seja o escrito de Platão em que se pode ver melhor o pensamento vivo em ação”. Procedendo consoante um açougueiro, imagem retirada do *Fedro*, Castoriadis varia o texto, mostra que o secundário em verdade é essencial – por exemplo o caso do mito de Cronos.

O autor demonstra toda a sua singular competência ao unir numa exposição essencialmente lógica uma composição ímpar tanto no domínio do texto quanto no espírito presente nas suas entrelinhas, possibilitando-nos com isso acompanhar a sua explanação sem muita dificuldade. Castoriadis “descarna” o texto platônico em partes e sub-partes, com a simplicidade e transparência que só aqueles que dominam o assunto possuem. Usando-se duma linguagem particular e corretamente pontuada o autor dissecou *O Político* de definição em definição, de incidente em incidente. Essa “descarnação” é feita de modo a não deixar brechas à dificuldade de compreensão, por isso, o eficaz resumo do recorte do *Político*, feito por Castoriadis, é cuidadoso, logo, merecedor de atenção, para que assim possa concordar-se ou discordar-se da sua crítica a Platão.

O resumo do recorte assim segue: Primeira definição (o pastor divino); primeiro incidente (distinção espécie-parte); segundo incidente (divisão subjetiva); primeira digressão (o mito do reino de Cronos); terceiro incidente (o paradigma e os elementos); segunda definição (o tecelão real); quarto incidente (causa própria/causa comitante); quinto incidente (medida própria/medida relativa); sexto incidente (o exercício dialético como objeto do diálogo); segunda Digressão (a forma dos regimes); terceira Digressão (a ciência, única base do político); retomada da segunda Digressão (a forma dos regimes); sétimo incidente (as artes servidoras de outras artes); oitavo incidente (a diversidade das virtudes).

Essa “*estrutura bicorne*”, como refere-se o autor, acompanhada da linguagem acessível torna a leitura fácil e prazerosa. Cornelius Castoriadis prossegue no texto dissecando com destreza *O Político*, até chegar às duas definições onde ele enfatiza o erro que há em ambas; é nessas duas definições que o autor aponta para dois paradoxos surgidos, graças a definição de Platão quanto ao homem régio como o “*Político*”:

- O primeiro paradoxo, é que a *epistème* do todo é a *orthé politéia* no regime correto do homem correto;
- O segundo paradoxo diz que a *epistème* desse *anèr basilikos*, a ciência desse homem régio, torna-o superior a própria lei, a lei que é técnica. Assim o homem régio é o único que detém essa *téchne* para oferecer à *Polis*, porém, técnica não é ciência.

Castoriadis, lendo a obra de Platão, vai até os recônditos do diálogo, analisa os detalhes sem assumir se a obra é coerente, homogênea, verdadeira, dessa forma ele sucinta em nós a polêmica a ser sanada. Ele desperta-nos algumas indagações com sua crítica sobre o “*Político*”. O que pensar da composição feita por Platão, que é de certa forma estranha, para definir *O Político*; como refletir sobre as várias definições sucessivas desse *Político*; como compreender a composição do *Político* com suas idas e vindas? Feliz é a definição de Castoriadis para explicar como é ler *O Político*: “É um pouco como escutar Chopin improvisando um de seus *Noturnos*, uma de suas *Baladas* antes de tê-la escrito”.

O leitor criativo

PERISSÉ, Gabriel. *O leitor criativo*. 3a ed. São Paulo: Ômega, 2004, 126p. ISBN 85-8765017-6.

Rafael Annunciato Neto

Pedagogo, consultor e pesquisador nas áreas de Recursos Humanos e Educação. Especialista em Recursos Humanos e Planejamento Empresarial e Mestre em Administração, leciona Mercado de Trabalho e faz orientação de estágios.

O leitor criativo é um convite à leitura, apresenta as diversas faces do leitor, indicando os caminhos que podem ser percorridos para obter uma leitura agradável e produtiva.

“O leitor criativo é a peça-chave para a solução da crise da leitura, da palavra, e de muitos problemas educativos e culturais” (p.11). O conceito de leitor criativo é uma proposta de vida, pois incentiva a melhoria contínua, ou seja, “falar e escrever melhor pressupõem a observação lúcida da realidade, a leitura de bons autores, o diálogo com pessoas inteligentes e o cultivo de opiniões vivias” (p.19), conduz ao vocêntrico que segundo PERRISE é a única ajuda de que o egocêntrico precisa.

O convite à leitura criativa é transformar o leitor em ser pensante, pois ler é ver com os olhos do espírito e “o pior analfabeto é aquele que sabe ler ... mas não sabe ler o que lê” (p.32).

O leitor criativo compreende o mundo, os valores sociais, é um amante, vê o não-escrito (entrelinhas), recria o texto com sua voz pessoal, transforma o texto em âmbito de realidade, portanto “nada melhor do que o real para nos realizar...” (p.65)

A leitura é uma fuga à realidade onde o leitor criativo “deve ter a coragem (e o desenvolvimento) de ler o que tiver de ler com a liberdade de quem ao mesmo tempo se aprofunda na obra e a sobrevoa” (p.81)

O leitor criativo pode tornar-se um escritor criativo que segundo PERISSE é a arte de reler que surge quando o leitor reescreve o texto a partir de uma relação dialógica e pessoal. É ser um co-autor do texto que com a palavra iluminada transforma-se em um superalfatizado que se deleita com a realidade e através dela pode transformar o mundo.

A leitura do livro é indispensável para o estudante de graduação que precisa desenvolver o hábito da leitura e precisa de orientações sobre como se transformar em um leitor e escritor criativo.

Normas editoriais para publicação

A *Revista Santa Rita* tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, seus alunos e outros colaboradores no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual o professor possa manifestar o resultado sua produção intelectual e profissional. A *Revista Santa Rita* é publicada semestralmente e sua difusão é tanto interna quanto externa.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho e eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As idéias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser entregues em disquete - de preferência em Word 6.0 ou maior - sem qualquer tipo de formatação, acompanhados de uma cópia impressa em lauda padrão; ou deverão ser enviados para o endereço eletrônico: rsr@santarita.br, gravados em formato .doc e acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho.

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O autor continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, se possível, fazer constar a referência à publicação na revista.

Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo nome do(s) autor(es), nome da instituição de origem, titulação e profissão.

Os textos deverão ser regidos de acordo com as normas da ABNT, digitados em fonte Arial 12, com espaçamento 1 ½, justificado. As notas explicativas devem ser apresentadas no final do texto. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, créditos, resumo e palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol ou alemão) e o texto, que poderá se esturar em: considerações iniciais (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, conclusão, referências bibliográficas, notas de fim.

Os artigos devem ter no mínimo 5.000 e no máximo 25.000 palavras, e as resenhas, no máximo 3.000 palavras. O resumo deve ter no máximo 300 palavras. Ilustrações devem vir prontas para serem impressas, dentro do padrão geral do texto e no espaço a elas destinado e deverão ser identificadas com título ou legenda. As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023), por exemplo:

Livros no todo:

SELESKOVITCH, Danica & LEDERER, Marianne. *Interpréter Pour Traduire*. 1.ed. Paris: Didier Érudition, 1984.

Partes de livros:

PINTO, Álvaro Vieira. "A definição da pesquisa científica". Em *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 441-459.

Trechos em obra coletiva:

SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian. Introduction. In: SEWELL, Penelope & HIGGINS, Ian (eds.), *Teaching Translation in Universities. Present and Future Perspectives*, London: CILT, 1996. p. 9-14.

Artigos de periódicos:

CHESTERMAN, Andrew. From 'Is' to 'Ought': Laws, Norms and Strategies in *Translation Studies*. Target, Amsterdam, v. 5.1, p. 1-20, 1993.

O Corpo Editorial não se obriga a publicar toda e qualquer colaboração que lhe for remetida. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos recusados serão devolvidos aos autores desde que requeridos.

Apoio Cultural: